

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS

MARCIO YABE

MAIS RÁPIDO, MAIS ALTO, MAIS FORTE

A superexploração e a saúde dos “atletas olímpicos” dos canaviais alagoanos

Maceió, 2013

MARCIO YABE

MAIS RÁPIDO, MAIS ALTO, MAIS FORTE

A superexploração e a saúde dos “atletas olímpicos” dos canaviais alagoanos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Alagoas, como exigência parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Alice Anabuki Plancherel.

Maceió, 2013

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Maria Helena Mendes Lessa

Y11m Yabe, Marcio.
Mais rápido, mais alto, mais forte: a superexploração e a saúde dos
“atletas olímpicos” dos canaviais alagoanos / Marcio Yabe. – Maceió,
2015.
127 f. : Il.

Orientadora: Alice Anabuki Plancherel.
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de
Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em
Sociologia. Maceió, 2015.

Bibliografia: f. 118-1124.
Anexos: f. 125-127.

1. Trabalhador canavieiro. 2. Superexploração – Cortadores de cana-de-
açúcar. 3. Saúde – Trabalhador canavieiro. 4. Alagoas – Produção de cana-
de-açúcar. I. Título.

CDU: 316: 633.61(813.5)



Ata nº 71 da Sessão da Defesa de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas.

Aos **DEZOITO DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2013** foi instalada a Banca de Defesa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas, às 10:00 horas no AUDITÓRIO PAULO DÉCIO/ICS, a que se submeteu o mestrando **MARCIO YABE**, Dissertação ligada a Linha de Pesquisa do PPGS Trabalho, Gênero e Saúde, com o seguinte título: **"MAIS RÁPIDO, MAIS ALTO, MAIS FORTE – A superexploração e a saúde dos 'atletas olímpicos' dos canaviais alagoanos"**. Apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre, conforme disposto no regulamento deste Programa, e tendo como Banca Examinadora, já referendada pelo Colegiado do Curso, os seguintes professores:

1 Dra. ALICE ANABUKI PLANCHEREL (ORIENTADORA)

2 Dra. MARIA EDNA DE LIMA BERTOLDO (MEMBRO EXTERNO)

3 Dra. PAULA YONE STROH (MEMBRO INTERNO)

sob a presidência da Profa. Dra. Alice Anabuki Plancerel.

Analisando o trabalho, a Banca Examinadora atribui o conceito:

Aprovado.

Assinaturas

1.

CPF: 635 078 548-72

2.

CPF: 412 677 614-15

3.

CPF: 006 759 568-54

A Deus, por ter me concedido o dom da vida.
Aos meus pais, por terem me ensinado a viver.
Às minhas filhas: razão da minha existência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelos consolos nas horas de desânimo;

Aos meus pais, que apesar de pouca instrução formal, sempre me proporcionaram as melhores condições para o meu desenvolvimento intelectual, físico, espiritual e emocional;

Às minhas queridas filhas pela compreensão por tantas ausências, atrasos e imperfeição;

À minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Alice Anabuki Plancherel, que me apresentou a essência do verdadeiro profissionalismo, da ética e do rigor acadêmico para o aprendizado e para a produção do conhecimento científico;

A todos os professores do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, que contribuíram para esta conquista tão especial;

Ao Gilnison Ramos, secretário do Programa de Pós-graduação em Sociologia, a primeira pessoa que me apoiou e me incentivou a fazer este mestrado;

A todos os meus colegas de classe pela paciência, em especial, meus companheiros de almoço: Diego, Eden e Darci;

E, finalmente, a todos os meus amigos, de todos os tempos. Levo comigo um pouco de cada um: nas lembranças, no coração e nos *habitus*.

*Por “proletário” só se deve entender,
economicamente, o assalariado que produz
e valoriza o “capital” e é jogado na rua
assim que se torna supérfluo para as necessidades
de valorização de “Monsieur Capital”*

(Karl Marx)

RESUMO

Mais Rápido, Mais Alto, Mais Forte, tradução do latim “Citius, Altius, Fortius”, lema dos Jogos Olímpicos da modernidade, é usado nesta dissertação para fazer uma analogia com a forma como acontece a superexploração dos cortadores de cana-de-açúcar dos canaviais alagoanos, que precisam de uma atuação cada vez mais rápida, acumular montes de cana cada vez mais altos e desferir golpes de facão cada vez mais fortes, para garantir a mais-valia dos usineiros de Alagoas. Nossa intenção é demonstrar o quanto que esta categoria profissional, que foi exposta ao longo da vida a extensas jornadas laborais, à intensificação do seu trabalho e à expropriação de parte do trabalho necessário para a sua reprodução pessoal e familiar, sofreu uma exploração desmedida, que só podia resultar em danos à sua saúde e marcas indeléveis na sua corporeidade. Danos estes que demonstramos através de pesquisa realizada com trabalhadores entre 41 e 67 anos de idade, que vivenciaram tanto o período anterior quanto o posterior à desregulamentação do mercado canavieiro brasileiro, em função da idade. Nossa fundamentação teórica se apoiou na teoria marxista da exploração do trabalho, sob o olhar de dois cientistas sociais que souberam extrair desta teoria as premissas da superexploração, Ruy Mauro Marini, e da sociologia médica marxista, Raul Rojas Soriano.

PALAVRAS CHAVE: trabalhador canavieiro; superexploração; saúde; Alagoas (Brasil).

ABSTRACT

Faster, Higher, Stronger, translation of the Latin “Citius, Altius, Fortius”, motto of the modern Olympic Games, is used in this dissertation to make an analogy to the super-exploitation of the sugar cane cutters of Alagoas (Brazil), as they increasingly need to perform faster, accumulate higher quantities of sugar cane and strike more strongly with their machetes, to guarantee the surplus value for the sugar factory owners of Alagoas. Our intention is to demonstrate how this professional category underwent an excessive exploitation, that could only result in damage to health and indelible marks in its corporeity, since the category was exposed throughout life to long working days, to the intensification of their work, and to the expropriation of the work necessary for their personal and familiar reproduction. This damage is proven through research carried out with workers between the ages of 41 and 67 years, who experienced working conditions before and after the deregulation of the sugar cane market in Brazil. Our theoretical basis rests on the Marxist theory of the exploitation of work, from which social scientists Ruy Mauro Marini and Raul Rojas Soriano derived the premises of super-exploitation and of Marxist medical sociology respectively.

KEYWORDS: Sugar cane worker; super-exploitation; health; Alagoas (Brazil).

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico sobre a evolução do número de trabalhadores.....	32
Figura 2 - Gráfico sobre a evolução da produção da cana-de-açúcar e da produção do açúcar.....	35
Figura 3 - Gráfico sobre a percepção do entrevistado se trabalhou mais: antes ou depois de 1990 (%)......	64
Figura 4 - Gráfico sobre as razões para os entrevistados concluir que trabalhavam mais antes de 1990 (%)......	65
Figura 5 - Gráfico sobre quando cortava mais cana diariamente: antes ou depois de 1990 (%)......	67
Figura 6 - Gráfico sobre existência de prêmios promocionais que estimulavam maior produtividade (%)......	68
Figura 7 - Gráfico sobre esforço adicional para ganhar os prêmios (%)......	70
Figura 8 - Foto do certificado por produtividade da entrevistada.....	71
Figura 9 - Gráfico sobre trabalhar mesmo doente para não perder o dia de trabalho ou alguma premiação (%)......	72
Figura 10 - Gráfico sobre o que fazem hoje em dia para obter renda (%)......	76
Figura 11 - Gráfico sobre trabalho na última safra 2012/2103.....	77
Figura 12 - Gráfico sobre as fontes de renda familiar (%)......	78
Figura 13 - Gráfico sobre renda total de toda a família somando todas as fontes de renda (%)......	78
Figura 14 - Gráfico sobre opinião dos entrevistados para o valor que recebem atualmente (%)......	80
Figura 15 - Gráfico sobre a existência ou não de colheitadeira mecânica onde trabalhou na última safra (%)......	82
Figura 16 - Gráfico sobre moradias das fazendas. Morou ou não nas fazendas? (%)......	86
Figura 17 - Gráfico sobre alimentação nas fazendas ou hoje em dia (%)......	88
Figura 18 - Gráfico sobre alimentação nas fazendas. Melhor ou não? (%)......	89
Figura 19 - Gráfico sobre o que fazia nas horas vagas, domingos ou feriados (%)......	91
Figura 20 - Gráfico sobre o grau de instrução dos entrevistados (%)......	96
Figura 21 - Gráfico sobre os diversos motivos para não ter estudado (%)......	99
Figura 22 - Gráfico sobre a idade que os entrevistados começaram a estudar (%)......	100
Figura 23 - Foto sobre acidente com trabalhadores canavieiros.....	101
Figura 24 - Gráfico sobre acidentes de trabalho sofridos pelos entrevistados (%)......	102

Figura 25 - Gráfico sobre percepção dos entrevistados quanto ao uso de EPIs (%).....	103
Figura 26 - Gráfico sobre desmaios por cansaço, fome, calor ou “Canguru” (%).....	105
Figura 27 - Gráfico sobre fuligem, poeira, cinzas das queimadas. Provocavam algum mal estar? (%).....	106
Figura 28 - Gráfico sobre problemas de coluna (%).....	107
Figura 29 - Gráfico sobre impedimento das dores de coluna para se ir trabalhar (%).....	108
Figura 30 - Gráfico sobre necessidade de tomar algum remédio diariamente (%).....	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Alagoas, distribuição da produção de açúcar de engenho e de usina	22
Tabela 2: São Paulo - Evolução do pagamento diário do corte de cana, do rendimento do corte e da remuneração diária (1969 a 2005)	42
Tabela 3: Determinação de margem de erro de um resultado segundo o número de elementos que estão na amostra e dos diversos valores da características desejadas, para um índice de confiança de 95,5% (indicados no cabeçalho).....	60
Tabela 4: Perfil do Fornecedor de cana-de-açúcar – Estado de Alagoas.....	74
Tabela 5: População residente em Alagoas e Coruripe, por situação do domicílio (Urbano e rural).....	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 AGROINDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA ALAGOANA, UMA HISTÓRIA DE PRIVILÉGIOS E EXPLORAÇÃO HUMANA.....	18
1.1 OS ENGENHOS BANGUÊS E OS ENGENHOS CENTRAIS.....	19
1.2 OS PROGRAMAS E OS FUNDOS GOVERNAMENTAIS QUE APOIARAM O DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA.....	22
1.3 A DESREGULAMENTAÇÃO DO MERCADO.....	25
1.3.1 A Reestruturação Produtiva.....	27
2 A (SUPER) EXPLORAÇÃO DO CORTADOR DE CANA-DE-AÇÚCAR....	36
2.1 OUTRAS LITERATURAS SOBRE SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO.	42
3 AS CONSEQUÊNCIAS DA SUPEREXPLORAÇÃO NA SAÚDE DO CORTADOR DE CANA-DE-AÇÚCAR.....	52
3.1 PESQUISA DE CAMPO COM CORTADORES DE CANHA-DE-AÇÚCAR COM IDADE SUPERIOR A 40 ANOS.....	59
3.1.1 A Extensão da Jornada de Trabalho e a Intensificação do Trabalho na Visão dos Entrevistados.....	63
3.1.2 Faturamento do setor agroindustrial canavieiro e os rendimentos dos entrevistados.....	72
3.1.3 Condições de vida fora do trabalho.....	82
3.1.4 Grau de Instrução dos Entrevistados.....	96
3.1.5 Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais.....	101
3.1.6 Hipóteses comprovadas?.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	118
ANEXOS.....	125
ANEXO - QUESTIONÁRIO.....	126

INTRODUÇÃO

Mais Rápido, Mais Alto, Mais Forte, tradução do latim “Citius, Altius, Fortius”, é o lema dos Jogos Olímpicos da modernidade. Pierre de Coubertin, co-fundador do Comitê Olímpico Internacional, propôs esta frase durante a fundação do COI, em 23 de Junho de 1894. O lema foi apresentado pela primeira vez em 1924, nos Jogos de Verão de Paris (SOBIERAJSKI, 1999, p. 50), e é usado neste trabalho para fazer uma analogia com a forma como acontece a superexploração¹ dos cortadores de cana-de-açúcar alagoanos (metaforicamente denominados no título deste trabalho como “atletas olímpicos”), que precisam de uma atuação cada vez mais rápida, acumular montes de cana cada vez mais altos e desferir golpes de facão cada vez mais fortes para aumentar as taxas de mais-valia para o agroindustrial canavieiro. Trata-se de um esforço físico e mental desmedido, para o cumprimento das suas funções laborais.

Nesta dissertação, são apresentadas várias evidências de que a extensa e intensa exploração desta categoria profissional provocou diversas consequências na sua saúde e na sua reprodução social², principalmente no cenário atual desta exploração excessiva, desta superexploração, que é o da reestruturação produtiva do setor agroindustrial sucroalcooleiro, iniciado no Brasil a partir da década de 1990 (CARVALHO, 2009, p. 6), quando a abertura do mercado obrigou as usinas alagoanas a competir diretamente com todas as usinas do país, sem o protecionismo do Estado Nacional. Tudo isto provocou diversas mudanças no processo de trabalho das usinas locais, intensificando ainda mais o trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar e expropriando parte do seu trabalho necessário.

¹ Consideramos nesta dissertação o conceito de superexploração apresentado por Ruy Mauro Marini, na sua obra *Dialética da dependência*, que consideramos atualizada, mesmo para os dias de hoje. Para ele, a superexploração se configura em “um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento da capacidade produtiva” (MARINI, 2005, p. 156). Nas palavras dele próprio, “o aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva (da reação da economia dependente, latino americana que, para Marini, buscou compensar a perda de mais valia no plano da produção interna), como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não no incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica. (...) Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal” (Idem, p. 154).

² Um primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda história “é que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de fazer a história. Mas, para viver, é necessário, antes de mais nada, beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se, etc. O primeiro fato histórico é, pois, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico; de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar, dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos” (MARX & ENGELS, 2005, p. 33).

Cortar cana-de-açúcar é um trabalho extremamente desgastante por natureza. Vemos isto no artigo *Desgaste físico diário do cortador de cana é igual ao de maratonista*, no qual o pesquisador da Universidade Metodista de Piracicaba, Unimep, São Paulo, apresenta os resultados de um estudo sobre a intensidade do trabalho na colheita da cana-de-açúcar nos canaviais paulistas. De acordo com o autor,

os esforços diários realizados por estes trabalhadores rurais equivalem a 3.792 golpes de facão e 3.994 flexões de coluna; a frequência cardíaca da maioria deles chega a picos de mais de 180 batimentos cardíacos, o que ultrapassa o limite cardiorrespiratório tolerável à saúde; a distância percorrida por eles é o mesmo que participar de uma maratona todos os dias (LAAT, 2008, p. 1).

Foram estas informações que inspiraram o título deste trabalho (*mais rápido, mais alto, mais forte*, lema dos jogos olímpicos), pois a analogia entre maratonistas e cortadores de cana-de-açúcar nos remete a uma maior compreensão da problemática que buscamos explicar. Da mesma forma que os atletas profissionais, homens e mulheres com o tipo de desgaste físico apresentado pelos trabalhadores dos campos canaviais, na realização das suas atividades, necessitam de cuidados médicos especiais, alimentação nutritiva e reforçada, descanso adequado e precisam de uma remuneração justa para bancar estes cuidados diferenciados. E quando isto não acontece, o surgimento de determinados tipos de doenças, acidentes de trabalho e problemas de saúde podem ser uma constante. Raul Rojas Soriano, em *Sociologia Médica*, disse que

o consumo da força de trabalho no processo produtivo implica em um desgaste de energia, de esforço mental e nervoso, o que afeta direta ou indiretamente, mediata ou imediatamente, na saúde do trabalhador: doenças graves e acidentes de trabalho com maior frequência, envelhecimento prematuro e a queda na expectativa de vida. (SORIANO, 2009, p. 15).

Poderíamos listar dezenas de títulos científicos literários que confirmariam Soriano (2009). Está muito claro que a identificação e a exposição das consequências que uma superexploração da força de trabalho do cortador de cana pode ocasionar na sua saúde, não são mais novidade nas ciências sociais. Porém, o exposto leva a um questionamento muito importante: (1) se a superexploração da força de trabalho do canavieiro ocasiona problemas na sua saúde e reduz sua vida útil, como e onde se encontram os trabalhadores que já ultrapassaram a idade considerada ideal para este tipo de função altamente desgastante que é o corte da cana-de-açúcar? (2) Como eles se reproduzem no campo pessoal e familiar, na atualidade? Para confirmar ou refutar estes questionamentos levantamos as seguintes hipóteses: (a) se tudo que já se escreveu sobre as consequências da superexploração destes

trabalhadores são reais, então eles devem se encontrar em condições deploráveis de saúde e de reprodução da sua força de trabalho. (b) Caso sim, pode-se verificar esta realidade realizando uma pesquisa que descreva a situação atual dos cortadores de cana-de-açúcar com mais de 40 anos de idade, pois estes devem sofrer as consequências da superexploração do seu trabalho. Então, demonstrar a realidade da superexploração, responder este questionamento e confirmar estas hipóteses é o cerne do nosso trabalho.

Por que acima dos 40 anos de idade? Sabemos que a partir dos 40 anos, os cortadores de cana-de-açúcar são minoritariamente selecionados e recrutados. Para confirmar esta informação, realizamos um levantamento preliminar para este trabalho, em uma determinada usina da região de São Miguel dos Campos, Alagoas. De um total de 1.368 trabalhadores registrados nesta usina, 82% deles tinham até 39 anos de idade e 18%, idade superior a 40 anos. Outro fator que consideramos é que trabalhadores no corte da cana com idade superior a 40 anos trabalharam antes e depois da desregulamentação no setor agroindustrial sucroalcooleiro, que aconteceu a partir de 1990. Isto permite uma avaliação da percepção dos entrevistados quanto à extensão e à intensificação do esforço físico do seu trabalho para conseguir aumentar a produtividade exigida pelas usinas. Quando fomos a campo, procuramos inicialmente trabalhadores acima de 45 anos de idade, porém, quando encontrávamos cortadores de cana com 41 ou 43 anos, verificávamos que estes trabalhavam desde criança, então, também presenciaram estes dois momentos da história da agroindústria canavieira: o antes e o depois da abertura de mercado ou início da reestruturação produtiva do setor. Decidimos, então, entrevistar alguns trabalhadores com 41 e 43 anos de idade.

Realizamos, então, uma pesquisa do tipo descritiva e explicativa que buscou levantar e interpretar uma realidade: a dos trabalhadores canavieiros acima de 40 anos de idade, daqueles que sempre trabalharam no corte, mas que já não atuam tanto quanto desejariam. Este tipo de pesquisa, a descritiva, tem como objetivo descobrir fenômenos, classificá-los e interpretá-los. E apesar de ser uma pesquisa descritiva quantitativa, ela é, também, do tipo explicativa, pois, também procura esclarecer alguns fenômenos encontrados.

Na maioria das vezes, as pesquisas descritivas utilizam amostras grandes e representativas. Fizemos uso de uma amostra pequena por acreditarmos que as características do universo que estudamos são muito homogêneas. Quando isto acontece, mesmo numa amostra pequena, existe uma probabilidade grande de aparecerem, de forma evidente, os elementos que caracterizam este universo. Foi a forma que encontramos de testar nossa

hipótese. Ou seja, se o trabalho no corte da cana, que já é desgastante por natureza, foi explorado de forma ainda mais excessiva, e isto causou diversos danos na saúde e na vida pessoal e familiar desta categoria profissional, mesmo numa amostra pequena, estes resultados devem aparecer de forma expressiva.

A amostra foi composta, então, de 25 sujeitos. E como explicamos, mesmo nesta amostra aparentemente pequena, quando a grande maioria dos entrevistados apresenta uma característica em comum, a margem de erro, para um índice de confiança de 95,5%, é relativamente baixa. A representatividade de uma amostra deste tipo, mesmo pequena, só é possível se os entrevistados forem encontrados de forma aleatória. O município escolhido foi Atalaia, Alagoas, e os povoados ou bairros foram Jenipapeiro, Alto de João Miranda, Alto do Cruzeiro e Branca de Atalaia. O levantamento dos dados foi feito por meio de entrevistas pessoais, na residência dos trabalhadores.

Em suma, o objetivo desta pesquisa foi estudar as consequências da superexploração na saúde dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar. Para isto, a nossa fundamentação teórica se apoiou na teoria marxista da exploração do trabalho, sob o olhar de dois cientistas sociais que souberam extrair desta teoria as premissas da superexploração: Ruy Mauro Marini, conceito sobre o qual discorreremos no capítulo 2 desta dissertação; e da Sociologia Médica Marxista, Raul Rojas Soriano, cujo conceito apresentamos no capítulo 3. No capítulo 1, apresentamos como se deu o desenvolvimento do setor agroindustrial sucroalcooleiro alagoano, uma história de privilégios, de protecionismo e apoio dos Governos Federal e Estadual, de forma que percebemos a atualidade dos estudos de Marx e Engels, quando descrevem o Estado como um “comitê da burguesia”, no Manifesto Comunista (2008, p. 12). Para nós, entender o desenvolvimento histórico do setor agroindustrial sucroalcooleiro é muito importante, pois este desenvolvimento é fator decisivo no processo saúde-doença dos trabalhadores em geral e, especialmente, para os cortadores de cana-de-açúcar de Alagoas.

Acreditamos que este recorte pode ser útil e contribuirá para o Grupo de Pesquisa (GP) Canavieiro, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), liderado pela Professora Alice Anabuki Plancherel e pelo Professor Cícero Ferreira de Albuquerque. Como este Grupo de Pesquisa vem estudando o cortador de cana-de-açúcar há algum tempo, mantemos a esperança de que as informações contidas neste trabalho, sobre as condições de saúde e sobre a reprodução social dos trabalhadores que já estão com idade superior a 40 anos, possam trazer resultados complementares aos já valiosos conhecimentos produzidos academicamente pelo

Grupo de Pesquisa referido anteriormente, da Universidade Federal de Alagoas. E desejamos que o referido estudo suscite reflexões ainda mais apropriadas sobre as relações trabalhistas entre usineiros e cortadores de cana-de-açúcar, e proporcione de, alguma forma, benefícios para esta sofrida categoria de trabalhadores rurais.

1 AGROINDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA ALAGOANA, UMA HISTÓRIA DE PRIVILÉGIOS E EXPLORAÇÃO HUMANA

Em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, Marx discorre sobre a estratégia da burguesia francesa para conseguir colocar o Estado na defesa de seus interesses e demonstra como essa forma de governo, comum até os dias atuais, é feita de acordos e mais acordos em benefício da classe dominante. O protecionismo e os privilégios que o setor agroindustrial canavieiro do Estado de Alagoas recebeu ao longo da sua história é uma demonstração de que, realmente, tanto na França do século XVII, quanto no Brasil do século XXI, o “Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (MARX; ENGELS, 2008, 12). Sendo assim, neste primeiro capítulo, apresentaremos uma história de privilégios e de protecionismo estatal: os planos e as ações dos Governos Federal e Estadual que tanto contribuíram para o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro alagoano, mas, pouco fizeram pelos cortadores de cana-de-açúcar. E é exatamente a história do desenvolvimento deste setor, o agroindustrial sucroalcooleiro, que merece uma atenção especial, pois é nesta história que encontramos as contradições da lógica capitalista: de um lado, grandes riquezas para uma minoria e do outro, muita pobreza para um exército de trabalhadores do campo (MARX, 1996, v. 2, p. 260).

E sobre contradições, vale ressaltar que o domínio do capitalismo e o “uso” do Estado em seu benefício são tão grandes, no mundo de hoje, que muitas das maiores economias do planeta são empresas privadas. Apesar de ser um dado um pouco antigo, mas não menos incisivo, “no ranking das 100 maiores economias mundiais em 1999, 51 eram corporações e 49 representavam países” (IMASATO; GUEDES, 2008). O faturamento das maiores empresas do mundo é gigantesco, de forma que as vendas das 200 maiores empresas do mundo foram superiores ao PIB de todas as demais nações mundiais, excluindo-se destas as dez primeiras economias nacionais. E apesar de o faturamento gigantesco destas 200 corporações ser o equivalente a 27% de toda a atividade econômica mundial, elas empregavam apenas 0,78% das vagas disponíveis, naquele mesmo ano (Ibidem). O sistema capitalista foi montado para beneficiar aqueles que detêm os meios de produção, utilizando-se de um mecanismo fundamental para o modo de produção capitalista que é a exploração do trabalhador. Acontece no mundo, acontece em Alagoas e é o que veremos a seguir.

1.1 OS ENGENHOS BANGUÊS E OS ENGENHOS CENTRAIS

A história da agroindústria sucroalcooleira alagoana e brasileira é feita de privilégios para uma minoria e exploração de um exército humano, seja de escravos ou de trabalhadores rurais, desde o princípio. As intervenções federais e estaduais sempre contribuíram para o crescimento do setor, de interesse, tanto dos usineiros quanto dos fornecedores de cana, porém, sem dar muita atenção às necessidades e aspirações da classe trabalhadora. Desde os tempos do Império que a intenção da classe dominante é significativamente exploradora, com pleno apoio e aval do governo. O próprio plano de colonização de D. João III determinava que os subordinados da Coroa que viviam nas ilhas africanas do Atlântico, e não tinham perspectiva de enriquecimento com o comércio oriental de seus produtos, fossem atraídos para as novas terras. Estas terras, brasileiras, foram ocupadas por contingentes populacionais com experiência no cultivo da cana-de-açúcar, acostumados, porém, a um determinado modelo de colonização já adotado na África: as capitânicas. Sendo assim, 30 anos após o descobrimento do Brasil, Portugal mandava para as terras brasileiras muitos habitantes das ilhas africanas, que trouxeram consigo as primeiras mudas de cana-de-açúcar. Estes colonos, na realidade, eram voluntários e tinham o dever de arcar com seus custos. Foi surpreendente que D. João III tenha encontrado doze voluntários dispostos a assumir, em nome da Coroa, as novas terras descobertas e ainda inexploradas, das quais só se conhecia o litoral de algumas áreas. Mas foi o que aconteceu. Doze voluntários passaram a ser os donatários de doze capitânicas, entre elas a de Pernambuco. Esta última foi cedida para Duarte Coelho. Dentro dos seus limites constava a região de Alagoas, ao sul, que neste momento não tinha, ainda, uma delimitação territorial (BRASIL 500 ANOS, 2000).

Nesta fase incipiente da colonização do Brasil, Duarte Coelho inicia a exploração da terra cultivando a cana-de-açúcar e construindo engenhos, por meio de exploradores indicados por ele. É quando a região de Alagoas começa a despontar no cenário econômico do Brasil Colônia, com a criação das vilas de Penedo e de Alagoas, o atual município de Marechal Deodoro. Posteriormente, Duarte Coelho também autorizou a fundação do povoado de Porto Calvo, ao sul da capitania pernambucana. Ali foram construídos cinco engenhos. Mas, o auge da região enquanto produtora de cana-de-açúcar acontece no ano de 1711, quando Alagoas tornou-se comarca da Capitania de Pernambuco. Mais de 190 engenhos foram construídos

neste período. O milho, o fumo e o algodão também eram muito cultivados na região, porém, a produção predominante, disparadamente, era a da cana-de-açúcar.

O pau Brasil, que abundava em nossas florestas tropicais, foi o primeiro alvo dos saques, da exploração dos recursos naturais brasileiros. A partir de 1530, com o início da colonização é que se instala uma das características mais marcantes da nossa formação territorial: a introdução de enormes plantações de cana-de-açúcar, com a finalidade de exportação do produto que tinha grande demanda na Europa, mas não podia ser produzido em larga escala no mesmo continente por causa das suas limitações de espaço. Tratava-se, então, de um negócio altamente lucrativo, que atendia aos objetivos mercantis dos exploradores e colonizadores.

Carlos Walter Porto Gonçalves (1995), no seu livro *Geografia e meio ambiente no Brasil*, ressalta duas características desta fase colonial que ainda se mostram presentes na nossa formação territorial, de modo bem significativo, e que são importantes para o nosso estudo: (1) a apropriação concentrada de terra e (2) a grande desigualdade na distribuição populacional. A elite rural e seus latifúndios não foram apenas os principais responsáveis pelas consequências das nossas condições ambientais, mas, também sociais. E “a poderosa classe de grandes proprietários rurais, assim constituída, se mostra presente, até hoje, como um traço contínuo, na composição do bloco de poder no Brasil” (GONÇALVES, 1995, p. 313) e, principalmente, em Alagoas. Estas elites, através de suas imensas extensões de terra, responderam às demandas mundiais no passado, e assim se constituem no presente. No Brasil colônia, a ênfase estava na cana-de-açúcar e hoje, em nível nacional, na soja. Mas, desde aquele período colonial que o Estado de Alagoas mantém a sua força produtiva nas enormes *plantations*³ de cana-de-açúcar. Resultado: grandes quantidades de terra concentradas nas mãos de poucas pessoas, que vão organizar suas terras para a obtenção de lucros, por meio da exploração da força de trabalho dos trabalhadores rurais.

Nas sesmarias doadas, os novos proprietários derrubavam matas, plantavam cana-de-açúcar e construíam os engenhos banguês (locais destinados à produção do açúcar: a moenda, a casa das caldeiras e a casa de purgar). Estes engenhos sustentaram a economia alagoana durante quase quatro séculos, até serem substituídos pelas grandes usinas.

³ É um tipo de sistema agrícola (uma plantação) baseado em uma monocultura. Fonte: Dicionário Houaiss.

Os primeiros engenhos surgiram na região norte de Alagoas, sul da capitania de Pernambuco. Com eles surgia também a chamada aristocracia açucareira. O jornalista Jair Barbosa Pimentel, no seu livro *A história de Alagoas - dos Caetés aos Marajás* (2011), faz um relato da atividade que iniciou o processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural deste Estado. Toda a vida social era estabelecida em volta dos engenhos que produziam açúcar, mel e rapadura. Os proprietários dos engenhos edificavam uma igreja, uma “casa grande” para sua família, a senzala, a bagaceira, a casa de purgar, o armazém e outras edificações que formavam o povoado. Diversos engenhos foram constituídos desde o primeiro colonizador de Alagoas, o alemão Cristóvão Lins, que construiu alguns engenhos na segunda metade do século XVI, localizados na região do atual município de Porto Calvo.

O segundo colonizador, Antônio de Barros Pimentel, casado com a irmã de Cristóvão Lins, fixou-se nas terras que hoje pertencem aos municípios de Matriz e Passo de Camaragibe. Sua sesmaria atingia o vale do rio Santo Antônio, onde edificou o Engenho Santo Antônio, que funcionou por mais de três séculos até se transformar na atual Usina Santo Antônio, em São Luiz do Quitunde, pertencente à família Correia Maranhão, desde 1950 (PIMENTEL, 2011).

Vários outros engenhos surgiram posteriormente e “o seu produto final, o açúcar, seguia para a Europa através do porto do Francês. No período colonial, chegavam ao porto nos lombos de animais como o boi ou o burro, atravessando montes e rios, passando pela velha capital, atual Marechal Deodoro, até chegar ao local de escoamento” (Ibidem).

No livro *Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana*, o prof. Cícero Pércles de Carvalho (2009) relata que os engenhos banguês começam a entrar em crise a partir de meados do século XIX, com a pressão da concorrência externa: açúcar antilhano e açúcar europeu, este último produzido da beterraba. O fim da mão de obra escrava, a falta de infraestrutura e pouco desenvolvimento tecnológico contribuíam para a produção de um açúcar de péssima qualidade no Brasil. O Estado, então, é obrigado a entrar em ação na tentativa de modernizar a produção, obter melhores resultados na qualidade do produto e viabilizar a exportação. Nas palavras do Prof. Pércles,

o Governo Imperial decide, em 1875, transformar os velhos banguês em unidades industriais avançadas – os engenhos centrais –, numa solução que buscava a especialização, separando as atividades agrícolas das fabris e favorecendo a introdução de inovações tecnológicas. Com isso, a idéia era aumentar a produtividade nos dois setores, baixando os custos de produção do açúcar, tornando-o mais competitivo no mercado internacional (2009, p. 15).

Este modelo de engenho central já tinha obtido bons resultados nas Antilhas e “essa tentativa de modernização reflete o período de transição entre os antiquados banguês e as

modernas usinas” (Idem). Porém, os engenhos centrais não conseguiram êxito no Brasil, principalmente por causa da instabilidade na produção de matéria-prima, o alto custo do seu fornecimento, o que tornava o preço do açúcar nada competitivo no mercado internacional. Com o fracasso dos engenhos centrais surgem as modernas unidades industriais integradas: as usinas. E neste momento, estas usinas resolvem começar a plantar sua própria cana e comprar o complemento, o que faltava, dos fornecedores. Em 1892 foi inaugurada a primeira usina de Alagoas: Usina Brasileiro. Na última década do século XIX, a “agrodindústria canavieira entrava na era das usinas” (GUIMARÃES apud CARVALHO, p. 16, 2009).

A produção dos engenhos só foi realmente superada pelas usinas a partir da safra 1922/1923.

Tabela 1

Alagoas: Distribuição da produção de açúcar de engenho e de usina (mil sacas de 60 Kg)

Safra	Engenho	Usina
1919-20	985,5	255,4
1929-30	560,4	1.451,0
1939-40	451,7	1.817,7

Fonte: Censo de 1920 e Anuário Açucareiro (vários anos) apud Araken (2001)

Em 1930, segundo CARVALHO (2009), “a soma das duas maiores usinas – Leão e Serra Grande – chegava a 420 mil sacos de 60 kg; bem maior, portanto, que a soma da produção dos 618 banguês na Zona da Mata, que fabricaram na mesma época, 400 mil sacos de açúcar inferior.

1.2 OS PROGRAMAS E OS FUNDOS GOVERNAMENTAIS QUE APOIARAM O DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA

Vimos que as usinas são provenientes dos engenhos centrais, que surgiram a partir de uma ação do Governo Imperial, em 1875, que visava favorecer a introdução de inovações tecnológicas para se aumentar a produtividade, tanto do setor agrícola, quanto do fabril. Uma intervenção do estado necessária à sobrevivência do setor, à época. Mas, muitas outras intervenções estatais aconteceram para apoiar o desenvolvimento da agroindústria sucroalcooleira em Alagoas e no Brasil. Uma das maiores intervenções estatais se deu em

1933, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). O Governo Federal criou a Comissão de Defesa da Produção Açucareira, que tinha como função principal, acabar com os conflitos entre Sudeste e Nordeste, assim como regular a relação entre fazendeiros e usineiros. De forma muito esclarecedora, o prof. Cícero Péricles cita Manoel Correia de Andrade:

A intervenção do Estado na agroindústria açucareira e alcooleira é quase tão antiga quanto a própria existência dessa atividade em nosso país, tendo esse processo de intervenção se dado, para o setor açucareiro, desde a sua fase de implantação, no período colonial e, para o alcooleiro, após a I Grande Guerra Mundial (ANDRADE, 1998, p. 639 apud CARVALHO, 2009, p. 22)

A principal estratégia desta autarquia foi estabelecer cotas de produção por Estado, por usina e por fornecedor, definindo regras para exportação e controlando os preços para o açúcar. Os usineiros nordestinos, então, passam, a partir deste momento a não sofrer qualquer tipo de risco para se produzir cana e açúcar no Brasil, mesmo tendo um modo de produção não tão evoluído como o dos Estados do Sul do País. A agroindústria canavieira nordestina neste momento tinha um custo alto para a produção, baixa produtividade industrial e agrícola, parque fabril obsoleto, e só conseguia se manter às custas da proteção do IAA. Eis aqui um modelo intervencionista e protecionista de um Estado que auxilia na solução dos problemas econômicos do país, defendendo os interesses da classe dominante.

Para o pesquisador Araken Alves de Lima, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),

O período de intervenção estatal sob comando do IAA possibilitou uma diferenciação entre os principais produtores da região Norte/Nordeste, a qual fez da agroindústria canavieira alagoana a principal estrutura produtiva regional. Para isso contribuíram as políticas de cotas de produção, de garantia de mercado e de preços mínimos, mas, também foram importantes as condições geomorfológicas do Estado de Alagoas que fizeram da região dos Tabuleiros Costeiros de São Miguel dos Campos a principal área por onde se desenvolveu a cultura canavieira no Nordeste. (LIMA, 2001, p. 107)

A intervenção federal por meio do Instituto do Açúcar e do Alcool pode ser dividida em duas etapas: (1^a) da criação da autarquia até o ano de 1960, período de crescimento regular; (2^a) de 1960 até 1990, ou a fase do crescimento acelerado. O resultado da primeira etapa foi o aumento do número de usinas no Nordeste, ampliação da área plantada, incluindo os tabuleiros, introdução de máquinas, irrigação, etc.

A partir dos anos 60, a atuação do IAA é ampliada e a autarquia introduz “programas, planos e fundos federais de apoio à modernização da produção açucareira” (CARVALHO, 2009, p. 26). Diversos fundos, então, são criados e contribuíram para a

aceleração do setor, visando fomentar as exportações que, desde a década de 50 havia se tornado um dos principais elementos da estratégia de desenvolvimento do país (Idem, p. 27). De 1961 até 1975, o Governo Federal lançou 7 planos diferentes de apoio ao setor (CARVALHO, 2009, p. 26 e 27).

Em Alagoas, com todo este apoio federal, deu-se início à ampliação da área plantada nos tabuleiros em direção ao agreste, assim como o desenvolvimento do parque industrial alagoano, que foi muito significativo, com aumento no número de usinas, implantação de novos métodos de produção, etc.

Um programa que também merece destaque no desenvolvimento da agroindústria sucroalcooleira é o Programa Nacional do Álcool, PROÁLCOOL. Até 1975, as usinas praticamente não produziam álcool. Sua produção era feita de forma secundária em destilarias anexas às usinas. Foi com a crise do petróleo, com o aumento do preço do barril de US\$ 3,00 para US\$ 28,70, levando-se em consideração o primeiro e o segundo choques do petróleo, entre 1973 e 1979. O álcool, então, surge como um substituto à gasolina. O incentivo à produção do Álcool foi tão importante que essa produção no Estado de Alagoas aumentou de 27.470 m³, em 1975, para 882.628 m³, em 1989.

O PROÁLCOOL foi um programa muito importante para o desenvolvimento do Estado de Alagoas. Na década de 70, o PIB alagoano cresceu 9,1% ao ano e, com certeza, a performance da agroindústria sucroalcooleira foi o ator principal deste grande salto econômico neste Estado nordestino. Porém, para o pesquisador Araken Alves de Lima,

a agroindústria canavieira alagoana foi também importante elemento definidor do quadro de condições de vida no estado, sendo a maior fonte direta e indireta de emprego e renda para uma parcela considerável da população, sobretudo nas microrregiões da Mata Alagoana, Litoral Norte, Tabuleiro de São Miguel dos Campos e Maceió. No entanto, o que se conclui pela evolução dos dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Alagoas é que, a despeito do crescimento dessa atividade no estado e de sua importante participação no mercado externo do açúcar, principalmente no período de preços altos, e também da grande expansão promovida pelo Proálcool, quase nada se reverteu em melhores condições de vida para a população alagoana (LIMA, 2001, p. 109).

Na verdade, quase nada se reverteu para a população alagoana como um todo, menos ainda para os cortadores de cana-de-açúcar. Sabe-se que do tempo das senzalas aos das moradias nas fazendas e destas últimas para o tempo da predominância das residências nas

“pontas-de-rua”⁴, as melhorias para o cortador de cana-de-açúcar foram insignificantes. Para o prof. Cícero Pérciles, “a modernização decorrente dos programas federais, por seu caráter conservador, não alcançou a população trabalhadora. Foi esse traço conservador que permitiu, por um lado, uma concentração ainda maior de terra, renda e poder nas mãos dos proprietários agrícolas” (CARVALHO, 2009, p. 46).

Foram muitos os privilégios recebidos pela classe dominante do Estado de Alagoas, em função do protecionismo estatal, para assegurar o mercado e os seus interesses. Outro acordo que não podemos deixar de citar é o “Acordo dos Usineiros”. Com a decadência do PROÁLCOOL, dificuldades do setor e falta de apoio financeiro, os usineiros vão buscar agora ajuda do Governo Estadual de Alagoas. O acordo efetivado pelo então governador do Estado de Alagoas, Fernando Collor de Melo, reconhecia uma cobrança indevida de ICMS sobre a produção da cana própria das usinas. Essa transação, realizada em 15 de Julho de 1988, envolvendo inicialmente 19 usinas e posteriormente mais 12, garantiu a restituição da cobrança “indevida” através de compensações de ICMS em 120 parcelas (12 anos), gerando para o Estado de Alagoas uma dívida de 110 milhões de dólares (LIMA, 2001, p. 94). Ou seja, mais fluxo de recursos para garantir a estrutura da reprodução do capital dos usineiros (Ibidem, p. 85).

O motor da história é a luta entre as classes: de um lado a classe dominante e do outro a dominada. A classe dominante, além de deter todos os meios de produção, tem o poder e a influência de colocar o Estado, constituído para defender os direitos de todos, para ajudar a viabilizar, principalmente, os interesses de poucos.

1.3 A DESREGULAMENTAÇÃO DO MERCADO

Todos estes incentivos e planos do governo federal para fomentar o desenvolvimento do setor agroindustrial canavieiro (protecionismo do IAA, PROÁLCOOL, Acordo dos Usineiros, etc) não geraram muitos benefícios para a classe trabalhadora, mas privilegiaram de forma explícita os usineiros capitalistas, protegendo o mercado principalmente do setor agroindustrial canavieiro do Nordeste. Mas, a partir de 1990, com a chegada de Fernando

⁴ A ponta-de-rua é um bairro residencial ocupado maciçamente por população proletária, com a particularidade de que na sua maioria esmagadora é constituída por trabalhadores rurais assalariados e sazonais (GRABOIS, José. Que urbano é esse? O habitat num espaço de transição do norte de Pernambuco. Estudos Avançados, 1999. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n36/v13n36a05.pdf>>. Acesso em: 20 de Abr. 2013.

Collor de Melo à Presidência da República, a situação muda um pouco: a reestruturação produtiva do mundo capitalista iniciada na década de 1970 passa a ser a principal estratégia de governo para o desenvolvimento econômico do país. Um dos precursores deste momento histórico foi o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP). Este programa oficializou a abertura econômica no país e estava em plena consonância com a política neoliberalista.

De 1990 a 1992, o PBQP contou com grande envolvimento da sociedade. O Comitê Nacional era presidido pelo Secretário-Geral da Presidência da República, e a Coordenação Executiva foi conduzida, de 1990 a 1991, pela Secretaria-Executiva do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento e, em 1992, pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (FERNANDES, p. 96, 2013).

A professora Célia Regina Congilio Borges, no artigo *A atual reestruturação produtiva e as lutas sociais: enfrentando ideologias*, esclarece:

Num documento intitulado Exposição de Motivos nº 171, assinado em 26/6/90 por Bernardo Cabral (Ministro da Justiça), Zélia M. Cardoso de Mello (Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento) e por José Goldemberg (secretário da Ciência e Tecnologia da Presidência da República), e dirigido ao presidente, os signatários apresentam os argumentos que serviriam de justificativa para a instituição do PBQP. Eles demonstram, com clareza, que **a reestruturação produtiva deveria ser o elemento fundamental de sintonia do país com as políticas neoliberais em curso no desenvolvimento internacional (grifo meu)**. Apelando para a necessidade de intervenção do Estado na modernização da indústria, esta é apresentada como estratégia de inserção do país no contexto das economias mais desenvolvidas (BORGES, p. 78, 2012).

Borges ainda ressalta que o documento sugeria que “a busca de capacitação tecnológica e da gestão empresarial inovadora são elementos centrais da competitividade”. Ou seja, estimular a qualidade e a produtividade passou ser o principal objetivo na busca do desenvolvimento econômico das empresas brasileiras, a partir do governo Collor, fazendo destes elementos a filosofia de gestão empresarial prioritária para que o Brasil conseguisse acompanhar as principais potências internacionais da nova ordem econômica mundial, atendendo às aspirações do mercado (Ibidem). Na época, a justificativa era usar como exemplo o êxito alcançado por países modelos como o Japão ou os Tigres Asiáticos, já bem adiantados no uso do modelo de produção Toyotista.

Pouco tempo depois do *impeachment* de Collor, Fernando Henrique Cardoso ganha as eleições presidenciais e passa a ser o novo Presidente do Brasil. Ele, então, mantém o discurso neoliberalista, justificando que os problemas econômicos brasileiros estavam na postura acomodada dos seus empresários. E ele resolveu esta questão valorizando a taxa de câmbio, de forma que estimulou as importações, e com a abertura do mercado, as empresas

internacionais conseguiram colocar seus produtos no mercado brasileiro em condições superiores, por causa do desenvolvimento tecnológico dessas corporações, o que garantia a superioridade dos seus produtos. Isto gerou a desejada competição interna para fazer com que os empresários brasileiros saíssem da zona de conforto anterior à abertura de mercado. Uma estratégia desenvolvimentista, baseada em metas de crescimento da produção industrial e da infraestrutura (GRASEL, 2005, p. 6).

De acordo com o Prof. Cícero Péricles, com a abertura de mercado e desregulamentação do setor agroindustrial canavieiro, a reserva de mercado para o açúcar do Nordeste acabou. Entre muitas outras ações, o governo privatiza as exportações e passa esta responsabilidade para as próprias usinas (CARVALHO, 2009, p. 48). O protecionismo do Estado tinha “acabado” e, ou as usinas nordestinas aprendiam a competir no mercado, ou fechariam suas portas. Num primeiro momento, Alagoas e Pernambuco perderam algumas fatias de mercado. Durante o governo Collor, o setor nordestino ainda se beneficia com a “manutenção da Taxa de Equalização de Custos, criada pelo IAA, em 1965, que oferecia o subsídio de 25% do preço de produção”. O setor também é presenteado com financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento, BNDES, que destinou mais de 124 milhões de dólares para os usineiros do Nordeste, sendo que, deste total 59,6% ficaram com os Estados de Alagoas e Pernambuco (Idem, p. 49). Mas, a região que mais se destacou neste novo mercado voltado para a competição de mercado desregulamentado foi a do Sudeste.

Vários fatores beneficiaram a produção do Sudeste: solos férteis, clima propício, proximidade com o mercado consumidor, etc. Já o Nordeste precisou encarar velhos problemas: seca, áreas pouco propícias para a produção de cana-de-açúcar, tanto por causa do solo pouco fértil, quanto do declive em algumas regiões, entre outras limitações para uma boa produção. Resultado: enquanto São Paulo cresceu, da safra 92/93 para a 95/96 mais de 300%, Alagoas cresceu no mesmo período pouco mais de 1%. Apesar de toda esta adversidade, o setor não desfaleceu e a produção se manteve. Porém, as usinas que se capacitaram seguiram em frente e as outras que não se adequaram ao novo cenário de alta competitividade e de desenvolvimento empresarial, fecharam suas portas (CARVALHO, 2009, p. 55).

1.3.1 A Reestruturação Produtiva

A reestruturação Produtiva, que teve início na década de 1970, surgiu como solução para a crise do padrão de acumulação até então vigente, agravada pela crise do petróleo.

Neste momento, sob os programas e/ou agendas do neoliberalismo, notam-se algumas mudanças e ações importantes de mercado tais como: a retirada de capitais do setor produtivo e seu investimento no mercado financeiro, a revolução tecnológica e uma enorme redução da mão de obra empregada, a diminuição do trabalho vivo e aumento do trabalho morto, um padrão de produção e de gestão do Toyotismo. Todas estas mudanças e ações deram origem à chamada acumulação flexível.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2004, p. 140).

A partir deste momento, pelo fato de as empresas não estarem conseguindo manter suas taxas de lucro, a política neoliberal estabelece algumas estratégias básicas e de sobrevivência, entre elas intensificar a exploração do trabalho. E neste caso, as empresas conseguiram aumentar a exploração dos trabalhadores por meio da “criação” de um novo tipo de trabalhador. Segundo Ricardo Antunes, professor de sociologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), este novo tipo de trabalhador precisava adquirir características distintas dos seus precedentes: ele deveria ser polivalente, multifuncional, qualificado, participativo, mais comprometido com os objetivos da empresa, e, de preferência, de forma voluntária e automotivada, pois, a partir daquele momento os “ritmos, tempos e processos de trabalho” seriam intensificados ao limite de sua capacidade humana (ANTUNES, p. 27; 2011), em alguns casos, além deste limite.

No caso das grandes indústrias ou corporações de serviços, a partir da abertura da economia, nota-se uma estratégia clara do capitalista na redução do tempo de trabalho necessário e ampliação do mais trabalho, através do alto investimento na mecanização do processo produtivo e no desenvolvimento de novos métodos de gestão organizacional. Com isto, a intensificação da exploração dos trabalhadores dentro da sua jornada de trabalho aumenta de forma considerável. O mesmo está acontecendo no setor agroindustrial canavieiro, que também já tem grande parte dos seus processos de produção mecanizados, porém, como este processo de mecanização do corte da cana ainda se encontra em um estágio

relativamente inicial⁵, os agroindustriais canavieiros apelaram para a intensificação da exploração do cortador de cana dentro da sua jornada de trabalho, buscando ampliar extração de mais-valia relativa, através do que Harvey (2004, p. 140) chama de inovação organizacional⁶.

Nossa experiência profissional de longos anos permitiu vivenciar um pouco dos fatos acima descritos. No final do ano de 1988, na época trabalhando como assessor da diretoria de uma concessionária Volkswagen (VW), em São José do Rio Preto, São Paulo, participamos de um treinamento oferecido pela própria VW Brasil para os dirigentes das revendas de todo o país. A ênfase e o alerta deste treinamento estavam na previsão de que a década de 90 seria de grande risco para as montadoras de automóveis do Brasil, pois as evidências mostravam que “os importados” chegariam, mais cedo ou mais tarde, ao mercado brasileiro. Foi dito e feito! Com a chegada do Governo Collor, este presidente da república declarou que os carros nacionais eram “carroças” porque não existia concorrência interna e abriu o mercado para a entrada de produtos estrangeiros, entre eles, os carros importados. A primeira ação da diretoria daquela concessionária Volkswagen foi lançar um programa interno que começasse a criar mais comprometimento por parte dos funcionários com a agência de veículos: criou-se o programa QUALIDADE 2000. Apesar de, naquele momento, estarmos no final da década de 80, o desafio era fazer com que o nosso nível de qualidade nos serviços fosse digno do século XXI, de forma que conseguíssemos também a plena satisfação dos clientes. A meta principal do programa era errar menos e trabalhar mais.

Permanecemos trabalhando na área de automóveis até 1991 e não presenciamos os efeitos da abertura do mercado de forma direta, mas, sabemos que as duas concessionárias onde trabalhamos no final da década de 80 foram vendidas, pois, de acordo com os antigos proprietários, as margens de lucro caíram muito, a competitividade ficou muito intensa e não “compensou” mais trabalhar naquele segmento. Na realidade, estes empresários estavam acostumados a um mercado de baixa competitividade e não conseguiram se adequar à nova realidade de alta competitividade. Até o final da década de 1980, as revendedoras de automóveis brasileiras não precisavam fazer muito esforço para vender carros. Como só

⁵ Em 2006, o índice de mecanização na região NORTE/NORDESTE era de apenas 10% (MORAES apud SANTOS, p. 40, 2011).

⁶ Novos métodos de organização do trabalho.

existiam 4 montadoras de veículos de passeio, faziam-se filas para comprar carros. Tudo isto mudou, com a chegada das outras marcas de veículos dessa categoria.

Se a política neoliberal busca, entre outras estratégias, aumentar a competição interna e intensificar a exploração do trabalho, conforme apresentado, podemos demonstrar que estes objetivos foram atingidos com muita eficácia aqui no Brasil, a partir da abertura da economia. São vários os exemplos. Se mantivermos nossas análises, inicialmente, no setor automobilístico, veremos que houve um aumento considerável da intensificação da exploração do trabalho e da produção, a partir da década de 1990. A competitividade interna aumentou, o trabalho vivo foi substituído, em grande parte, pelo morto e a exploração do trabalho também se intensificou. Em 1989, o Brasil contava com 8 montadoras de automóveis (no geral) e um contingente de 118,4 mil trabalhadores. No ano de 2002, o número de montadoras já tinha subido para 15, mas com um total de 82 mil trabalhadores (LUEDEMANN, p. 143, 2003). De acordo com Luedemann, a produtividade na cadeia de produção aumentou de 8,8 veículos por trabalhador, em 1991, para 20, em 1998. Com estes dados, vemos que o número de trabalhadores em pouco mais de uma década caiu de forma significativa (30%), porém, a produção por trabalhador aumentou mais que o dobro (110%). Sabemos que uma das grandes razões deste aumento das capacidades produtivas na indústria automobilística é o aumento do uso de maquinaria, mas, também sabemos que toda a política neoliberal se fundamentou na intensificação da exploração dos trabalhadores (LUEDEMANN, p. 292, 2003). Na realidade, está evidente que o que se mostra aqui é um bom exemplo dos esforços do industrial capitalista do setor automotivo, na busca pela mais valia relativa.

Outro exemplo bem ilustrativo do aumento de produtividade e intensificação da exploração do trabalhador, antes de entrarmos nas nossas análises sobre a intensificação do trabalho na agroindústria canavieira, é o dos bancos. Em Uberlândia, Minas Gerais, nas décadas de 80 e 90, o número de bancos e agências bancárias cresceu 60% e 135%, respectivamente. “Em 1980, havia 20 bancos num total de 26 agências; em 1990, 33 bancos e 61 agências; e no ano 2000 a cidade já contava com 36 bancos, num total de 92 agências bancárias” (ARAÚJO; 2001). Porém, o número de funcionários, pelo contrário, foi reduzido em 56%. “Em 1980, a rede bancária contava com aproximadamente 4.500 funcionários; já em 1990 esse número baixou para 3.200; no ano de 2000 caiu para 2.000 funcionários” (Ibidem).

É evidente que o aumento do uso de altas tecnologias nos bancos é, assim como na indústria automobilística, um dos maiores responsáveis pelo aumento da produtividade no setor, mas, também sabemos que a intensificação da exploração dos trabalhadores nestas organizações de serviços foi muito grande. Em entrevista realizada com uma gerente atual de um dos maiores bancos brasileiros, descobrimos a enorme insatisfação da senhora W. O., gerente do banco há mais de 20 anos, com a intensificação do seu trabalho e multiplicação das funções realizadas. A entrevistada relatou que há 15 anos, aproximadamente, ela mantinha 16 subordinados diretos, quando ainda trabalhava em outro banco. Depois que este banco foi incorporado pelo atual, o número de subordinados desta gerente caiu para 8. Hoje em dia, com a fusão entre o atual banco em que ela trabalha e um terceiro, esta mesma gerente não tem mais nenhum subordinado direto, apenas estagiários ou poucos funcionários que auxiliam vários departamentos. O seu trabalho, conforme relato dela mesma, é feito através da internet e atendimento ou visita aos clientes corporativos. Antigamente, ela tinha quem fizesse suas ligações, agendasse suas visitas, dava encaminhamento às suas negociações do dia. Hoje, ela faz tudo isto sozinha, tendo que assumir várias funções de seus ex-subordinados demitidos. Nas suas próprias palavras, “só falta me colocarem para cuidar da limpeza da sala e dos banheiros, agora”, exclamou em tom irônico. Conforme W. O., o que mais a pressiona a trabalhar com total comprometimento são as metas regionais que, quando não são atingidas, corre-se o risco de demissão ou advertências formais, além do abuso moral, principalmente para ela que já tem mais de 40 anos de idade. A mesma gerente nos relatou que chega em casa sempre com os ombros doendo e com muita dor de cabeça, pois, o trabalho e a preocupação são muito estressantes. Em 2011, quando W.O. nos repassou estas informações, ela soube que até o final do ano o banco tinha como meta demitir 10 mil funcionários em todo o Brasil. O seu medo de ser uma destas pessoas provocava um estresse angustiante, pois, apesar do trabalho muito intenso e desgastante, ela disse que as premiações no banco são muito boas, de forma que ela, às vezes, ganha 15º ou 16º salário. Sabemos que ela vai ganhar 3 salários além do estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho, CLT. Porém, também sabemos que apesar de o banco repassar 3 salários a mais para ela, ganhou muito outros com a demissão dos seus subordinados antigos, cujas funções foram assumidas pela nossa entrevistada. Mais um bom exemplo da extração do mais trabalho pela mais-valia relativa.

Conforme já comentado, quando o protecionismo do Estado acabou, com a extinção do IAA, a partir da década de 1990, as usinas que se capacitaram seguiram em frente e as

outras que não se adequaram ao novo cenário de alta competitividade, fecharam suas portas. A partir deste momento, a melhor estratégia para os usineiros capitalistas estava em se adequar aos programas incentivados pelo Governo Federal e iniciar a busca pela inovação tecnológica e novos métodos de gestão empresarial, para manter suas margens de lucro através do aumento da produtividade⁷.

De acordo com o funcionário da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Estado de Alagoas (FETAG), já citado na introdução deste trabalho, da década de 1980 até hoje, o número de trabalhadores no corte da cana no Estado caiu, aproximadamente, de 175 mil para algo em torno de 55 mil. Uma redução muito considerável. Vejamos o gráfico a seguir:

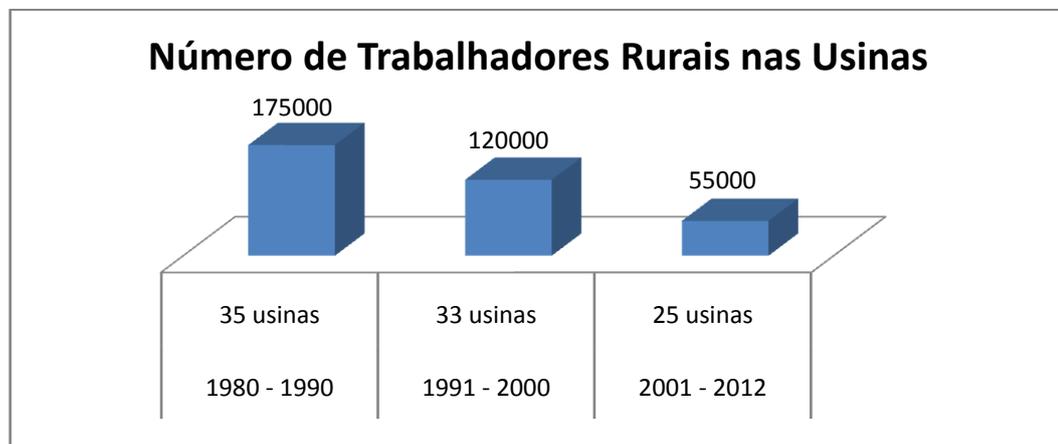


Figura 1 - Gráfico sobre a evolução do número de trabalhadores

Fonte: Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Estado de Alagoas (FETAG) - 2012.

Mas, a que se deve tamanha redução no número de trabalhadores no corte da cana-de-açúcar? Em resposta a este questionamento que fizemos por correspondência eletrônica, o funcionário da FETAG nos mandou a seguinte explicação:

1980 a 1990 – Neste período, assim como na década de 70, encontramos o maior número de trabalhadores no corte da cana, decorrente, especialmente dos altos investimentos públicos (subsídios), justificados, principalmente, pela política de valorização do álcool combustível (Proálcool). Registre-se, entretanto, que 90% (noventa por cento) dos assalariados não

⁷ Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro, no capítulo V da sua tese de doutorado, apresenta a produtividade do trabalho como indicador empírico da exploração. Para ele, “a produtividade oculta a exploração que a teoria da mais-valia explícita” (PINHEIRO, 2000).

possuíam registro formal de seus vínculos empregatícios. Além dos 175 mil trabalhadores(as) vinculados às indústrias, podemos citar um adicional de aproximadamente 40 mil trabalhadores atrelados aos trabalhos rurais da cultura da cana nas fazendas dos fornecedores de cana (fazendeiros). Se a realidade do cortador de cana vinculado às usinas e destilarias era precária, sujeito à possibilidade de ser mantido na informalidade, nas fazendas de fornecedores a informalidade era a regra, com casos evidentes de trabalho forçado, em regime análogo ao de escravidão.

1991 a 2000 – *Diante da redução dos investimentos no setor, há uma considerável diminuição do número de assalariados rurais neste período. Outro motivo para a redução do número de postos de trabalho deve-se ao aumento considerável das fiscalizações e denúncias de ilegalidades nas relações de trabalho junto às empresas, que se viram obrigadas a formalizar a maior parte dos trabalhadores contratados e dispensar o excedente. Apesar da redução significativa do número de fornecedores de cana neste período, cabe destacar que em suas propriedades rurais encontrávamos com maior frequência as reclamações mais preocupantes, especialmente aquelas em que traziam aos olhos públicos os casos de maus tratos e dispensas arbitrárias.*

2001 a 2012 – *Nos últimos anos, face à má administração dos empresários, que não souberam aliar os gastos com a formalização dos contratos de trabalho e a redução do crédito privado, verifica-se uma acentuada redução do número de empresas em atividade. No total, foram 08 (oito) unidades agroindustriais desativadas ou em vias de fechamento neste período, que deixaram de contratar mão de obra. Colabora ainda com este panorama de desemprego, o acesso das empresas restantes às novas tecnologias de colheita e plantio (mecanização), que aliam um custo-benefício mais interessante aos olhos do empregador. É fato que uma máquina colheitadeira é capaz de substituir, no período de uma safra (06 meses), aproximadamente 100 (cem) cortadores de cana por turno ou 300 (trezentos) por dia. Em Alagoas, atualmente, identificamos mais de 50 (cinquenta) máquinas deste porte, com previsão da chegada de mais 17 (dezessete) unidades até o final da safra 2015-2016. Se não encontramos mais casos de informalidade nas relações de trabalho junto às empresas, também verificamos que a utilização de homens e mulheres na cultura agrícola da cana está com seus dias contados. Nos últimos anos, a média de contratação é de 2.500 (dois mil e*

quinhentos) trabalhadores por unidade agroindustrial na safra (setembro de um ano a março do ano seguinte); e no período de entressafra (abril a agosto), mantém-se pouco mais de 500 (quinhentas) pessoas para os tratos culturais pendentes (limpa, plantio, adubação e irrigação).

Não temos conhecimento das fontes utilizadas por este funcionário da FETAG para chegar a estas conclusões, porém, sua experiência profissional e o fato de que muitas destas informações coincidem com outras que levantamos, e apresentaremos no decorrer desta dissertação, principalmente na apresentação dos resultados da pesquisa de campo, nos permitem destacar alguns pontos importantes a serem considerados nas declarações acima: alto número de trabalhadores informais nas décadas de 1970 e 1980; trabalho clandestino nas fazendas onde a fiscalização dos órgãos responsáveis é quase impossibilitada pelo difícil acesso; a partir de 1991 os investimentos no setor caem, principalmente com o fim de programas como o Proálcool; ainda a partir de 1990, maior fiscalização e denúncias de ilegalidades nas relações de trabalho (sabemos da existência de um número enorme de cortadores de cana que trabalham no eito desde crianças, como mostraremos no capítulo 3 desta dissertação), obrigaram as empresas à formalização do trabalho; redução das empresas em atividade; novas tecnologias de colheita e plantio (irrigação, novos tipos de cana, mecanização da colheita, etc.). Tudo isso nos mostra uma grande modificação no panorama geral da atividade agroindustrial em Alagoas. Mas, apesar do exposto desenhar um cenário, de certa forma, um pouco negativo para o setor, a produção das usinas aumentou muito no mesmo período. Vejamos o gráfico seguinte, que nos fornece a produção de açúcar e a quantidade de cana moída nos períodos de 1980 a 2008:

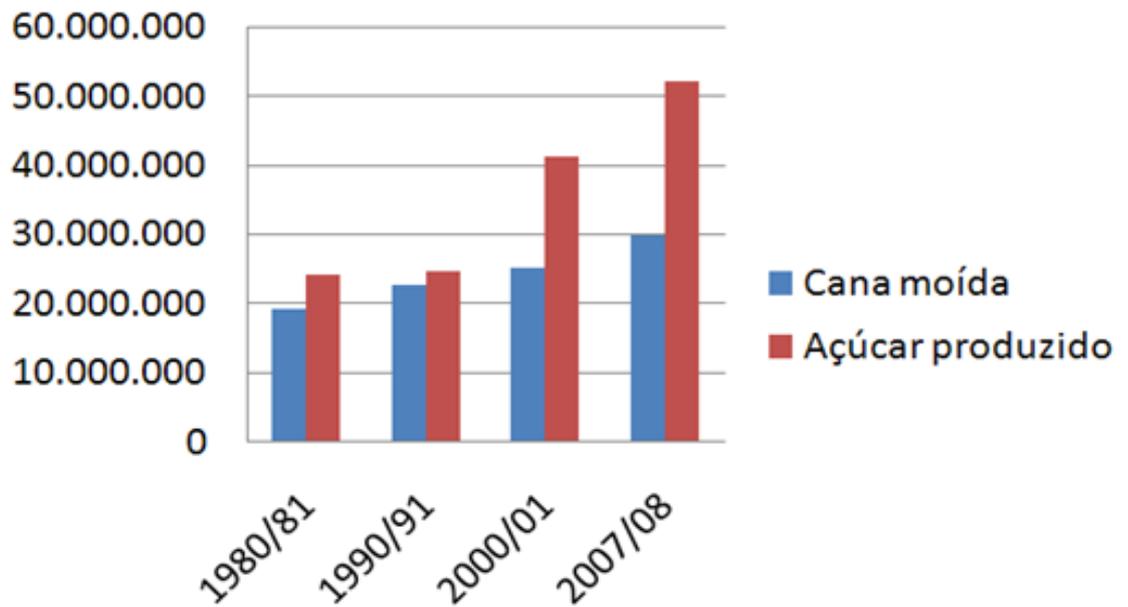


Figura 2 - Gráfico sobre a evolução da produção da cana-de-açúcar e da produção do açúcar

Fonte: Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Alagoas (Evolução da produção de cana, açúcar e etanol no Estado de Alagoas - safras 1933/1934 e 2009/2010)

No gráfico acima, nota-se que a partir da safra 1990/91, o aumento da produção de açúcar das usinas aumentou significativamente, de forma que a fabricação de açúcar (Demerara, Cristal e Refinado) aumentou de 24.697.882 sacos de 50 kg de açúcar, na safra 90/91, para 52.037.540 sacos de 50 kg de açúcar, em 2007/08⁸. Nota-se que a partir da década de 1990, as usinas conseguem um melhor aproveitamento da cana, provavelmente pelas novas técnicas de produção, talvez em função da inovação tecnológica na moagem ou pela utilização de outras variedades da planta cana-de-açúcar.

Sabemos que são muitos os fatores responsáveis pelo aumento da produtividade na produção de açúcar, como os apresentados no livro *Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana*, do Prof. Cícero Pércles de Carvalho (EDUFAL, 2009), mas também sabemos que o aumento de produtividade no setor agroindustrial canavieiro se deu pela extensão da jornada de trabalho e pela intensificação do mesmo trabalho. Discorreremos sobre isto a seguir.

⁸ Informações levantadas a partir do relatório denominado *Evolução da produção de cana, açúcar e etanol no Estado de Alagoas*, do Sindicato da Indústria do açúcar e do álcool do Estado de Alagoas (Sindiaçúcar), safras 60/61 a 09/10.

2 A (SUPER) EXPLORAÇÃO DO CORTADOR DE CANA-DE-AÇÚCAR

Em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, logo no início do primeiro capítulo, Karl Marx reflete sobre as coincidências da história: “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1852). Ou seja, os homens são atores da história, mas agem nos limites impostos pela realidade. Nesta obra, Marx apresenta sua premissa para a compreensão da história: o seu motor é a luta entre as classes. Ao longo da história da humanidade, vemos este conflito se repetir a cada novo sistema de produção predominante. Foi assim no sistema comunal primitivo, no escravista, no feudalista e é assim no capitalista. De um lado, a classe dominante e do outro, a classe dominada, numa luta permanente por interesses opostos. É sobre este tema que pretendemos discorrer neste capítulo, ou seja, sobre os resultados desta relação entre a classe usineira e a classe trabalhadora; uma relação de dominação entre os que detêm os meios de produção e os que possuem apenas a força do seu trabalho, os despossuídos.

O conceito principal usado nesta dissertação, anteriormente já enunciado, é o da superexploração, de Ruy Mauro Marini, pois, o mesmo está em plena conformidade com a teoria marxista sobre a exploração do trabalho e dentro do contexto e da realidade do setor agroindustrial canavieiro de Alagoas. O olhar de Marini sobre as premissas básicas da exploração do trabalhador estabelecidas por Marx foi elucidativo para o desenvolvimento da lógica desta dissertação. Mas, qual é o conceito de superexploração para Marini?

a superexploração pode ser definida como um mecanismo particular desenvolvido pelos capitalistas da América Latina para reverter sua perda de lucro na relação de dependência com o mundo. Pode ser percebida através da intensificação do trabalho, prolongação da jornada de trabalho e expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho. Desta forma, configura um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, ao invés do desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso se deve em grande parte ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia brasileira e aos tipos de atividades produtivas aqui realizadas, dedicadas principalmente a produção de bens primários (MARINI apud RAMPONE, 2010, p. 4).

Nesta conceituação, podemos destacar os três elementos fundamentais da superexploração para Marini: (1) intensificação do trabalho, (2) prolongação da jornada de trabalho e (3) expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho. Porém, também vale destacar que esta superexploração, segundo Marini, se deve

ao fato de os países que ele denominava como periféricos⁹, investirem mais na exploração do trabalhador do que no desenvolvimento das forças produtivas.

O Brasil, hoje, vive um momento diferente de quando Marini escreveu a sua maior obra, *Dialética da dependência*¹⁰. Naquela época, a classificação de cada país era feita a partir da Teoria dos Mundos, a qual dividia os países em primeiro, segundo e terceiro mundo. Com o fim do regime socialista, as nações passaram a ser classificadas como desenvolvidas, emergentes e subdesenvolvidas. Países emergentes, como é o caso do Brasil, atualmente, são aqueles considerados ricos e industrializados, porém, que não conseguiram eliminar todos os seus problemas econômicos e enfrentam um alto índice de desigualdade social. E, apesar de ser um país que pode chegar a um nível de desenvolvimento considerável, o Brasil ainda mantém grande dependência em relação à dominação do capital mundial, tendo nas exportações de matérias primas¹¹, uma de suas maiores fontes de renda.

“A teoria da dependência procurou explicar, com maior rigor científico e à luz dos ensinamentos de Marx, qual era a lógica de dominação do capital internacional sobre as economias periféricas, em especial da América Latina” (TRASPADINI; STEDILE, 2005, p. 38). E hoje em dia, pelo que se sabe, a lógica ou estratégia principal de dominação do capital internacional só mudou de “máscara”, mas, continua a mesma: subordinar a produção dos países subdesenvolvidos e os em desenvolvimento ao capital internacional, tanto o produtivo quanto o financeiro-especulativo.

Em *A dialética da dependência*, Marini expõe o modo como se dá a reprodução do capital em nível mundial e a forma como a América Latina cumpre o seu papel como economia dependente das hegemonias internacionais. Sua teoria se fundamenta em três pilares que se relacionam entre si: a dependência, a superexploração e o subimperialismo. Para Marini (2005), é principalmente na relação de dependência ao capital internacional que se dá a superexploração do trabalhador.

⁹ Dependência para Marini: “relação de subordinação entre nações formalmente independentes (para Marini, os países centrais), em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas (para Marini, os países periféricos) são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (da original *A dialética da dependência*, MARINI, 2005, 141).

¹⁰ Editora Era, México, 1990, 10ª edição (1ª edição, 1973).

¹¹ O Brasil vem aumentando cada vez mais nos últimos anos sua dependência da exportação de matérias-primas. No ano passado, apenas seis grupos de produtos - minério de ferro, petróleo bruto, complexo de soja e carne, açúcar e café - representaram 47,1% do valor exportado (Economía & Negócio, Jornal Estado de São Paulo, 11 de Março de 2012).

A dependência, no enfoque marxista de Ruy Mauro Marini, é entendida como uma relação de subordinação própria da forma como o capital e os interesses de seus donos se internacionalizam de maneira cada vez mais integrada e intensificada. A dependência é, assim, o mecanismo central de subordinação do território, do espaço, dos sujeitos, dos países subdesenvolvidos, como forma de perpetuação do poder de reprodução do capitalismo na esfera internacional (MARINI apud TRASPADINI; STEDILE, 2005, 32).

Marini explica esta dependência da América Latina no âmbito geral da reprodução capitalista pelo conceito de superexploração. Para Marx, a exploração do trabalhador acontece por meio da expropriação do trabalho excedente que ele mesmo realiza; para Marini, a superexploração, palavra nunca proferida por Marx, é a forma que os capitalistas dos países periféricos, tais como os da América Latina, encontraram para compensar as perdas nas suas relações com os países centrais, as potências capitalistas mundiais. Esta premissa da teoria da dependência estaria desatualizada, para os dias de hoje? Não! A lógica de dominação do capital internacional continua sendo associar a produção das nações subdesenvolvidas e a produção dos países em desenvolvimento ao capital internacional, tanto o produtivo quanto o financeiro-especulativo. Já é senso comum o quanto a crise em um pequeno país europeu, como a Grécia, por exemplo, interfere na lógica da dominação capitalista. Ou quando os bancos americanos se envolvem em alguma crise, como a crise do mercado imobiliário¹² daquele país, que também derrubou as bolsas de valores em diversos países, abala as estruturas do capital em todo o mundo.

As potências estatais capitalistas e as grandes corporações conseguiram gerar um estado de dependência financeira entre todos os países do mundo: os países subdesenvolvidos, os que estão em processo de desenvolvimento e os desenvolvidos. Um bom exemplo disso é que “500 grandes corporações oligopólicas controlam 58% de toda a produção global” (TRASPADINI; STEDILE, 2005, p. 38). Estas grandes empresas já estão localizadas dentro da maior parte das nações. A quebra de uma única empresa dessas é o suficiente para gerar uma onda de especulações financeiras em todas as bolsas de valores do planeta, criando um estado de pânico generalizado para o capital especulativo-financeiro, pois, todas estas empresas mantêm algum tipo de relação de interesse ou comercial entre si. Mas onde entra a superexploração neste caso? Sabe-se que em alguns países emergentes tais como a China, o

¹² “A crise no mercado hipotecário dos EUA é uma decorrência da crise imobiliária pela qual passa o país, e deu origem, por sua vez, a uma crise mais ampla, no mercado de crédito de modo geral. O principal segmento afetado, que deu origem ao atual estado de coisas, foi o de hipotecas chamadas de "subprime", que embutem um risco maior de inadimplência” (Folha de São Paulo, Julho de 2008)

setor industrial está acelerado e muito desenvolvido, mas à custa da sua mão de obra cujo valor, hoje em dia, é um das mais baixas do mercado mundial. No Brasil, temos a mesma situação em setores como o agroindustrial canavieiro.

As razões para defender a atualização da Teoria da Dependência de Marini são diversas. Traspadini e Stedile (2005, p. 39) justificam a atualidade desta teoria citando o monopólio do dólar, em nível mundial; a transferência dos lucros das corporações transnacionais para os países desenvolvidos, muitas vezes com concessões tributárias de países como o Brasil; as taxas de juros elevadas dos países em desenvolvimento para atrair capital internacional, que pesam nos projetos de desenvolvimento das empresas locais, a longo prazo; a dependência das empresas de serviço estrangeiras que aumenta a remessa de dólar para os grandes centros, como por exemplo: as empresas de logística; os *royalties* pagos por produtos farmacêuticos das transnacionais, que muitas vezes utilizam matéria prima proveniente das florestas dos próprios países periféricos ou dependentes; a privatização de empresas; a subordinação da economia às normas e regras de órgãos tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial; a transformação de muitos países em grandes mercados consumidores. Resultado: na década de 1990, a América Latina transferiu “nada menos do que um trilhão de dólares de sua riqueza para os centros capitalistas” (TRASPADINI; STEDIL, 2005, p. 40).

O Brasil é dependente, para não dizer refém, do capital internacional e é mais um dos países que ainda se utiliza da superexploração da força de trabalho para se manter competitivo dentro desta nova ordem do mercado capitalista mundial.

E ainda sobre o Brasil, o país continua sendo um grande exportador de matéria prima e é exatamente na extração desta matéria prima onde encontramos um campo ideal para a superexploração do trabalho, na concepção de Marini. Para ele,

mais que na indústria fabril, na qual um aumento de trabalho implica pelo menos um maior gasto de matérias-primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional (MARINI, 2005, p. 156).

Ou seja, a exploração de riquezas na atividade agrícola exige menos capital constante¹³ do que na atividade fabril, por causa da necessidade de investimento desta última

¹³ Segundo Marx, é o capital que se transforma em meios de produção. O capital variável é o que se investe na força de trabalho.

com matéria prima. Um bom exemplo disso é o próprio setor agroindustrial sucroalcooleiro. Este setor desenvolve tanto a atividade agrícola quanto a fabril. Os fazendeiros fornecedores de cana podem extrair a matéria prima necessária para a produção do açúcar somente com a força de trabalho dos canavieiros. As usinas, não. Precisam da cana-de-açúcar, de máquinas, de grandes instalações, etc. Em outras palavras, maior investimento nas forças produtivas. Isto não quer dizer que elas vão ganhar menos, mas, vão imobilizar mais capital constante do que os fazendeiros.

Por trás desta relação de dependência, existe uma estratégia fundamental para os capitalistas das grandes potências internacionais, além de muitas outras. Nas palavras de Marini,

a inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências da passagem para a produção de mais-valia relativa nos países industriais. Esta é entendida como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho (MARINI, 2005, 145).

A contribuição de países periféricos para a produção de mais-valia relativa nos países centrais acontece quando os alimentos exportados são comercializados a preços baixos. Estes alimentos são fundamentais na constituição dos salários dos trabalhadores destes países, de forma que contribuem para a redução do valor do tempo de trabalho necessário dos mesmos.

A mercadoria mais barata diminui naturalmente o valor da força de trabalho apenas *pro tanto*, isto é, na proporção em que entra na reprodução da força de trabalho. Camisas, por exemplo, são meios de subsistência necessários, mas só um entre muitos. Seu barateamento diminui apenas a despesa do trabalhador com camisas. A totalidade dos meios de subsistência compõe-se, porém, de diferentes mercadorias, todos produtos de indústrias particulares, e o valor de cada uma dessas mercadorias constitui uma parte alíquota do valor da força de trabalho (MARX, 1996, v. 2, 432).

Sendo assim, conforme vimos nas palavras de Marx, os alimentos exportados para os países centrais irão somar-se às camisas, ao transporte e a outros produtos ou serviços necessários à subsistência dos seus trabalhadores. Se todos estes produtos têm seus valores, preços, reduzidos, o capitalista dos países centrais, poderão também reduzir o valor do tempo necessário de trabalho dos seus trabalhadores para garantir a sua subsistência.

A exploração do trabalhador acontece com a expropriação do trabalho excedente. O capitalista utiliza dois mecanismos básicos para esta expropriação: mais-valia absoluta e mais-valia relativa. Para Marx (1996, p. 431), “a mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois

componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa”. Quando uma jornada de trabalho é fixa, a única forma de se conseguir trabalho excedente, além da intensificação do trabalho, é através da redução do tempo de trabalho necessário, mas para isto, o capitalista

tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto, o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho, mediante o aumento da força produtiva do trabalho reduzir o valor da força de trabalho, e assim encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução deste valor (MARX, 1996, 431).

E Marx (1996, p. 432) complementa: “para que diminua o valor da força de trabalho, o aumento da força produtiva tem de atingir ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, que, portanto, ou pertençam à esfera dos meios de subsistência costumeiros ou possam substituí-los. Então, se o capitalista deseja reduzir o valor do tempo do trabalho necessário e, conseqüentemente, o seu salário correspondente, é necessário que os produtos que serão comprados com este salário também reduzam o seu preço para que os trabalhadores possam comprar o que for necessário para a reprodução dele e da sua família.

Mas não é isto que acontece no caso dos cortadores de cana alagoanos! Na história da existência desta categoria de trabalhadores rurais e, principalmente, nos tempos mais atuais, os capitalistas agroindustriais canavieiros, ou os fazendeiros fornecedores de cana, sempre buscaram reduzir o tempo de trabalho necessário, mesmo sabendo que o salário correspondente não oferecia condições para a sobrevivência do trabalhador e da sua família. Isto causa a esta categoria profissional e a seus familiares conseqüências na saúde, na educação, na sua reprodução social. Mas por que eles fazem isto mesmo sabendo que poderão perder a qualquer momento esta força de trabalho? Por causa de algumas condições essenciais à disposição desta classe dominante, que, segundo Marini (2005, p. 35), são:

- a) Mão-de-obra abundante no continente, antes a serviço do trabalho escravo, agora a serviço do trabalho assalariado mal remunerado;
- b) Estruturas sindicais débeis, corroborando o sistema de exploração em vez de lutar contra os mesmos;
- c) Uma classe operária historicamente jovem, que não tinha ainda consciência para si, nem acúmulo ideológico de um projeto socialista;
- d) Poder da burguesia nacional diretamente associado aos interesses da burguesia internacional;
- e) Estado que responde aos interesses do modo de reprodução do capital.

Então, é preciso ressaltar, mais uma vez, que a superexploração vai acontecer quando a mais-valia absoluta e a relativa são extraídas intensamente, de forma, ainda, que o valor do tempo do trabalho necessário é reduzido a tal ponto que não garante a reprodução do trabalhador (MARINI, 2005, 156). Um dos objetivos desta dissertação é demonstrar que o

trabalho no corte da cana-de-açúcar no Estado de Alagoas está fundado nesta maior exploração do trabalhador. Isto aconteceu no passado, através da extensão da jornada de trabalho, e foi se ampliando ao longo do tempo com a intensificação do trabalho. Em ambos os momentos, com os salários sempre abaixo das necessidades de subsistência dos cortadores de cana-de-açúcar.

2.1 EXEMPLOS DE SUPEREXPLORAÇÃO NOS TRABALHOS ACADÊMICOS E ALGUNS EXEMPLOS ALAGOANOS

No artigo do Prof. Pedro Ramos, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de São Paulo, intitulado *A agroindústria canavieira de São Paulo e do Brasil: heranças a serem abandonadas*, ele apresenta uma análise que demonstra claramente o conceito de superexploração apresentado por Marini. Nas palavras de Ramos (Ibidem), “dado o pífio crescimento da economia brasileira nas últimas décadas, especialmente no âmbito das atividades urbano-industriais, tem sido reforçada a característica de pagamento por produção, o que se constitui em uma superexploração da força de trabalho” (RAMOS, 2010).

Tabela 2: São Paulo - Evolução do pagamento diário do corte de cana, do rendimento do corte e da remuneração diária – 1969 – 2005 (Valores de julho de 1994, corrigidos pelo IGP/DI da FGV)

ANO	Pagamento do corte de cana. Em R\$/t (1)	Rendimento do corte de cana. Em t/homem/dia (2)	Remuneração no corte (1)x(2). Em R\$/dia	ANO	Pagamento do corte de cana. Em R\$/t (1)	Rendimento do corte de cana. Em t/homem/dia (2)	Remuneração diária no corte. Em R\$/dia
1969	2,73	2,99	8,16	1990	0,96	6,10	5,86
1970	2,02	3,05	6,16	1992	0,84	6,30	5,29
1972	2,50	3,00	7,50	1994	0,83	7,00	5,81
1973	2,51	3,30	8,28	1996	1,05	7,00	7,35
1977	2,57	3,77	9,69	1998	1,06	7,00	7,42
1980	2,29	3,97	9,09	2000	0,88	8,00	7,04
1982	2,17	4,50	9,77	2002	0,88	8,00	7,04
1985	1,92	5,00	9,60	2004	0,86 (*)	8,00	6,88
1988	1,25	5,00	6,25	2005	0,86 (*)	8,00	6,88

Fonte: IEA, Informações Estatísticas e Anuários Estatísticos, vários anos.

(*) Valores correntes ou pagos nos anos de 2004 e 2005, respectivamente: R\$ 2,93 e R\$ 3,11.

Ramos mostra que a produtividade do cortador de cana-de-açúcar aumentou significativamente no decorrer de mais de 3 décadas, passando de 2,99 toneladas de cana cortada por dia, por trabalhador, em 1969, para 8 toneladas por dia em 2005. Como sabemos, este aumento de produtividade se deu pela extensão da jornada, pela intensificação do trabalho e por meio de ambas. Só que o valor que os trabalhadores receberam por cada tonelada caiu de R\$ 8,16 para R\$ 6,88 no mesmo período¹⁴. Seja por extensão ou intensificação do trabalho, o que vemos aqui é um aumento evidente da exploração do trabalhador e uma expropriação do trabalho necessário para a reposição das suas necessidades.

A condição de trabalho que esta categoria profissional enfrenta é muito degradante. Eles são submetidos a diversos tipos de situações e métodos que contribuem cada vez mais a superexploração do seu trabalho. Verçozza (2012), na sua dissertação de mestrado, apresenta uma citação de Novaes (2007b) que revela a forma como a intensificação do trabalho acontece a partir de critérios de seleção de trabalhadores que têm um desempenho superior no campo.

Para serem selecionados pela usina, os candidatos terão que cortar no mínimo dez toneladas de cana/dia. Caso contrário eles serão demitidos. Geralmente essa “poda” se faz até sessenta dias após a admissão. O sistema de seleção funciona dessa maneira. Sem nomear a usina, relato um caso que observei. A Usina X contratou cinco mil trabalhadores no início da safra. No primeiro mês calculou-se o rendimento médio dessa turma. No caso analisado, foram descartados dois mil trabalhadores, que não conseguiram alcançar a média. No segundo mês, o mesmo procedimento se repete, agora com três mil trabalhadores. Nessa etapa, foram “podados” mais mil trabalhadores que tiveram uma produção inferior à média da turma. Assim, os dois mil trabalhadores, altamente produtivos, selecionados nesse processo, conseguiram realizar o *quantum* de produção dos cinco mil trabalhadores que iniciaram a safra. Esses trabalhadores selecionados chegam a cortar até vinte toneladas de cana/dia e manter uma média mensal de 12 e 17 toneladas dia (NOVAES apud VERÇOZA, 2012, p. 51)¹⁵.

Nas notas explicativas do seu trabalho, Verçozza também cita outros critérios de seleção que garantem que apenas os trabalhadores que não causam problemas ou que trabalham mais sejam contratados: as listas de *persona non grata* e outra de assiduidade. Nas listas de *persona non grata*, os cortadores de cana que já moveram algum processo contra um usineiro ou fazendeiro, não são contratados. E no critério assiduidade, aqueles que tiveram

¹⁴ Ganho real, levando-se em conta as devidas correções monetárias pelo IGP/DI da FGV.

¹⁵ NOVAES, José Roberto. Modernização, Relações de Trabalho e Poder. Um estudo das transformações recentes da agroindústria canavieira do Nordeste. Campinas: IE/Unicamp, 1993. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Unicamp.

faltas acima de 10 dias, também não são contratados. Estes dois meios são utilizados para fazer o trabalhador não criar problema com as irregularidades trabalhistas que ele verá no decorrer da safra e não faltar, ou não ficar doente.

Para Marx (1996), a intensificação do trabalho

ocorre assim que a redução forçada da jornada de trabalho, com o prodigioso impulso que ela dá ao desenvolvimento da força produtiva e à economia das condições de produção, impõe maior dispêndio de trabalho, no mesmo tempo, tensão mais elevada da força de trabalho, preenchimento mais denso dos poros da jornada de trabalho, isto é, impõe ao trabalhador uma condensação do trabalho a um grau que só é atingível dentro da jornada de trabalho mais curta (MARX, 1996, v. 2, p. 42).

Marx utiliza, na citação acima, uma metáfora muito apropriada para explicar a intensidade do trabalho, esta “tensão mais elevada da força de trabalho”. Para ele, o trabalho é constituído de momentos de trabalho e de não-trabalho. Os poros são os momentos de não-trabalho, que acontecem quando o trabalhador não está produzindo valor. Como uma jornada de trabalho é desgastante, cansa, é de se entender que o trabalhador queira, sempre que possível, aumentar os momentos de não-trabalho. Quando as jornadas extensas de trabalho são reduzidas por lei, os capitalistas passam a exigir que o mesmo *quantum* de trabalho, antes alcançado num tempo mais longo, agora seja atingido em um tempo limitado, mais curto. Para isso, as “porosidades” do trabalho, os momentos de não-trabalho, precisam ser eliminados, tornando o trabalho mais denso, mais intensificado (DAL ROSSO, 2008, p. 47).

No artigo *Por que morrem os cortadores de cana*, o Prof. Francisco Alves, do departamento de engenharia da Universidade de São Carlos (2006), mostra o quanto que o trabalho no corte da cana foi se intensificando ao longo do tempo. Ele explica que a partir da década de 90 houve um aumento da tonelada/dia/homem bem maior do que o apresentado pelo Prof. Pedro Ramos, na página 34 desta dissertação. Para Alves,

para garantir seus empregos, os cortadores de cana precisavam cortar no mínimo 10 toneladas de cana por dia, aumentando a média de cana cortada para 12 toneladas por dia; portanto a produtividade média cresceu 100%, passou de 6 toneladas/homem/dia, na década de 1980, a 12 toneladas de cana por dia, na década de 1990 (ALVES, 2006).

Apesar da divergência nos números, vemos que a média em toneladas da cana cortada aumentou de forma considerável nos dois levantamentos. E para Alves, a razão pelo aumento da produtividade se deu por vários fatores: (1) o aumento de trabalhadores disponíveis em função da mecanização do corte da cana, desemprego em geral por causa do

baixo crescimento econômico, expansão das fronteiras agrícolas por todo o país; (2) os departamentos de recursos humanos das usinas, então, são mais rigorosos na sua seleção, dando preferência a trabalhadores mais jovens, à redução de contratação de mulheres e à possibilidade de contratação de canavieiros de várias regiões, os sertanejos, reconhecidamente mais dedicados ao trabalho; (3) implementação da prática do período de experiência em algumas regiões, de forma que os trabalhadores que não conseguem atingir a média desejada pelas usinas, são logo dispensados dentro do período de experiência de 90 dias iniciais (ALVES, 2006).

Alves (2006) também enfatiza o desgaste que o cortador de cana sofre numa jornada de trabalho, de forma que ele caminha em torno de 8 km, despende mais de 130 mil golpes de facão, carrega toneladas de cana em montes de 15 kg nas costas, faz centenas de flexões durante o trajeto que carrega a cana até os montes do produto, mais de 30 mil flexões de entorses torácicas para o corte e perda de, em média, 8 litros de água por dia por realizar esta atividade laboral sob forte calor. Ou seja, o esforço físico deste tipo de atividade laboral é, realmente, muito alto por natureza. Intensificá-lo ainda mais sem algum tipo de acompanhamento médico pode causar problemas irreversíveis na sua saúde ou, até mesmo, causar a morte (Idem).

Para Alessi e Navarro (1997), pesquisadoras da Universidade de São Paulo (USP), o trabalho do cortador de cana é realmente muito árduo. O trabalhador desenvolve suas funções a temperaturas quase sempre elevadas (40° no caso do interior de São Paulo), com riscos de acidentes com animais peçonhentos, intoxicação com produtos agrotóxicos, e sempre num ritmo acelerado, pois, seus ganhos são por produtividade, ou seja, quanto mais produzem, mais recebem (ALESSI; NAVARRO, 1997).

As pesquisadoras da USP afirmam que o trabalho do canavieiro começa de forma errada. Eles precisam acordar muito cedo para se preparar para embarcar no caminhão que os levará até a lavoura. Mas, antes disso, ele precisa preparar a sua refeição que fará durante o dia e vestir-se com suas precárias roupas improvisadas e providenciar seus instrumentos de trabalho. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) são feitos pelos próprios trabalhadores: roupas sobrepostas, lenços cobrindo o rosto e a cabeça sob chapéu ou boné, camisas com mangas compridas, luvas feitas de meias, calçando tênis ou botas. Estes equipamentos deveriam ser profissionais e apropriados, conforme as Normas Regulamentadoras Rurais, mas nem todos os empregadores rurais respeitam estas regras. E muitas outras irregularidades são apontadas pelas pesquisadoras Alessi e Navarro (Ibidem, p. 117), tais como as condições precárias dos transportes utilizados, muitas vezes em caminhões, o que é proibido por lei (cf. art. 190 da Constituição do Estado de São Paulo); ter que trabalhar exposto à poeira e à fuligem da cana queimada; não ter um local adequado para alimentação, armazenar suas marmitas e

para o descanso depois do almoço; ausência de instalações sanitárias no campo de trabalho, o que muitas vezes é improvisado com fossas construídas por eles mesmos.

Estes trabalhadores rurais precisariam de uma alimentação substancial e hidratação constante. Muitos deles, por levantarem muito cedo para se locomover até as plantações de cana, almoçam muito cedo, quase sempre antes das 11 horas da manhã. Além disso, durante sua jornada de trabalho eles se hidratam com água, café ou chupando cana, mesmo com o risco de ter diarreias devido à sacarose abundante na cana-de-açúcar (ALESSI; NAVARRO, 1997, p. 117).

Alessi e Navarro notaram que o trabalho no corte da cana é marcado por um ritmo muito acelerado.

Durante toda a jornada o trabalhador repetirá exaustivamente os mesmos gestos. Abraçar o feixe de cana, curvar-se, golpear com o podão a base dos colmos, levantar o feixe, girar e empilhar a cana nos montes. Tais movimentos, conjugados com a exposição às inclemências meteorológicas e às inerentes a própria atividade, levam o trabalhador a diminuir seu limiar de atenção, aumentando a possibilidade de ocorrência de acidentes, seja com o próprio podão assim como por picadas de animais peçonhentos. Seu corpo, utilizado como parte das engrenagens da indústria sucroalcooleira, rapidamente se desgasta e sofre. São comuns as queixas de dores na coluna vertebral, principalmente lombar e torácica, assim como dores de cabeça (Idem).

Conforme já enunciado, com a reestruturação produtiva, conceitos da gestão empresarial tais como produtividade ou qualidade surgem com maior força e dão norte para os objetivos das corporações. Tudo isto trouxe mudanças significativas na organização do processo de trabalho, estimulando cada vez mais a incorporação das inovações tecnológicas na base produtiva. Ricardo Antunes (2011, p. 30) afirma que “essa reestruturação produtiva fundamentou-se no que o ideário dominante chama de *lean production*, isto é, a empresa enxuta (...) que restringe e limita o trabalho vivo, ampliando o maquinário tecnocientífico”. Antunes ilustra este processo de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto com o termo cunhado por Juan Castillo: liofilização organizacional (CASTILHO apud ANTUNES, 2011, p. 30). E os trabalhadores que permanecem precisam se desdobrar para manter ou aumentar as altas taxas de produtividade. Surge, então, a necessidade de um novo tipo de trabalho, onde os empregados devem atuar como “polivalentes”, com múltiplas funções, sendo reconhecidos como “colaboradores”, que aceitam voluntariamente os ritmos e os processos de trabalho mais intensos, em função do seu comprometimento com a organização. Lembramos o caso da gerente do Itaú, Sra. W. O., que serve como um bom exemplo para este novo tipo de empregado. Uma trabalhadora polivalente, com acúmulo de funções e automotivada pelas metas e premiações da empresa.

Em seu livro *Toyotismo no Brasil*, Eurenice de Oliveira (2004) cita um manual de

motivação que ajuda no treinamento da liderança de uma determinada empresa para conseguir motivar os seus funcionários a darem o melhor de si e conseguir uma intensificação maior do trabalho. O texto deste manual, segundo Oliveira, está dividido em três partes: motivação, trabalho em equipe e liderança. Vejamos uma parte do texto que fala sobre a motivação dos trabalhadores:

Então, para manter o time motivado, basta suprir as suas necessidades e assim evitar a desmotivação? Sem dúvida! Mas você vai notar que, à medida que as necessidades básicas vão sendo supridas, outras vão surgindo (nem sempre fáceis de serem supridas) e vão se misturando cada vez mais com fatores de desejo (riqueza, consumo, poder), que quase sempre são impossíveis de serem supridas (OLIVEIRA, 2004, p. 162).

Para as empresas atuais, como a ordem é aumentar a produtividade a qualquer custo, então, uma das estratégias é conseguir a adesão voluntária dos trabalhadores no processo de busca por melhores desempenhos na produção. Manuais como o acima, dão exemplo da responsabilidade do líder corporativo pela satisfação das necessidades dos seus “colaboradores”, dentro da política da empresa e dos limites de atuação previamente estabelecidos. São vários os modos de manter os funcionários motivados e dispostos a dar tudo de si pela organização. Tivemos a oportunidade de entrevistar o Sr. C.C.C., um operário da área industrial canvieira que serve como outro bom exemplo de como o novo receituário neoliberal é muito eficaz na automotivação dos “colaboradores” das empresas.

Como as empresas, hoje em dia, se desdobram para manter suas taxas de lucro, surgem modelos de administração corporativa de todos os tipos, inclusive, alguns mais “humanizados”, tais como a qualidade total, a qualidade de vida, a gestão participativa, as ações motivacionais e o trabalho em equipe. A ênfase que se dava ao controle do tempo e do movimento, do Taylorismo e do Fordismo¹⁶, é agora substituída pela cooperação funcional, pela potencialização dos talentos, na realidade, modelos inovadores de gestão, flexibilizados, mas, que visam unicamente ao aumento da estimulação das forças de trabalho, uma exploração do trabalhador mais intensa para o “necessário” aumento da extração da mais-valia (ARAÚJO et al, 2001).

¹⁶ Taylorismo e Fordismo são modelos de administração organizacional cuja ênfase está no controle dos tempos e dos movimentos, que procura organizar tudo de forma racional, clara e eficiente, detalhando e especificando bem todas as tarefas para se otimizar cada tarefa no processo de produção. Os quatro princípios fundamentais do Taylorismo são: princípio do planejamento, princípio da preparação dos trabalhadores, princípio do controle e princípio da execução. Já o Fordismo baseia-se em três princípios básicos: princípio da intensificação, princípio da economia e princípio da produtividade. A diferença básica entre estes dois modelos e o Toyotismo está no fato de que os primeiros buscavam racionalizar a produção em massa e o último, a sua flexibilização.

Para os capitalistas, tudo que contribui para extrair mais trabalho é válido. Se for preciso apelar para as crenças religiosas dos trabalhadores para torná-los mais satisfeitos com a organização, com certeza esta prática será utilizada pelos líderes corporativos.

O Sr. C.C.C. é um participante ativo de uma campanha interna que motiva os funcionários de uma grande Usina alagoana a darem o melhor si durante o período de safra, ou seja, eliminar “porosidades” durante sua jornada de trabalho. Trata-se de um prêmio oferecido pela usina que é muito apreciado por vários dos seus operários e trabalhadores rurais, que acontece da seguinte forma: aqueles que atingirem os melhores índices de produtividade ganham, assim que terminar o período de safra, uma viagem, com tudo pago, para Juazeiro do Norte, local muito famoso pelas romarias ao Padre Cícero. Centenas de milhares de pessoas passam, todos os anos, por esta cidade e deixam lá suas orações, “braços e pernas de madeira”¹⁷, doações, fotos e tudo o que for preciso para pagar suas promessas pelas “graças” recebidas. Muitos sertanejos também costumam fazer estas romarias logo após o período de colheita e agradecem ao “Padim Ciço” as “bênçãos” recebidas.

Este prêmio é uma nova forma de praticar intensificação do trabalho. Iniciativas como esta servem para estimular a concorrência interna na busca por uma produção cada vez maior, recorrendo a motivos atrativos de todos os tipos, incluindo o apelo às convicções religiosas. O chicote utilizado na escravidão e o controle de movimento do taylorismo são agora substituídos pela colaboração espontânea incentivada por prêmios motivacionais. Outra face da exploração do trabalhador.

Nas perspectivas teóricas de Karl Marx (1844), uma forma de ideologia, mais especificamente a religião, pode alienar o homem daquilo que Marx chamaria de realidade material ou essência da existência humana. Então, questionamos: quão alienados, alheios à realidade física, seriam os trabalhadores desta usina alagoana em consequência das suas convicções religiosas? Ou seja, suas crenças no Padre Cícero estabelecem uma realidade sobrenatural ou algo externo à sua natureza material, que os leva a não perceber a dura realidade da intensificação do seu trabalho para expropriar trabalho excedente?

Veremos que sim. A realidade é que a riqueza gerada pelo trabalhador é expropriada dele, é tomada pelos proprietários dos meios de produção. E o trabalhador, o verdadeiro produtor de acumulação de riqueza, faz isto para a classe dominante e não percebe, não se

¹⁷ As pernas e os braços de madeira são esculturas produzidas pelos devotos e ofertadas nos altares das igrejas de Juazeiro do Norte, como pagamento de promessa pelas “graças”, bênçãos recebidas.

conscientiza disso, e às vezes, ainda, rende louvores de agradecimento pela existência de patrões tão bons pela oportunidade do emprego. Vejamos o teor das informações levantadas com este entrevistado.

Nosso entrevistado tem quarenta anos de idade, é casado, tem quatro filhos e fez até a terceira série do antigo primário. Ele recebe um salário mínimo mensal com adicional noturno (turno das 23 às 07 horas), é auxiliar de serviços gerais na fábrica da usina. Já trabalhou no campo fazendo dedetização ou irrigação, porém, antes de ter deixado o trabalho nesta mesma usina para tentar um novo emprego, numa olaria de cerâmica. Não deu certo e ele, “graças a Deus e aos seus patrões”, nas próprias palavras dele, retornou para a usina que tinha deixado. Nosso entrevistado é ministro da eucaristia da Igreja Católica Apostólica Romana, vai às reuniões todos os dias, logo após o turno de trabalho que se encerra às sete horas da manhã e fica na igreja até, aproximadamente, às nove horas da manhã. Também participa das missas todos os domingos.

A primeira vez que esteve em Juazeiro do Norte, não foi pelo prêmio da usina, mas com a mãe para pagar uma promessa por uma “graça” recebida, depois de um acidente que deixou seu braço em péssimas condições. Nesta ocasião, levou um “braço de madeira” como oferenda ao Padre Cícero. Mas já esteve nas romarias ao “Padim Ciço” várias outras vezes, sendo quatro ou cinco vezes como premiado da usina por produtividade. Para o nosso entrevistado, em primeiro lugar na vida vem Deus e em segundo o Padre Cícero. E quando se fala no nome deste santo, nosso entrevistado disse que a imagem que lhe vem à mente é de santidade, fé para a cura, proteção e romaria.

Para esse trabalho, foi interessante saber que nosso entrevistado acredita que agradecer ao Padre Cícero pela colheita pode garantir uma boa safra no próximo ano. Na realidade, nosso entrevistado nos confessou que gosta de ir para Juazeiro do Norte para agradecer três itens muito importantes para ele: (1) agradecer e pedir por ele mesmo e sua família; (2) agradecer e pedir pelos colegas de trabalho e pela indústria onde é empregado, pois, sem ela ele não viveria, não teria um “bom” trabalho; e (3) pelos donos da empresa, que precisam ser abençoados para manter os empregos de tanta gente necessitada. Aliás, quando pedimos para ele completar uma frase, que dizia “um trabalhador devoto do Padre Cícero sempre vai”... Ele completou com: “rezar para o pessoal da usina, principalmente os donos”. Vimos que o grau de agradecimento do nosso entrevistado aos seus contratantes é muito alto.

Quando perguntamos como ele se sentia quando ganhava a viagem para Juazeiro do Norte, oferecida pela usina, ele declarou muita satisfação e contentamento.

Para entender ainda mais a sua devoção religiosa, buscamos identificar as prioridades na sua vida. Para isto, apresentamos cinco alternativas. Para ele, a prioridade zero é a devoção ao Padre Cícero. Isto vem em primeiro lugar na sua vida. Em segundo lugar, vem sua própria vida. Em terceiro, vem sua família. Em quarto, o seu salário. E em quinto lugar, uma cesta básica alimentar. Notamos que a devoção religiosa do nosso entrevistado é realmente muito forte. Na sala da sua casa, onde ele nos recebeu e forneceu estas informações, contamos mais de dez imagens ou esculturas religiosas.

Então perguntamos a respeito dos outros ganhadores da viagem para Juazeiro, se ele acreditava que estes trabalhadores exerciam suas funções na usina com mais vontade e dedicação para atingir as metas e ganhar o prêmio. Ele disse que sim, “com certeza”. Inclusive, comentou que os participantes da viagem sempre diziam que este prêmio era a melhor “coisa” que a indústria já tinha feito por eles. Então, perguntamos se ele acreditava também que os seus colegas de viagem trabalhariam “dobrado”, se fosse preciso, para ganhar o prêmio. Ele respondeu de forma cautelosa: “eles dão o máximo de si e são muito felizes por isso”.

Nosso entrevistado disse que nas primeiras viagens, os premiados iam de Maceió para Juazeiro do Norte em ônibus do mesmo tipo que os levam para o campo de trabalho. Ônibus antigos e bancos não reclináveis. Mas, hoje em dia, a usina concedeu ônibus confortáveis, com lanches e bebidas para o trajeto. E disse, para finalizar, que se algum trabalhador quiser ganhar este prêmio, deve agir como ele: “seja digno, cumpra os horários certos, goste do seu trabalho, pois se eu consigo todos podem conseguir. E lembre-se que primeiro vem Deus e depois os homens”.

Para Marx (1844), a religião, esta forma de ideologia, mais especificamente as crenças no Padre Cícero, alienam os trabalhadores da sua realidade de explorados. É interessante notar a simplicidade de pensamento e devoção de homens como o nosso entrevistado. Os patrões que o exploram, que ficam com um volume de riqueza tão alto em troca de um salário mínimo mensal e uma viagem para Juazeiro do Norte, são lembrados nas suas orações e agradecimentos ao “Padim Ciço”. Este é o tipo de ação característica do regime de acumulação flexível, utilizada para se obter maior comprometimento dos trabalhadores, para se aumentar a produtividade da empresa e intensificar o trabalho.

Para Antunes (2011, p. 34),

quanto maior é a incidência do ideário e da pragmática na chamada “empresa moderna”, quanto mais racionalizado é seu modus operandi, quanto mais as empresas laboram na implantação das “competências”, da chamada “qualificação”, da gestão do “conhecimento”, do sistema de “metas”, mais intensos parecem tornar-se os níveis de degradação do trabalho.

Outro bom exemplo da intensidade dos níveis de degradação do trabalho é o caso de mais um entrevistado, o Sr. V. S., ex-motorista de treminhão e de ambulância em uma usina de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. O Sr. V. S. reside em Maceió, Alagoas, mas há dois anos passou um ano em Campo Grande para trabalhar numa usina de grande proporção. Recebeu o convite aqui mesmo em Maceió através de um conhecido e foi com a expectativa de ganhar bastante dinheiro e voltar para montar um pequeno negócio. Deixou esposa e filha pequena e ficou hospedado em um alojamento da empresa.

Durante o tempo que V. S. trabalhou com a ambulância, disse que atendia diariamente chamadas para socorrer trabalhadores na colheita. Os motivos, na maioria das vezes, eram desmaios em função do “trabalho pesado”. Porém, a informação que V. S. nos forneceu e que serve muito bem para esta dissertação é como o seu trabalho foi intensificado, sem que ele se preocupasse com sua saúde, para conseguir receber o prêmio diário por cumprimento da meta de assiduidade. Como ele não era cortador de cana e não tinha produção diária, um dos critérios de medição de desempenho era a assiduidade (inexistência de faltas). Se ele não faltasse, tinha garantido um valor diário acrescido no seu salário mensal. O que nos surpreendeu e demonstra muito claramente como o capital se utiliza de métodos inovadores para garantir o esforço voluntário e o comprometimento dos trabalhadores com suas funções, foi o fato de que num determinado mês em que ele estava trabalhando, uma dor de dente o afligiu muito e ele tinha o direito de ir ao dentista pela própria empresa. Porém, ele não foi. Nas palavras de V.S. “passei 25 dias com dor de dente, mas sem ir ao dentista para não perder a bonificação por assiduidade. Eu precisava guardar dinheiro para mandar para minha família em Maceió”.

Todo o exposto apresenta a dura realidade de superexploração dos cortadores de cana-de-açúcar. E esta superexploração traz consequências na saúde e na vida pessoal e familiar do trabalhador canavieiro. É o que veremos no próximo capítulo.

3 AS CONSEQUÊNCIAS DA SUPEREXPLORAÇÃO NA SAÚDE DO CORTADOR DE CANA-DE-AÇÚCAR

Para Marx,

o valor diário da força de trabalho, como será lembrado, é calculado sobre sua duração média, ou seja, sobre a duração normal da vida de um trabalhador e sobre uma correspondente transformação normal, ajustada à natureza humana, de substância vital em movimento. Até certo ponto, o desgaste maior de força de trabalho, inseparável do prolongamento da jornada de trabalho, pode ser compensado por maior restauração. Além desse ponto, o desgaste cresce em progressão geométrica e ao mesmo tempo todas as condições normais de reprodução e atuação da força de trabalho são destruídas. O preço da força de trabalho e o grau de sua exploração deixam de ser grandezas comensuráveis (MARX, tomo 2, 1996, p. 154).

Quando a duração da jornada de trabalho é muito excessiva, com certeza provocará um desgaste maior na força de trabalho, que é uma mercadoria e que se desgasta, o que, conseqüentemente, irá comprometer a reprodução desta força de trabalho. Neste caso, especificamente, Marx relaciona o prolongamento da jornada de trabalho com a duração média da vida do trabalhador. Ou seja, quando o trabalhador chega ao limite da sua capacidade de trabalho e é obrigado a continuar no seu labor, o desgaste “cresce em progressão geométrica”, de forma que não se pode medir tamanha exploração. E este desgaste poderia ser “compensado por maior restauração”, mas não é o que acontece.

Em vários momentos das suas principais obras, Marx demonstra o quanto a reprodução da força de trabalho é vital para a vida do trabalhador. No seu livro *Salário, preço e lucro* (1953), ele diz que “a força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva”. Então, para que ele consiga se manter vivo, precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência, pois tal qual uma máquina o homem se gasta e tem que repor as energias utilizadas na sua jornada de trabalho. Ainda nos termos de Marx,

além da soma de artigos de primeira necessidade exigidos pelo seu próprio sustento, o homem precisa de outra quantidade dos mesmos artigos para criar determinado número de filhos, que hão de substituí-lo no mercado de trabalho e perpetuar sua raça de trabalhadores. Ademais, tem que gastar outra soma de valores no desenvolvimento de sua força de trabalho e na aquisição de certas habilidades (MARX, 1953, p. 16).

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2005) apresentam a premissa principal de suas análises sobre a sociedade. Os homens devem viver para fazer sua história, mas não serão capazes disso sem antes “beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se, etc.”

(MARX; ENGELS, 2005, p. 13). Ou seja, antes de tudo o homem precisa satisfazer suas necessidades, produzir os bens necessários à sua sobrevivência, “uma condição fundamental de toda a história, que é necessária, tanto hoje como há milhares de anos, executar, dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos” (Idem). Mas o que acontece quando isto tudo não está à disposição do trabalhador? Ou quando seus meios de subsistência estão aquém do necessário para a reprodução da sua força de trabalho?

Raul Rojas Soriano (2009, p. 23) diz que “as consequências do desenvolvimento capitalista se manifesta de forma concreta na saúde dos grupos sociais que o compõem. Com isto, surgem novas enfermidades ou se acentua a presença de outras ou intensificam-se os acidentes de trabalho”. As doenças, então, para este autor, é um resultado da forma como a sociedade produz e se reproduz. A população, no início do capitalismo inglês, trabalhava e vivia em condições altamente prejudiciais à sua saúde: superpopulação, jornadas de trabalho excessivas, desnutrição, contaminação ambiental, falta de serviços públicos, saneamento básico, ausência de equipamentos de proteção do trabalhador, falta de descanso etc. Tudo isto só poderia resultar em consequências prejudiciais para a saúde (Idem, p. 24).

Marx identificou, analisou e expôs as consequências que a exploração da força de trabalho causava na saúde e na reprodução social da classe proletária. Tudo isto foi um dos grandes objetos de estudo de Marx. Em *O capital*, Marx (1996, v. 1, p. 367) apresentou “o impulso à prolongação da jornada de trabalho, a feroz voracidade por mais trabalho” que os capitalistas da época buscavam de forma desregulamentada e intensa. Ele demonstrou várias vezes, em *O Capital*, citações relevantes sobre a situação dos trabalhadores, tais como a comparação que o economista burguês John Wade fez entre os abusos cometidos na Inglaterra pelos donos das fábricas em busca de lucro e as crueldades dos espanhóis contra os índios na América,¹⁸ ou a declaração de um juiz que nos leva a uma reflexão profunda sobre as condições de trabalho de alguns ramos da indústria inglesa. Gostaríamos de apresentar todas estas citações na íntegra:

O sr. Broughton, um county magistrate¹⁹, como presidente de uma reunião realizada na prefeitura da cidade de Nottingham, em 14 de janeiro de 1860, declarou que no setor da população urbana que vivia da fabricação de rendas reinava um grau de sofrimento e miséria desconhecido no resto do mundo civilizado. [...] Às 2, 3, 4 horas da manhã, crianças de 9 a 10 anos são arrancadas de suas camas imundas e

¹⁸ "A voracidade dos donos de fábrica, cujas crueldades na caça ao lucro mal foram ultrapassadas por aquelas perpetradas pelos espanhóis, por ocasião da conquista da América, na caça ao ouro." (WADE, John. *History of the Middle and Working Classes*. 3ª ed., Londres, 1835. p. 114 apud MARX, 1996, p. 340).

¹⁹ Juiz de condado.

obrigadas, para ganhar sua mera subsistência, a trabalhar até as 10, 11 ou 12 horas da noite, enquanto seus membros definham, sua estatura se atrofia, suas linhas faciais se embotam e sua essência se imobiliza num torpor pétreo, cuja aparência é horripilante. [...] Não nos surpreendemos que o sr. Mallett e outros fabricantes tenham-se manifestado em protesto contra qualquer discussão. [...] O sistema, como o reverendo Montagu Valpy o descreveu, é um sistema de ilimitada escravidão, escravidão no sentido social, físico, moral e intelectual. [...] O que se deve pensar de uma cidade que realiza uma assembléia pública para peticionar que o tempo de trabalho para homens se limite a 18 horas por dia! [...] Peroramos contra os plantadores da Virgínia e da Carolina. É, entretanto, seu mercado de negros, com todos os horrores do látigo e do tráfico de carne humana, por acaso mais ignóbil do que essa lenta imolação de seres humanos, praticada a fim de que se produzam véus e colarinhos em proveito dos capitalistas²⁰ (MARX, 1996, p. 367)?

Outros depoimentos que mostram a triste realidade da época são os de algumas crianças operárias da indústria inglesa. Wilhelm Wood, de 9 anos de idade que tinha apenas 7 quando começou a trabalhar, disse: “eu trabalho todos os dias da semana até as 9 horas da noite. Assim, por exemplo, durante as últimas 7 a 8 semanas” (Idem, p. 368).

J. Murray, um menino de apenas 12 anos de idade também deixou registrado seu depoimento na obra de Marx:

I run moulds and turn jigger (giro a roda). Eu chego às 6 horas, às vezes às 4 horas da manhã. Trabalhei durante toda a noite passada indo até as 6 horas da manhã. Eu não estive na cama desde a última noite. Além de mim trabalharam 8 ou 9 outros meninos toda a última noite. Todos, com exceção de um, retornaram esta manhã. Eu recebo semanalmente 3 xelins e 6 pence (1 táler e 5 groschen). Eu não recebo nada a mais, quando trabalho toda a noite. Eu trabalhei, na última semana, durante 2 noites inteiras (MARX, 1996, p. 368).

Ou ainda Fernyhough, outro menino de 10 anos de idade: “Nem sempre tenho 1 hora inteira para o almoço: freqüentemente só tenho 1/2 hora; cada quinta, sexta e sábado (Idem, p. 369).

Engels também denunciou a situação dos operários ingleses do século XIX, especialmente na sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, 1982. Escrito a partir da experiência do autor durante a sua estada nas principais cidades industriais inglesas durante os anos de 1842 a 1844, o livro revela a triste situação destes trabalhadores, de forma que a vida útil dos mesmos, freqüentemente, não passava dos 40 anos de idade. “Por causa dos efeitos debilitantes do trabalho da fábrica, os homens se desgastam muito cedo. Aos 40 anos, a maioria é incapaz de trabalhar. Alguns permanecem até os 45; quase nenhum chega aos 50 anos sem ter que parar de trabalhar”. (ENGELS, 1982, p. 234).

²⁰ London Daily Telegraph de 17 de janeiro de 1860.

Para mostrar o quanto a classe operária era explorada pelos seus contratantes, Engels compara os trabalhadores a escravos da burguesia:

O proletariado é, portanto, de fato e de direito, o escravo da burguesia: ela dispõe da sua vida e morte. Ela oferece os meios de vida, mas só em troca de um "equivalente" pelo seu trabalho, chegando a dar a ilusão de trabalho por opção, estabelecendo um contrato livre, sem coerção, como seu senhor. Linda liberdade, que o trabalhador não deixa outra escolha senão submeter-se às condições impostas pela burguesia, ou morrer de fome, frio, deitado completamente nu para dormir como os animais da floresta. (Idem, p. 132).

Pode-se ver que a classe trabalhadora, adulta e infantil, no início do capitalismo, foi submetida a uma exploração sem limites por parte do capital, para se obter trabalho excedente pelo menor custo possível, sem se importar com as consequências e as doenças destes operários. Esta exploração da força de trabalho destes trabalhadores, observados por Marx e Engels, resultou em consequências e danos à saúde claramente visíveis. Marx apresenta na sua obra, *O capital*, várias declarações de médicos da época, como a do Dr. Greenhow que disse que o tempo de vida dos operários das fábricas de cerâmica era “extraordinariamente” (1996, p. 359) curto, sendo que mais da metade dos óbitos de um determinado distrito eram causados por doenças pulmonares, entre os homens trabalhadores acima de 20 anos de idade, ceramistas.

Outros médicos da época declararam seu protesto contra esta realidade, conforme relatório do mesmo Dr. Greenhow, citado acima. Por exemplo, o Dr. Boothroyd, da mesma equipe médica do Dr. Greenhow, disse que “cada geração sucessiva de ceramistas é mais raquítica e mais fraca que a anterior” (MARX, 1996, p. 359) e, outro médico, Dr. McBean, afirmou que desde que iniciou sua clínica entre os ceramistas, em 25 anos de trabalho, a degeneração dessa classe se manifestou progressivamente na redução de estatura e peso (Idem).

Outro relatório citado por Marx foi o do Dr. J. T. Arledge, médico-chefe do hospital de North Staffordshire, que disse:

Como uma classe, os ceramistas, homens e mulheres [...] representam uma população física e moralmente degenerada. São em regra raquíticos, mal construídos e freqüentemente deformados no peito. Eles envelhecem antes do tempo e são de vida curta; flegmáticos e anêmicos, denunciam a fraqueza de sua constituição por meio de obstinados ataques de dispepsia, perturbações hepáticas e renais e reumatismo. Sobretudo sofrem sob as doenças do peito, pneumonia, tísica, bronquite e asma. Sofrem de uma forma peculiar desta última conhecida como asma de ceramista ou tísica de ceramista. A escrofulose, que ataca as amígdalas, ossos ou outras partes do corpo é uma doença que afeta mais de 2/3 dos ceramistas. A

degenerescência (degenerescence) da população deste distrito não é muito maior exclusivamente graças ao recrutamento dos distritos rurais circunvizinhos e ao casamento com raças mais sadias (MARX, 1996, p. 359).

Marx também citou o relatório do Sr. Charles Parsons, do mesmo hospital, que escreveu:

“Posso falar com base somente em observações pessoais não estatísticas, mas nem por isso posso deixar de afirmar que sentia mais e mais revolta ao ver essas pobres crianças, cuja saúde foi sacrificada para satisfazer a avareza de seus pais e de seus empregadores” (Idem, p. 360).

Engels (1982) registrou alguns relatórios médicos no seu livro, que apresentavam a situação lamentável dos operários da época:

O próprio Comissário, Dr. Loudon, que cita estes testemunhos, diz: "Eu acho que você demonstrou claramente que as crianças foram obrigadas a prestar trabalho por um período de tempo irracional e cruel e até mesmo os adultos tiveram de assumir um trabalho que supera as forças de qualquer ser humano. A consequência é que um grande número morre prematuramente, outros sofrerão por toda a vida uma constituição física deficiente, e, fisiologicamente falando, o medo de ver os defeitos congênitos nas gerações dos sobreviventes parece estar muito bem fundamentado. (ENGELS, 1982, p. 232).

E foi exatamente nesta época do capitalismo que Marx iniciou suas observações sobre as consequências da exploração da força de trabalho na saúde dos operários. Quando Marx (1996, p. 379) diz que “o capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho [...] o que interessa a ele, pura e simplesmente, é um *maximum* de força de trabalho que em uma jornada de trabalho poderá ser feita fluir”, **Marx apresenta aqui uma análise sociológica do processo saúde-doença da classe trabalhadora, um processo que é determinado pelas condições sociais de produção impostas pelo capitalismo** (MARX apud SORIANO, 2009, p. 27, grifo nosso). Marx deixa isto claro quando diz que

o prolongamento da jornada de trabalho além dos limites do dia natural por noite adentro serve apenas de paliativo, apenas mitiga a sede vampiresca por sangue vivo do trabalho. Apropriar-se de trabalho durante todas as 24 horas do dia é, por conseguinte, o impulso imanente da produção capitalista (MARX, 1996, p. 370).

Atualmente, em função da fiscalização do Ministério do Trabalho, muito das péssimas condições no trabalho do corte da cana foi amenizado. Porém, como constatado na pesquisa de campo realizada para esta dissertação, a situação a que estes trabalhadores já foram expostos ou são ainda, em muitos casos, provocaram consequências graves na sua saúde. A exploração da sua força de trabalho aconteceu de forma intensa e extensa, sem que houvesse preocupação por parte dos seus contratantes com o desgaste que as funções exigidas geram, com a insegurança que as condições de trabalho oferecem ou com a reprodução social.

Sabemos que é por meio do corpo que estes trabalhadores existem e se relacionam no seu campo de atuação. E no corpo dos mesmos serão impressas as marcas da sua existência, do seu trabalho, da cultura e da sociedade. Seriam marcas profundas ou superficiais? Veremos que são marcas profundas, verdadeiras mutilações, às vezes. A saúde não é um “bem de troca”, mas um “bem comum”, um direito universal, de forma que todos deveriam ter assegurados o exercício e a prática deste direito, pois os recursos atuais que presenciamos no mundo, tais como riquezas, conhecimentos, tecnologias diversas que a ciência vem desenvolvendo ao longo da história, garantiriam plenamente saúde para os trabalhadores (PROJETO SAÚDE E CIDADANIA, 2010). Se levarmos em conta as riquezas obtidas pelo setor agroindustrial canavieiro, estes trabalhadores teriam o seu bem estar assegurado. Mas não é o que acontece.

Asa Cristina Laurell, professora, pesquisadora e atual coordenadora do curso de pós-graduação de Medicina Social na Universidade Autônoma Metropolitana de Xochimilco, na cidade do México, vem desenvolvendo estudos sobre as relações de trabalho e saúde. De acordo com Laurell (2010, p. 11), o processo saúde-doença da coletividade é o modo pelo qual o processo biológico de desgaste e reprodução ocorre num determinado grupo. Este processo se manifesta de maneiras diversas, que podem ser analisadas através de indicadores, tais como a expectativa de vida, as condições nutricionais, a constituição somática e também nos modos específicos de adoecer e morrer.

O processo saúde-doença tem caráter social, pois dentro de um determinado grupo ele adquire historicidade, está socialmente determinado. “Isto é, para explicá-lo, não bastam os fatores biológicos, é necessário esclarecer como ele está articulado no processo social”. Sendo assim, o que se poderia chamar de “normalidade” ou “anormalidade” biológicas de uma sociedade são definidas em função do social (LAURELL, 2010, p. 12). Este processo, então, estuda as variáveis que determinam a saúde e a doença de um indivíduo ou de uma população e considera que tanto a saúde como a doença estão interligadas e são consequências dos mesmos fatores. De acordo com esse conceito, a determinação do estado de saúde de uma pessoa é um processo que envolve diversos fatores: biológicos, econômicos, culturais e, especialmente, sociais, tais como a exploração da força de trabalho de operários fabris ou trabalhadores rurais. Sendo assim, estudar o processo saúde-doença dos cortadores de cana-de-açúcar, pelas premissas teóricas marxistas, é buscar entender o quanto a sua saúde foi prejudicada pela superexploração da sua força de trabalho.

Raúl Rojas Soriano (2009, p. 97) define a Sociologia da Saúde Marxista da seguinte forma:

é a disciplina que procura explicar o surgimento e o desenvolvimento do processo saúde-doença nas sociedades e grupos sociais historicamente determinados, assim como as características que levam a resposta social à doença: política de saúde, sistemas de saúde e prática médica. Baseia-se em conceitos da teoria marxista da sociedade, na qual, além disso, estudam processos de investigação específicos da saúde e da doença, assim como todo o processo relacionado com estes fenômenos.

Para Soriano, Marx e Engels sempre se preocuparam com as consequências da exploração capitalista na saúde da classe operária da Inglaterra. As observações destes dois autores clássicos se deram de forma concreta e eles conseguiram demonstrar as condições de vida impostas pelos capitalistas, que tanto prejudicaram a vida dos trabalhadores. As consequências que eles observaram foram diversos tipos de enfermidades, acidentes de trabalho, mortes e redução da expectativa de vida média e da vida útil dos operários ingleses da época. E estes estudos deram origem a aportes teóricos no campo da Sociologia da Saúde nos seguintes termos:

- 1) eles desenvolveram um referencial teórico e metodológico, dentro do materialismo histórico, para analisar o processo saúde-doença da classe proletária e os diversos fenômenos relacionados a ele. Em relação a isto,
- 2) apresentaram e apoiaram, empiricamente, várias teses atualmente em voga na Sociologia da Saúde, e
- 3) estabeleceram relações empíricas concretas entre o processo saúde-doença e vários fenômenos sociais resultantes da exploração capitalista (superpopulação, desnutrição, intensidade no processo de trabalho, etc.) (Idem, p. 9).

Ou seja, para Soriano, Marx e Engels criaram e apoiaram, com informações empíricas, diversas leis e hipóteses relacionadas com a problemática da saúde da classe trabalhadora, tendo sua explicação na forma como a sociedade produz e se reproduz. De acordo com o mesmo autor, Marx e Engels apontaram os problemas sociais que causavam as doenças, o envelhecimento precoce e a redução da expectativa de vida do operário inglês do século XIX: (1) as condições de trabalho e (2) as condições de vida dos operários fora da fábrica (SORIANO, 2009, p. 61). Cada um destes problemas apresenta variáveis importantes e determinantes para a saúde do trabalhador. Vejamos quais são, de acordo com Soriano:

- 1) As condições de trabalho: prolongação da jornada de trabalho, intensidade do esforço necessário para o desempenho das suas funções e ambiente de trabalho;
- 2) As condições de vida fora da fábrica: desnutrição, moradia e contaminação ambiental (saneamento, lixo, poluição ambiental, etc.).

A proposta deste trabalho é utilizar estas duas dimensões e suas variáveis como base para a elaboração de um questionário para a realização de uma pesquisa de campo com cortadores de cana-de-açúcar, na expectativa de conseguir informações que confirmem a superexploração da sua força de trabalho e as consequências na sua saúde.

3.1 PESQUISA DE CAMPO COM CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR COM IDADE SUPERIOR A 40 ANOS

A superexploração acontece “a partir de uma intensificação do trabalho, prolongação da jornada de trabalho e expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho” (MARINI apud RAMPONE, 2010, p. 4). E quando esta superexploração é uma constante na vida dos trabalhadores canavieiros, a sua saúde e a sua reprodução social podem ficar comprometidas, pelo desgaste físico e pela falta de condições para restaurar a sua força de trabalho.

Para confirmar a afirmação acima, realizamos uma pesquisa com cortadores de cana-de-açúcar com idade superior a 40 anos de idade, por acreditarmos que, a partir desta idade, os trabalhadores canavieiros já devem sofrer as consequências da superexploração. Em duas entrevistas com funcionários do setor de contratação de cortadores de cana-de-açúcar de duas grandes usinas alagoanas, os entrevistados afirmaram que a partir desta idade, esses trabalhadores já não conseguem atingir as metas com facilidade. Por isso, a preferência é sempre por trabalhadores mais jovens. Como escrevemos na introdução desta dissertação, realizamos um levantamento preliminar para este trabalho, em uma determinada usina da região de São Miguel dos Campos, Alagoas. De um total de 1.368 trabalhadores registrados, 82% deles tinham até 39 anos de idade e 18% idade superior a 40 anos. Estas informações também serviram de base para a escolha de estabelecer como filtro de pesquisa cortadores de cana com mais de 40 anos.

Optamos por uma pesquisa do tipo descritiva e explicativa que busca levantar e interpretar uma realidade. Ela tem como função descobrir os fenômenos, classificá-los e interpretá-los. Apesar de ser uma pesquisa descritiva quantitativa, ela também guarda algumas características qualitativas, principalmente quando buscamos o porquê de algumas respostas. O levantamento dos dados foi feito por meio de entrevistas pessoais, na residência dos trabalhadores e algumas na rua.

Apesar das pesquisas descritivas utilizarem, na maioria das vezes, amostras grandes e representativas, fizemos uso de uma amostra pequena por acreditarmos que as características do universo que estudamos são muito homogêneas. Quando isto acontece, mesmo numa amostra pequena, existe uma probabilidade grande de aparecer, de forma evidente, elementos que caracterizam este universo. Foi a forma que encontramos de testar nossa hipótese. Ou seja, se o trabalho no corte da cana, que é muito desgastante, foi explorado de forma ainda mais excessiva, e isto causou diversos danos à saúde e à vida desta categoria profissional, mesmo numa amostra pequena, estes resultados devem aparecer de forma muito expressiva.

A amostra foi composta, então, de 25 sujeitos. E como explicamos, mesmo nesta amostra aparentemente pequena, quando a grande maioria dos entrevistados apresenta uma característica em comum, a margem de erro, para um índice de confiança de 95,5%, é relativamente baixa. Vejamos a tabela desenvolvida pelo estatístico italiano Guglielmo Tagliacarne (1978, p. 172):

Tabela 3

Determinação de margem de erro de um resultado segundo o número de elementos que estão na amostra e dos diversos valores das características desejadas, para um índice de confiança de 95,5% (indicados no cabeçalho)

Número de elementos da amostra	1/99	2/98	3/97	4/96	5/95	10/90	15/85	20/80	25/75	30/70	35/65	40/60	45/55	50/50
25	4,0	5,6	6,8	7,8	8,7	12,0	14,3	16,0	17,3	18,3	19,1	19,6	19,8	20,0
50	2,8	4,0	4,9	5,6	6,2	8,5	10,1	11,4	12,3	13,0	13,5	13,9	14,1	14,2
75	2,3	3,2	3,9	4,5	5,0	6,9	8,2	9,2	10,0	10,5	11,0	11,3	11,4	11,5
100	2,0	2,8	3,4	3,9	4,4	6,0	7,1	8,0	8,7	9,2	9,5	9,8	9,9	10,0
150	1,6	2,3	2,8	3,2	3,6	4,9	5,9	6,6	7,1	7,5	7,8	8,0	8,1	8,2
200	1,4	2,0	2,4	2,8	3,1	4,3	5,1	5,7	6,1	6,5	6,8	7,0	7,0	7,1
250	1,2	1,8	2,2	2,5	2,7	3,8	4,5	5,0	5,5	5,8	6,0	6,2	6,2	6,3
300	1,1	1,6	2,0	2,3	2,5	3,5	4,1	4,6	6,0	5,3	5,5	5,7	5,8	5,8
400	0,99	1,4	1,7	2,0	2,2	3,0	3,6	4,0	4,3	4,6	4,8	4,9	5,0	5,0
500	0,89	1,3	1,5	1,8	2,0	2,7	3,2	3,6	3,9	4,1	4,3	4,4	4,5	4,5
600	0,81	1,1	1,4	1,6	1,8	2,5	2,9	3,3	3,6	3,8	3,9	4,0	4,1	4,1
800	0,69	0,98	1,2	1,4	1,5	2,1	2,5	2,8	3,0	3,3	3,3	3,4	3,5	3,5
1000	0,63	0,90	1,1	1,3	1,4	1,9	2,3	2,6	2,8	2,9	3,1	3,1	3,2	3,2
1200	0,57	0,81	0,99	1,1	1,3	1,7	2,1	2,3	2,5	2,7	2,8	2,8	2,9	2,9
1500	0,51	0,73	0,89	1,0	1,1	1,6	1,9	2,1	2,3	2,4	2,5	2,5	2,6	2,6
2000	0,44	0,61	0,75	0,86	0,90	1,3	1,6	1,8	1,9	2,0	2,1	2,2	2,2	2,2
2500	0,40	0,56	0,68	0,78	0,87	1,22	1,4	1,6	1,7	1,8	1,9	2,0	2,0	2,0
3000	0,36	0,51	0,62	0,71	0,79	1,1	1,3	1,5	1,6	1,7	1,7	1,8	1,8	1,8
4000	0,31	0,44	0,54	0,62	0,69	0,95	1,1	1,3	1,4	1,4	1,5	1,5	1,6	1,6
5000	0,28	0,40	0,49	0,56	0,62	0,85	1,0	1,1	1,2	1,3	1,4	1,4	1,4	1,4
7500	0,23	0,32	0,39	0,45	0,50	0,69	0,82	0,92	1,0	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2
10000	0,20	0,28	0,34	0,39	0,44	0,60	0,71	0,80	0,87	0,95	0,95	0,98	0,99	1,0
15000	0,16	0,23	0,28	0,32	0,36	0,49	0,59	0,66	0,71	0,75	0,78	0,80	0,81	0,82
25000	0,21	0,18	0,22	0,25	0,27	0,38	0,45	0,50	0,65	0,58	0,60	0,62	0,62	0,63
50000	0,08	0,11	0,14	0,16	0,17	0,24	0,29	0,32	0,35	0,37	0,48	0,39	0,40	0,40

Tabela 4 – Margem de erro para índice de confiança de 95,5% conforme número de elementos de uma amostra quantitativa.

Na primeira linha desta tabela temos as porcentagens dos componentes da amostra, portadores do caráter considerado. Por exemplo, se em uma amostra de 25 sujeitos (segunda linha da tabela), encontramos 80% (20/80, 9ª coluna) com a característica de que os entrevistados têm problemas na coluna, a margem de erro, para mais ou para menos, para este resultado é de 16%. Pode parecer uma margem de erro elevada, mas ela nos diz que existe uma probabilidade, de 95,5% de chances (o coeficiente de confiança para esta tabela), de que o universo tenha 64% de cortadores de cana, acima de 40 anos de idade, com problemas de coluna. E como a margem de erro é para cima ou para baixo, ela também nos diz que existe uma probabilidade, de 95,5% de chances, de que o universo tenha 96% de cortadores de cana, acima de 40 anos de idade, com problemas de coluna. Como nossa hipótese é que, entre os trabalhadores com mais de 40 anos de idade, deveremos encontrar muitos deles com vários tipos de doenças que já foram identificadas e apresentadas em diversos trabalhos da academia; se os resultados apresentarem porcentagens elevadas de uma mesma característica, veremos que existe, sim, uma probabilidade de 95,5% de chances de que o universo possui esta mesma característica.

A representatividade de uma amostra deste tipo, mesmo com amostra pequena, só é possível se os entrevistados forem encontrados de forma aleatória. Para isto, os dois entrevistadores do trabalho de campo se deslocaram um pra cada lado do bairro ou povoado, à procura de trabalhadores que atuaram desde o início de sua vida profissional no corte da cana e que tinham 40 anos ou mais. Para manter também certa aleatoriedade, não concentramos as 25 entrevistas em um único bairro ou povoado. Decidimos encontrar os 25 entrevistados em 4 povoamentos ou bairros com maior incidência de trabalhadores na agroindústria canavieira. O município escolhido foi Atalaia, Alagoas, e os povoamentos ou bairros foram Jenipapeiro, Alto de João Miranda, Alto do Cruzeiro e Branca de Atalaia. O levantamento dos dados foi feito através de entrevistas pessoais, na residência dos trabalhadores.

A indicação desses povoamentos ou bairros de Atalaia foi feita pelo funcionário da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Estado de Alagoas, FETAG, conforme já indicado algumas vezes no início deste trabalho. Este mesmo funcionário que, inclusive, é natural de Atalaia, nos informou que esta cidade é uma das regiões que possuem mais trabalhadores no corte da cana-de-açúcar. Que, inclusive, exporta trabalhadores para todas as regiões de Alagoas e também do Brasil.

Cícero Albuquerque, da Universidade Federal de Alagoas, escreveu a sua dissertação de mestrado também a partir de seus estudos realizados no município de Atalaia. Conforme Albuquerque,

o município de Atalaia está localizado geograficamente na Zona da Mata de Alagoas. Suas raízes históricas mais importantes estão profundamente ligadas à lavoura da cana-de-açúcar, e sua produção sempre foi orientada pela exigência dos mercados externos. As fazendas e engenhos de açúcar foram marcos do povoamento do município como de toda a região canavieira do Nordeste (ALBUQUERQUE, 2009, p. 31).

Utilizamos como instrumento de coleta de dados um questionário exclusivamente elaborado para a pesquisa em tela. Ele foi dividido em blocos de perguntas, que totalizaram 45 questões abertas e fechadas. A pesquisa foi do tipo descritiva, guardando características qualitativas, pois, além de descrever uma realidade, ela também levantou a opinião e a percepção dos entrevistados, quanto à extensão da jornada de trabalho e intensidade do esforço necessário para o desempenho das suas funções; opinião sobre o ambiente de trabalho; percepção sobre sua alimentação, moradia e condições ambientais de onde mora (lixo ou outros problemas). Também levantamos o perfil da amostra e verificamos as condições de trabalho atual (se trabalha ou não). Veja o questionário utilizado nos anexos desta dissertação.

As entrevistas foram realizadas nos dias 8 e 9 de abril de 2013, segunda e terça-feira, durante o período da manhã. No mês de abril, as safras, teoricamente, já foram encerradas. Então, deduzimos que encontraríamos, com mais facilidade, trabalhadores do corte da cana, com mais de 40 anos de idade, de preferência que estivessem com dificuldades para arranjar trabalho por serem considerados improdutivos ou por já sofrerem as consequências na saúde pela superexploração a que foram expostos durante toda a vida. E foi exatamente isto que aconteceu.

O trabalho canavieiro é feito, hoje, predominantemente, por pessoas do sexo masculino, mas, entre os trabalhadores mais velhos, os que têm acima de 40 anos de idade, encontramos muitas mulheres que trabalharam no corte da cana. Por esta razão resolvemos entrevistar 22 homens e 3 mulheres. Uma delas foi, conforme mostraremos, uma das entrevistadas que mais sofreu as consequências da superexploração da sua força de trabalho.

Entrevistamos, portanto, trabalhadores com idade entre 41 e 67 anos, sendo 4 entrevistados entre 41 e 44 anos; 5 entrevistados entre 45 a 49 anos; 5 entrevistados entre 50 e

54 anos; 4 entrevistados entre 55 e 59 anos; 5 entrevistados entre 60 e 64 anos e 2 entrevistados com idade acima de 65 anos.

Uma característica da amostra que nos chamou a atenção é que 96% dos entrevistados disseram morar em casa própria e apenas um deles disse morar em casa de aluguel. Nestas residências, encontramos famílias relativamente numerosas. 32% da amostra disseram morar numa casa com mais de 7 pessoas no total; 48% falaram que sua família era composta de 4 a 6 pessoas; 20% dos entrevistados declararam morar numa casa com até 3 pessoas. E também vimos que 84% dos entrevistados eram casados/amigados; 8% viúvos; 4% solteiros e 4% divorciados.

Apresentaremos os resultados da pesquisa de campo a partir de agora. Como já explicado, utilizamos as variáveis indicadas por Soriano (2009, p. 61) e mostradas na página 60 desta dissertação. Sendo assim, vamos apresentar primeiramente como os entrevistados percebem a extensão da jornada de trabalho e a intensificação do seu trabalho, item 3.1.1, a seguir. No item 3.1.2, fazemos algumas reflexões sobre o faturamento do setor agroindustrial canavieiro e sobre os rendimentos dos entrevistados. Em seguida, no item 3.1.3, discorreremos sobre as condições de vida do cortador de cana fora do ambiente de trabalho. Faremos algumas reflexões sobre a questão do grau de instrução dos entrevistados no item 3.1.4. E, finalmente, no item 3.1.5, apresentaremos os resultados sobre acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

3.1.1 A Extensão da Jornada de Trabalho e a Intensificação do Trabalho na Visão dos Entrevistados

Como o objetivo desta dissertação é demonstrar que a superexploração do trabalhador traz consequências na sua saúde, realizamos um grupo de perguntas destinadas a identificar a percepção do cortador de cana quanto ao prolongamento das suas jornadas e à intensificação do seu trabalho. Como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, a reestruturação produtiva trouxe consigo uma nova exigência a partir do conceito de empresa enxuta, competitiva e que precisa de “colaboradores” comprometidos com a causa dos capitalistas contratantes. Sendo assim, decidimos testar este fato buscando descobrir se o entrevistado percebia isto na sua vida profissional. Todos os entrevistados, por terem mais de 40 anos de idade e por terem começado a trabalhar desde criança, trabalharam antes e depois do ano de 1990, quando, oficialmente, começa a abertura da economia brasileira e as usinas

alagoanas começam a competir abertamente com as usinas do Sudeste, sem o protecionismo do IAA. Conforme já demonstrado, a intensificação da exploração, a partir deste período, se amplia.

Para fazer os entrevistados se localizarem no tempo, antes e depois de 1990, pedimos a eles, primeiramente, para se lembrarem das usinas em que trabalharam antes de 1990, estimulando sua memória pela idade. Por exemplo, um dos entrevistados tinha 41 anos de idade. Em 1990, ele tinha 19 anos. Porém, ele começou a trabalhar com 14 anos. Pedimos então para ele se lembrar de onde trabalhava quando tinha entre 14 e 19 anos. Este método foi muito bom, de forma que eles conseguiram se localizar no tempo. Neste último caso, o entrevistado lembrou claramente que era no tempo em que ele estava começando no corte da cana e trabalhava numa grande usina da região de Atalaia.

Depois, pedimos aos entrevistados para se lembrarem de quais foram as usinas ou fazendas em que trabalharam depois de 1990. Voltando ao exemplo anterior, pedimos a ele para que se lembrasse das usinas ou fazendas em que trabalhou a partir dos 19 anos. Ele lembrou com facilidade e citou três outras grandes usinas da mesma região.

Depois de ajudá-los a se localizarem no tempo, fizemos a primeira pergunta: “em qual destes períodos o(a) senhor(a) tinha que trabalhar mais horas por dia, quando trabalhava na usina X (que ele mesmo citou) ou depois, quando trabalhou nas usinas Y, Z e W?”

As respostas foram:

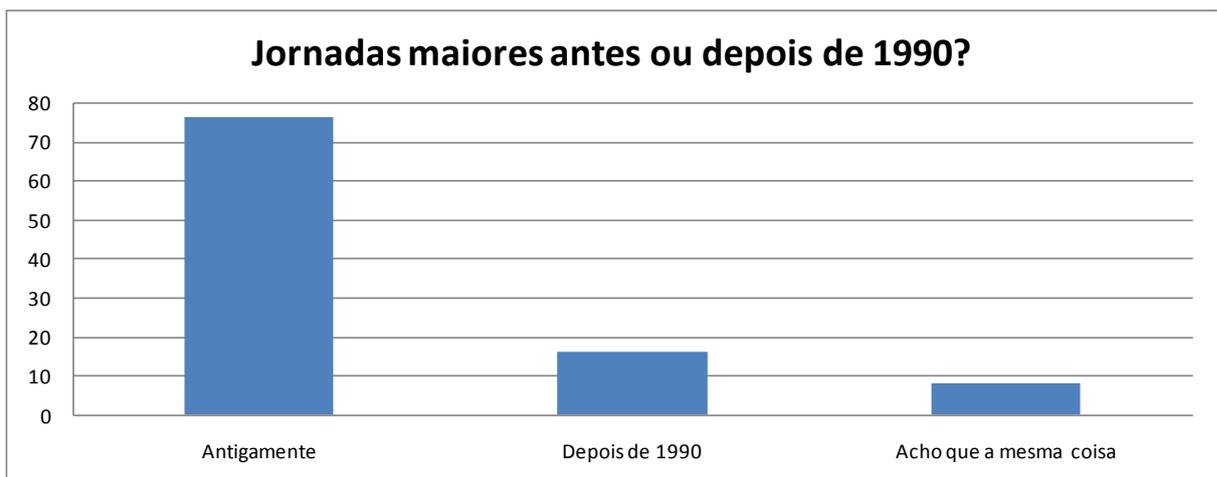


Figura 3 - Gráfico sobre a percepção do entrevistado de quando trabalhou mais: antes ou depois de 1990 (%)

76% dos entrevistados afirmaram que trabalhavam mais tempo antes de 1990. Muitos destes disseram que se lembravam de que trabalhavam até o período da noite. Quanto aos que consideraram que trabalhavam mais tempo depois de 1990, um disse que acreditava que era depois, porque não morava mais nas fazendas, então tinha que acordar mais cedo e chegava à casa mais tarde. Outro citou o fato de que, antes, trabalhava como clandestino e desta forma era mais tranquilo, com menos exigência, se trabalhava até onde dava. Outro, ainda, afirmou que depois de 1990 ele trabalhou em uma determinada usina e que lá tinha que se trabalhar muito mais.

Para ver quanto eles realmente tinham uma boa percepção de jornadas muito longas antigamente, perguntamos: “quanto tempo vocês trabalhavam antes de 1990?”. Vejamos o que eles responderam:

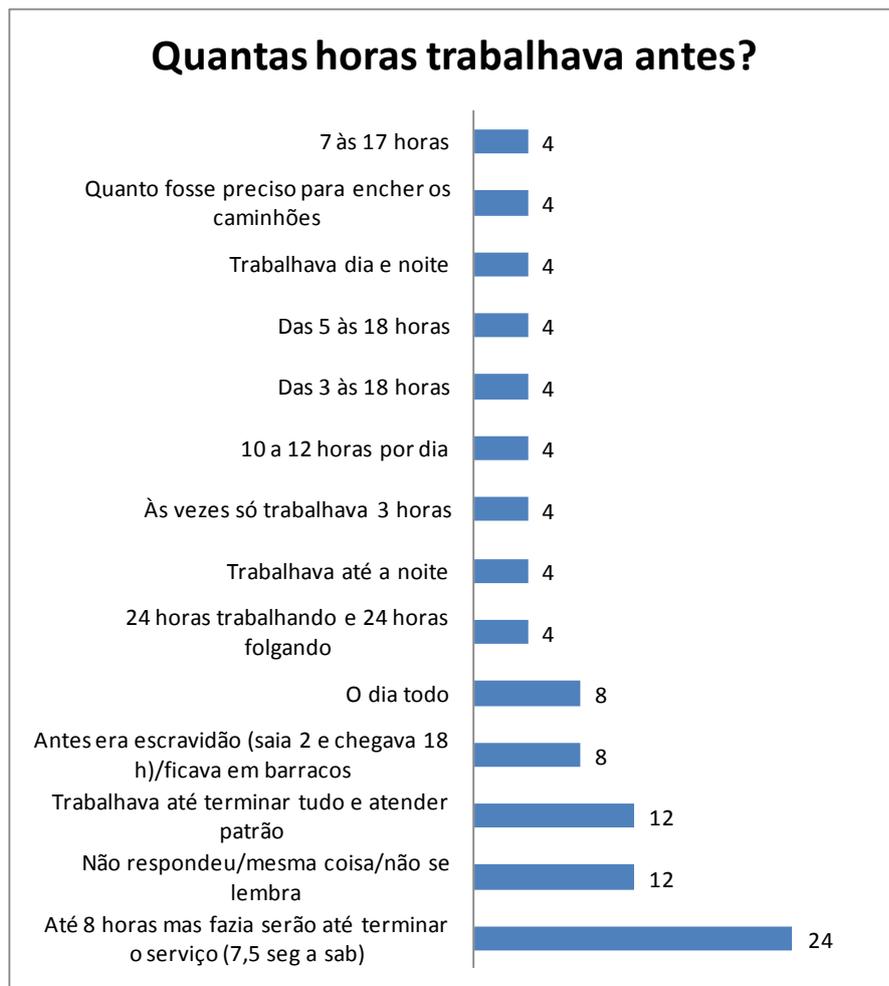


Figura 4 - Gráfico sobre as razões para os entrevistados concluir que trabalhavam mais antes de 1990 (%)
(precisa corrigir, no gráfico, o que está no parêntese: saía às 2h e chegava às 18h)

Com exceção dos 16% que falaram trabalhar só 3 horas ou que não responderam ou consideraram a mesma coisa tanto hoje como antes, todas as respostas apresentam características claras de prolongação de jornada de trabalho. Na busca da mais valia absoluta, para o usineiro e, principalmente, para o fazendeiro, a extensão do tempo de trabalho foi a grande estratégia para se conseguir mais trabalho. Porém, a partir da Constituição Federal de 1988, em seu art. 7º XIII e a CLT art. 58, ficou proibida a jornada de trabalho que ultrapassasse as 8 horas diárias ou 44 horas semanais. Gradativamente, a partir deste momento as fiscalizações foram se ampliando até que, hoje em dia, é predominante o fato de encontrarmos trabalhadores do corte da cana trabalhando 7 horas e meia de segunda a sábado, principalmente nas usinas, o que totaliza 45 horas de trabalho na semana.

O problema é que o capitalista não vai querer perder mais trabalho em função da limitação da jornada de trabalho. No seu livro *Mais trabalho*, Sadi Dal Rosso esclarece bem a solução encontrada pelos produtores de cana-de-açúcar:

chegou um momento em que o prolongamento da jornada atingiu um ponto intransponível, seu teto. Tal era a destruição física dos empregados que a voz da população se fez sentir e os governos começaram a aprovar leis que estabeleciam controles sobre a duração do serviço legalmente aceitável e sobre a duração de trabalho para algumas categorias específicas, como as mulheres, as crianças e os adolescentes. Com tal tipo de legislação, a via de acumulação de riquezas por meio da produção da mais-valia absoluta foi impedida (...) Mas, a torneira da acumulação enquanto tal não foi fechada, apenas um mecanismo foi considerado moralmente inaceitável pela sociedade. Outras portas se abriram. Já que alongar a duração da jornada dos trabalhadores não é mais possível, os capitalistas (...) passaram a buscar a acumulação por meio do mecanismo de tornar o trabalho mais intenso (ROSSO, 2008, p. 55).

E esta intensificação também foi percebida entre os nossos entrevistados. Aproveitando o mesmo método usado para que o entrevistado se localizasse no tempo e se lembrasse em qual período trabalhava mais tempo, perguntamos “em qual dos dois períodos ele cortava mais cana por dia, antes ou depois de 1990?”.

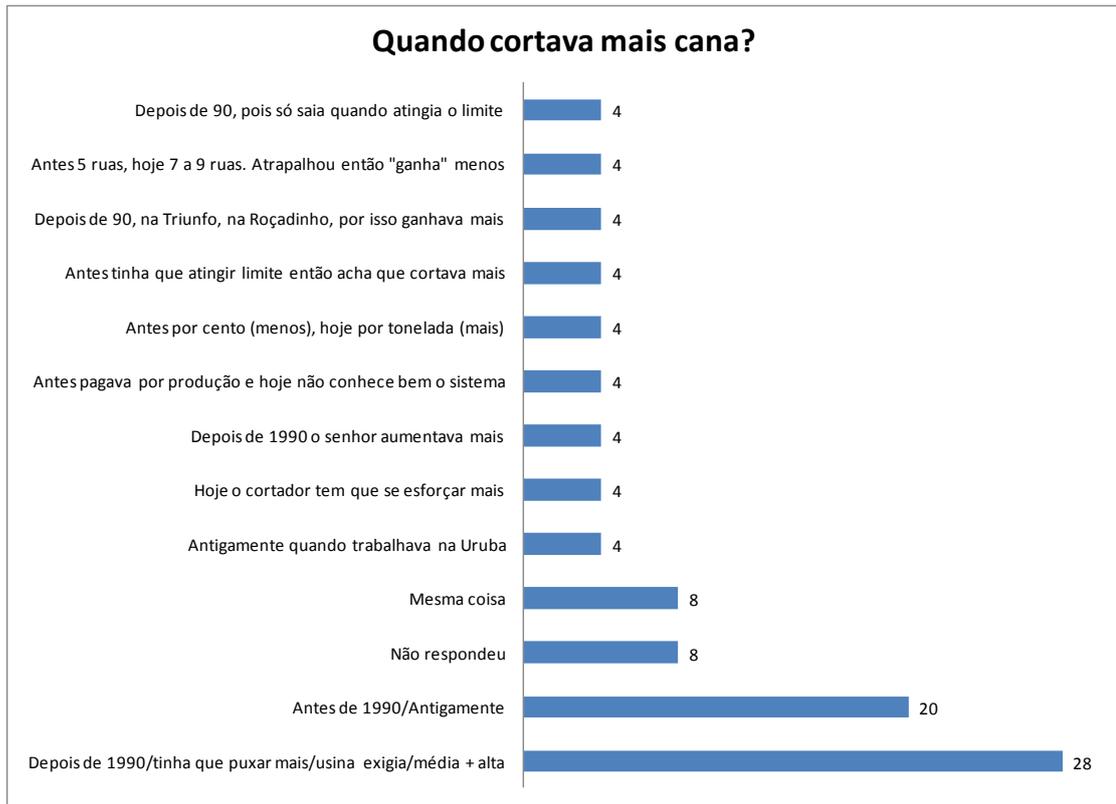


Figura 5 – Gráfico (sugestão: elaborado para informar) quando cortava mais cana diariamente: antes ou depois de 1990 (%).

Os entrevistados não souberam responder com precisão matemática se cortavam uma maior quantidade antes ou depois, pois, eles não conseguem desvincular quantidade de cana cortada com horas trabalhadas. 52% dos entrevistados disseram que cortaram mais cana depois de 1990. 20% disseram que era a mesma coisa ou não respondeu. 28% falaram que cortavam mais antigamente. Mas quando analisamos melhor o sentido das respostas dadas, podemos subentender que, mesmo os que falaram que cortavam mais cana antigamente, na realidade podem ter cortado mais depois de 1990.

Um dos entrevistados cita o fato de que, antes, tinha que trabalhar até atingir o limite ou meta do dia, então ele tinha uma jornada mais extensa para cumprir o trabalho do dia. Isto, não necessariamente, significa que ele cortava mais cana antes, mas que ele trabalhava mais tempo. Ele não soube precisar.

Soriano (2009, p. 62) diz que a busca pela mais-valia fez os capitalistas, durante o início do capitalismo, prolongar a jornada de trabalho dos operários ao limite e, às vezes, além. Este excesso levou os trabalhadores a vários tipos de doenças ou redução de vida útil e expectativa de vida. Marx relata uma reflexão de um trabalhador, em *O capital*: “Mediante

prolongamento desmesurado da jornada de trabalho, podes em 1 dia fazer fluir um quantum de minha força de trabalho que é maior do que o que posso repor em 3 dias” (MARX, 1996, p. 348). Como já mostramos anteriormente, a prolongação da jornada de trabalho excedeu, em várias ocasiões, os limites fisiológicos dos trabalhadores nos tempos de Marx.

Para Marx, todos os métodos que os capitalistas puderem utilizar para intensificar o trabalho, eles utilizarão.

Todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, transformando-o num ser parcial, degradam-no, tornando-o um apêndice da máquina; aniquilam, com o tormento de seu trabalho, seu conteúdo (...) Mas, todos os métodos de produção da mais-valia são, simultaneamente, métodos da acumulação, e toda expansão da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos (MARX, 1996, v. 2, 274).

Conforme já citamos, com a reestruturação produtiva, segundo o Prof. Ricardo Antunes (ANTUNES; p. 27; 2011), surge um novo tipo de trabalhador: participativo, mais comprometido com os objetivos da empresa, e de preferência de forma voluntária e automotivada. Uma das formas para se conseguir isto é utilizando-se de alguns mecanismos de autocontrole, de premiação, vinculando produtividade a maiores rendimentos ou prêmios que sejam atrativos para os trabalhadores, como foi o caso do campeão do prêmio para Juazeiro do Norte, citado no capítulo 2 desta dissertação. Fizemos algumas perguntas para confirmar estes métodos utilizados pelos capitalistas para intensificar o trabalho, ou seja, os programas de premiação, já explicados no capítulo 2 desta dissertação. Perguntamos aos entrevistados se “estes programas existiam nas usinas onde eles trabalharam depois de 1990”.

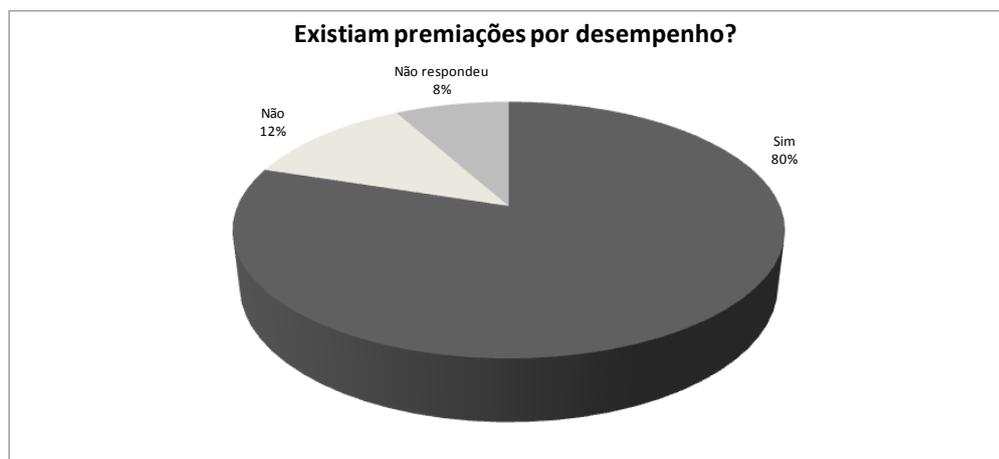


Figura 6 - Gráfico (dos resultados à pergunta) sobre a existência de prêmios promocionais que estimulavam maior produtividade (%)

80% dos entrevistados conviveram com algum tipo de premiação ou estimulação de produtividade.

A pesquisadora do Centro de Estudos Rurais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Juliana Biondi Guanais esclarece, de forma muito direta, o que são estes tipos de prêmios. Nas suas próprias palavras,

destaca-se porém, na estratégia utilizada pelo capital para viabilizar a intensificação do ritmo do trabalho no corte mecanizado, o anúncio, no início da safra, de diversos "prêmios" (carros, bicicletas, geladeiras, rádios e outros eletrodomésticos), que cumprem o papel de 'estimular' a saga da superexploração do trabalho. Expostos em lugares de passagem obrigatória nas sedes das empresas, os tais 'prêmios' são objeto de cobiça pela maioria esmagadora dos trabalhadores, até por uma questão de sobrevivência e garantia de poder contar com o emprego na safra seguinte, ao serem forçados a atingirem determinadas performances no corte, por dia, mês e na safra. Esse "incentivo" para que haja aumento da produtividade média do corte por trabalhador/dia está possibilitando que em alguns casos se alcance 20 t de cana/dia/homem (GUANAIS, 2010).

Podemos ver como este tipo de premiação contribui para a intensificação da exploração do cortador de cana. Perguntamos aos entrevistados se eles “puxavam” mais para ganhar algum prêmio. Concluímos que sim. 56% dos cortadores de cana-de-açúcar que nos concederam a entrevista afirmaram que se esforçavam um pouco mais pra ganhar o prêmio, sendo que alguns deles até ganharam algumas vezes.

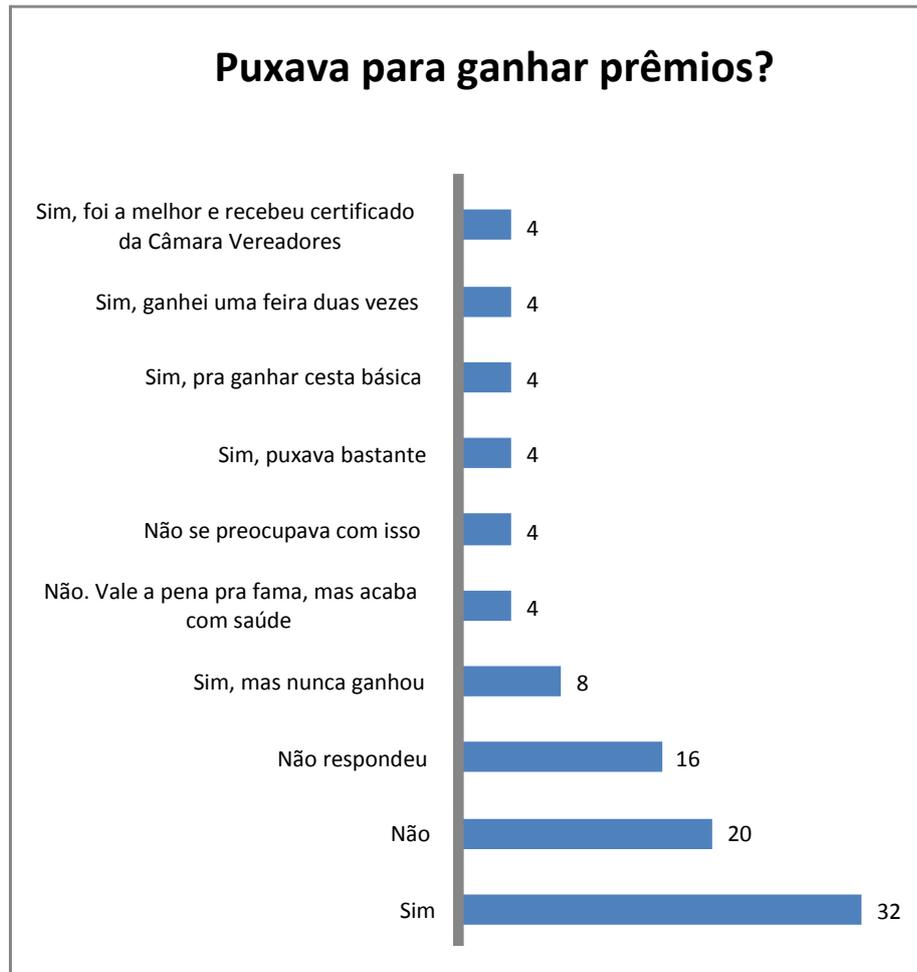


Figura 7 - Gráfico sobre esforço adicional para ganhar os prêmios (%)

Vemos no resultado acima que 28% dos entrevistados disseram que não se preocupavam com estas premiações. Um deles disse que “vale a pena pra fama, mas acaba com a saúde”. Outro entrevistado, quando questionado sobre estas premiações, disse: “tinha uns doidos lá que comiam em pé, trabalhavam que nem louco pra ganhar mais”.

O caso mais interessante entre os entrevistados, dentro deste tema de premiações e intensificação de trabalho, é o da entrevistada M. M. dos S., de Branca de Atalaia. Esta mulher cortou cana desde os 12 anos de idade, ajudando o seu pai. Ela no momento está desempregada, mora numa casa com 6 pessoas, sendo uma delas a filha com o marido. Quem sustenta a casa deles atualmente é o marido, que recebe em torno de R\$ 400,00 e a bolsa família, o que totaliza uns R\$ 580,00. No ano de 2005, a dona M. M. S. desmaiou e foi levada a um médico. Ela recebeu uma licença por causa deste e de vários outros desmaios. Segundo a entrevistada, ela vivia desmaiando. Conseguiu manter o afastamento por 2 ou 3 anos, segundo

suas palavras, mas, depois que perdeu o benefício teve que voltar a trabalhar. No momento, por estar desempregada, ela está há 8 meses sem receber nada. O interessante no caso desta entrevistada é que, certa vez, no momento em que estava trabalhando no corte, alguns funcionários da usina foram buscá-la e a levaram, junto com outra trabalhadora, para a Câmara Municipal de Vereadores de Atalaia. Como era Dia da Mulher, ela recebeu um diploma pelos “relevantes serviços prestados a Serviço(?) da Agroindústria”. Segundo a entrevistada, ela e a outra funcionária foram escolhidas por serem as que mais cortavam cana entre as mulheres.



Figura 8 - Foto do certificado por produtividade da entrevistada. Leia-se: A Câmara Municipal de Atalaia, Estado de Alagoas, em nome de seu presidente e demais vereadores em sessão solene em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, pelos relevantes serviços prestados ao Serviço da Agroindústria Municipal, resolve outorgar o presente Diploma a (...). Atalaia, 8 de Março de 2007.

As informações anteriores mostram o quanto os novos mecanismos de intensificação da exploração do trabalhador são muito eficientes. Para não perder bônus, para manter a assiduidade ou ganhar prêmios, ele vai trabalhar até doente, se necessário. Perguntamos aos entrevistados se houve alguma vez em que eles sentiam mal estar ou estavam doentes e mesmo assim foram trabalhar para não perder estes tipos de incentivos.

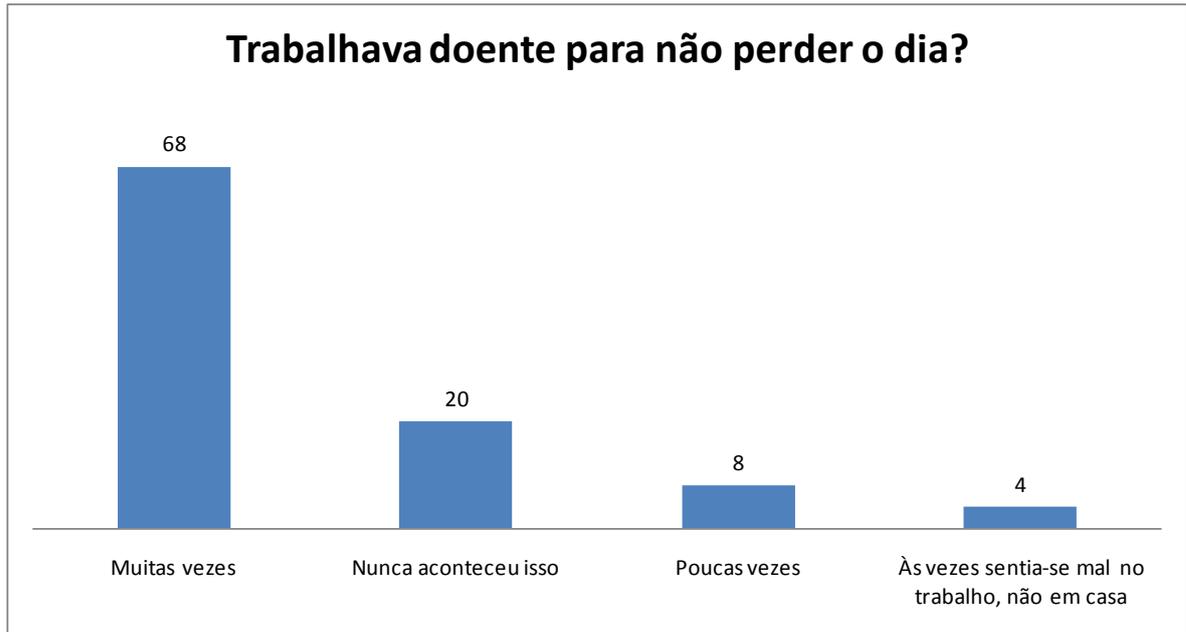


Figura 9 - Gráfico sobre trabalhar mesmo doente para não perder o dia de trabalho ou alguma premiação (%)

76% dos entrevistados responderam de forma afirmativa, sendo que alguns de maneira até enfática: “muuuuuuitas vezes”.

A jornada longa de trabalho e a intensificação da exploração dos cortadores de cana-de-açúcar foram e são uma realidade na vida profissional dos entrevistados. Estes trabalhadores, na idade de 41 até 67 anos, vivenciaram estes dois mecanismos de exploração da sua força de trabalho.

3.1.2 Faturamento do Setor Agroindustrial Canavieiro e os Rendimentos dos Entrevistados

Imagine, por alguns instantes, que o trabalhador canavieiro e o capitalista são transportados para o tempo em que o modo de produção era o feudalista. O tempo em que um trabalhador tinha plena consciência do quanto dos frutos do seu trabalho seria destinado para si e seus familiares e do quanto ele era obrigado a repassar para o senhor feudal. Se fosse pelo imposto da *Talha*, no qual o trabalhador tinha que doar parte das suas produções para o dono das terras, ou pelo imposto da *Corveia*, no qual o trabalhador era obrigado a trabalhar uma quantidade de dias em favor do senhor feudal, em ambos os casos, ele tinha plena consciência do quanto estava sendo explorado. Se o canavieiro, então, vivesse naquele tempo e depois de um longo e intenso dia de trabalho, cansativo, ele contemplasse o monte de cana que cortou e ficasse sabendo que era obrigado a repassar 90,54% daquela montanha, com 10 toneladas de

cana-de-açúcar, para o usineiro, como ele se sentiria? E como ele se sentiria quando descobrisse que, ao vender a sua parte (isto no caso hipotético de ele poder vender a cana que colheu pelo valor pago para os fornecedores), ficará com o valor correspondente aos dias de hoje, de R\$ 54,99 e o usineiro ganhará, equivalente aos dias de hoje, R\$ 556,01? Nesse tipo de relação, ficaria claro para o canavieiro que 90% da sua força de trabalho lhe foram expropriadas. O salário para Marx, “extingue, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e trabalho não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago” (MARX, 1996, v. 2, p. 169). Ou seja, a troca que deveria ser, teoricamente, de equivalentes, na realidade é uma relação desigual, pois o salário, que dá a impressão de ser um valor pago por uma jornada inteira de trabalho, oculta a sua dualidade: trabalho necessário e trabalho excedente.

A agroindústria canvieira faz parte de um setor bilionário, mas que deixa grande parte de um dos principais atores responsáveis por tal desempenho financeiro - os cortadores de cana-de-açúcar - numa situação deplorável. Depois de muitos anos dedicando-se à colheita da cana, trabalhando no corte desde criança, nossos entrevistados, hoje, passam dificuldades para se manterem e/ou a sua família. Depois de algumas análises sobre as possibilidades de faturamento, vimos que, enquanto a agroindústria canvieira faturou em torno de 3 bilhões de reais ao ano²¹, o valor repassado para os canvieiros nesta safra foi em torno de 4,23% do total obtido pelo setor, isto se toda a cana moída no Estado de Alagoas na safra 2012/2013 tivesse sido colhida pelo corte manual (cana colhida em Alagoas, safra 2012/2013, posição até 28 de Fevereiro de 2013)²². Mas, já se sabe que a mecanização da colheita no Estado é uma realidade. Em entrevista com o Coordenador de Trabalho Rural de uma grande usina alagoana, recebemos a informação de que a quantidade de máquinas no Estado já está em torno de 50 unidades.

O valor referencial do quilograma do ATR²³ para março de 2013 foi de R\$ 0,5482, valor bruto. Ou seja, este foi o valor pago por quilograma de cana-de-açúcar ao fornecedor da matéria prima. Para se chegar ao valor da tonelada de cana, multiplica-se o valor da ATR pelo valor da Cana Padrão, que em 2012, foi de R\$ 114,09. O valor para este ano, segundo nossos

²¹ Divulgado no site da Secretaria de Comunicação do Estado de Alagoas, com o título Setor canvieiro movimenta R\$ 3 bilhões por ano e gera 100 mil empregos. Data da publicação: 10/07/2012.

²² Sindicato do Açúcar e do Alcool do Estado de Pernambuco e de Alagoas.

²³ Esta sigla significa Açúcar Total Recuperável. É usada para efeitos de cálculo do preço, nas bolsas de cereais, da tonelada de cana-de-açúcar.

cálculos, deve estar em torno de R\$ 111,46. Tanto o valor da ATR quanto o valor da Cana Padrão, são calculados pela Câmara Técnica, CANATEC-AL, do Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol dos Estados de Alagoas e Sergipe, CONSECANA. De acordo com um funcionário do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool do Estado de Alagoas, Sindaçúcar-AL, o valor bruto pago por tonelada no mês de Abril do corrente ano (valor da ATR multiplicado pelo valor da Cana Padrão) é de R\$ 61,1066. Este é o valor bruto pago por tonelada de cana para os produtores do Estado de Alagoas.

Quanto ao açúcar, o produto finalizado é pago por saco de 50 kg. Em agosto de 2012, o valor de um saco de açúcar Cristal foi de R\$ 53,47. Como Alagoas produziu em torno de 47 milhões de sacos de 50 kg, na safra correspondente, o valor bruto faturado pela agroindústria sucroalcooleira alagoana com o açúcar (levando em consideração o valor do açúcar Cristal, que é o mais barato)²⁴ foi de, aproximadamente, 2 bilhões e 500 milhões de reais.

Entrevistamos uma funcionária responsável pela Convenção Coletiva de Trabalho Canavieiro de Alagoas, da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura de Alagoas, FETAG, para descobrir o valor pago por tonelada para o trabalhador canavieiro. Ela nos informou que a convenção coletiva que ficou valendo a partir de Novembro de 2012 e vai até Outubro de 2013, determinou que até 4 toneladas da cana queimada e esteirada, o valor pago para o canavieiro é de R\$ 5,44. De 4 até 8 toneladas, o valor é de R\$ 5,77. Acima de 8 toneladas fica a critério de negociação entre empregador e empregado. Se o valor que um fornecedor de cana recebe é de R\$ 61,1066 por tonelada e o trabalhador que a cortou recebe R\$ 5,77 por tonelada, imaginando uma produtividade média acima de 4 toneladas, veremos que o valor pago para o cortador de cana corresponde a 9,44% do valor que o fornecedor de cana recebeu por tonelada. E quanto os fornecedores de cana-de-açúcar receberam na safra? Vejamos a tabela a seguir:

²⁴ Tabela CONSECANA-AL, AGOSTO 2012: Açúcar Cristal, R\$ 53,47; açúcar VHP Mercado Mundial, R\$ 56,38; açúcar VHP Mercado Americano, R\$ 62,67.

Tabela 4

Perfil do Fornecedor de cana-de-açúcar – Estado de Alagoas

Níveis de Produção/Safra	Prod.(t)	% sobre a Produção	Produção Média por Fornecedor (t)	Nº de Fornecedores	% de Fornecedores
até 500	872.183,906	9,26	184	4.727	65,22
501 a 1.000	661.144,816	7,02	706	937	12,93
1.001 a 3.000	1.515.925,241	16,09	1.688	897	12,38
3.001 a 7.000	1.790.968,642	19,00	4.652	385	5,31
7.001 a 10.000	1.176.582,444	12,49	8.465	139	1,92
acima de 10.000	3.405.247,779	36,14	20.891	163	2,24
Totais e/ou Médias	9.422.052,828	100,00	1.300	7.248	100,00

Fonte: ASPLANA, Safra 2010/2011

Com as informações acima, vemos que os fornecedores de Alagoas, no total, produziram 9.442.052 toneladas de cana na safra 2010/2011. Se receberam naquela safra algo em torno de R\$ 61,1066 por tonelada, o faturamento deles foi próximo de R\$ 576.971.694,74, valor bruto. Não temos, com precisão, quantos trabalhadores cortaram cana para os fornecedores, como também não temos a informação de quantos destes fornecedores realizaram suas colheitas por meios mecanizados. Mas, se fizéssemos o cálculo levando em consideração o valor de R\$ 5,77 (valor pago para quem cortou de 4 a 8 toneladas) e que toda a colheita dos fornecedores foi realizada pelo corte manual, veríamos que o capital variável²⁵ dos fornecedores para a colheita da safra 2010/2011 foi de R\$ 54.480.640,00, valor bruto. Ou seja, 9,44% do que o fornecedor faturou. Em outras palavras, aproximadamente 10% do valor são destinados ao trabalho necessário para o trabalhador restaurar suas forças de trabalho e 90% é trabalho excedente.

Mas estes cálculos levam em consideração o valor recebido pelos fornecedores de cana e não pelas usinas. Sabemos que muitos desses são pequenos fornecedores, ou seja, 4.727 pequenos produtores rurais, que produziram durante toda a safra 2010/2011, em média, 184 toneladas de cana, apenas. Mas, a grande parte de todo o montante de dinheiro levantado com a agroindústria sucroalcooleira fica nas mãos de poucos. Poucos fazendeiros e poucos usineiros. Na 29ª edição do Simpósio da Agroindústria da cana-de-açúcar e na 9ª Feira do

²⁵ É aquele utilizado para o gasto com a força de trabalho.

Setor Sucroalcooleiro (FERSUCRO), que reúne empresários, produtores, pesquisadores, técnicos e gestores interessados no tema, foi dito que o setor canavieiro gera R\$ 3 bilhões por ano²⁶, o que responde por 80% das exportações alagoanas.

Mas, enquanto os empresários do setor se vangloriam por um faturamento tão alto, muitos dos cortadores de cana-de-açúcar que já não conseguem trabalho com tanta facilidade, por causa da idade, passam dificuldades para sustentar a si mesmo e à sua família. Vejamos o gráfico a seguir:

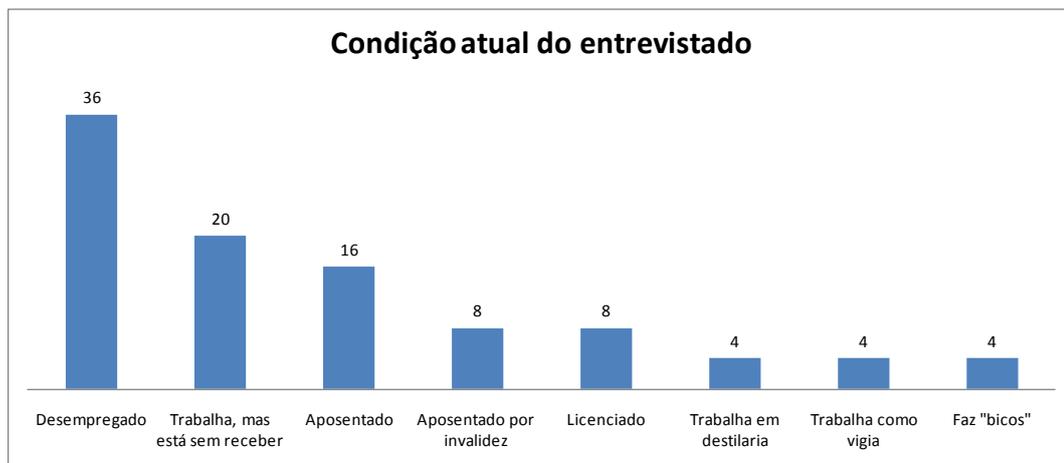


Figura 10 - Gráfico sobre o que fazem hoje em dia para obter renda (%)

Cinco dos entrevistados (20%) falaram que trabalhavam em uma grande usina da região. De acordo com alguns destes entrevistados que trabalham nesta usina, fichados, eles só estão lá ainda porque a usina não está pagando, então os proprietários preferem não dispensar os trabalhadores porque teriam que pagar os direitos trabalhistas. Abrindo um parêntese neste momento, vale observar que a situação destes 5 entrevistados era de muita preocupação, pois, além da seca, que reduzia as oportunidades de trabalho, esta usina estava atrasando o pagamento dos salários há mais de 3 meses, liberando apenas R\$ 90,00 no mês anterior ao da entrevista (Março de 2013), para que “não morressem de fome”, nas palavras de um entrevistado. Então, 5 trabalhadores desta usina, 1 que trabalhava em uma grande destilaria da região e outro que trabalhava como vigia do acampamento de uma igreja eram “fichados”, trabalhando com carteira registrada, naquele exato momento. Ou seja, dos 25

²⁶ Divulgado no site da Secretaria de Comunicação do Estado de Alagoas, com o título Setor canavieiro movimenta R\$ 3 bilhões por ano e gera 100 mil empregos. Data da publicação: 10/07/2012.

entrevistados, 7 tinham registro em carteira. Os demais, 72% da amostra, estavam desempregados, aposentados, aposentados por invalidez, licenciados ou fazendo bicos.

Perguntamos, então, “quantos trabalharam na última safra?”

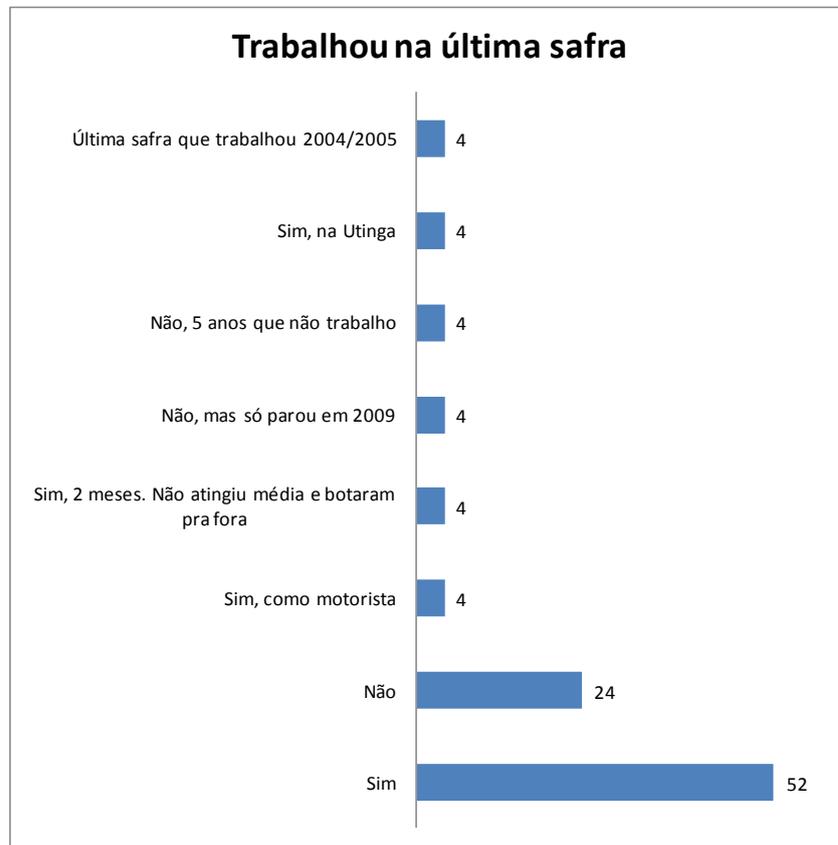


Figura 11 - Gráfico sobre trabalho na última safra 2012/2103 (%)

Dos 25 entrevistados, 16 (64%) declararam que trabalharam na última safra, sendo que, destes que trabalharam, um deles disse que trabalhou apenas por 2 meses, mas como não atingiu a meta, foi dispensado.

Para os entrevistados, apesar de muitos terem cortado cana na última safra, os trabalhos que aparecem são esporádicos, de forma que não garantem uma remuneração constante. Tanto é que muitos deles revelaram que só conseguem sobreviver por causa da Bolsa Família²⁷. 52% da amostra, ou seja, 13 dos entrevistados disseram que recebem a Bolsa

²⁷ “O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. (Texto do site do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome).

Família. Para os entrevistados, é um benefício que representa pouco, porém, um complemento muito importante.

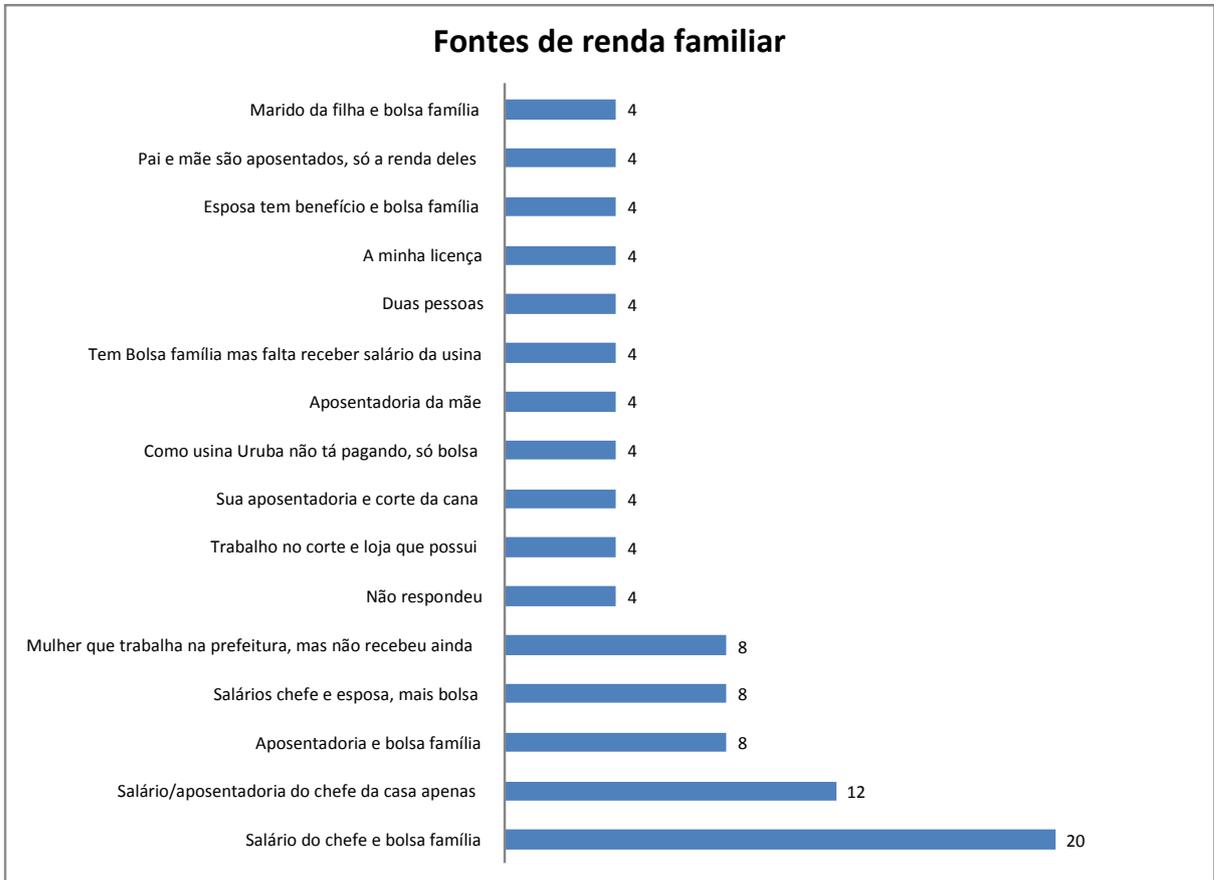


Figura 12 - Gráfico sobre as fontes de renda familiar (%)

Vejamos a renda familiar dos entrevistados.

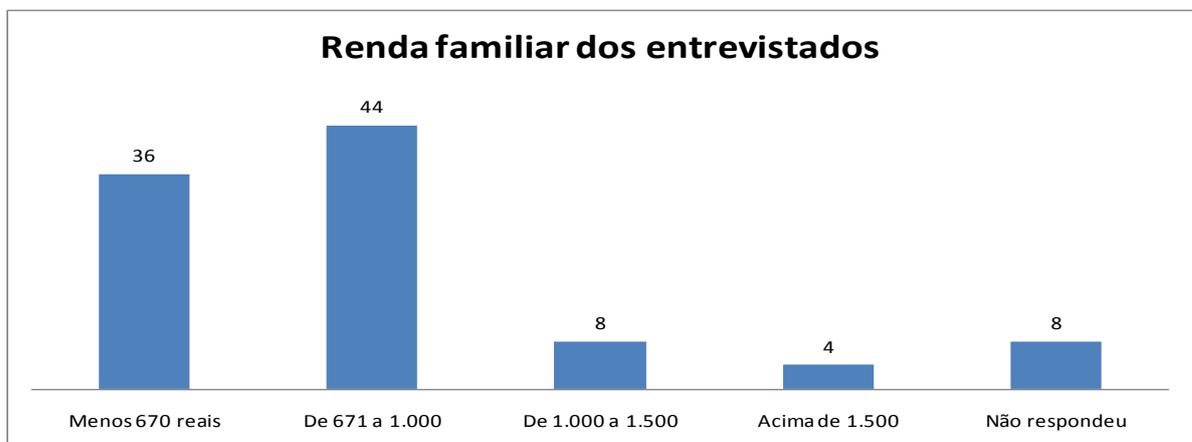


Figura 13 - Gráfico sobre renda total de toda a família somando todas as fontes de renda (%)

80% da amostra pesquisada têm uma renda familiar de até R\$ 1.000,00. 32% dizem receber, familiarmente, menos de R\$ 670,00.

Para levantar a renda *per capita* da nossa amostra, somamos a quantidade de indivíduos que moravam em cada um dos 25 domicílios. O total foi de 132 pessoas que residiam em 25 residências. Somamos o valor da renda familiar de cada um dos 25 entrevistados. Totalizou R\$ 18.373,00. Dividimos este último valor pelo número de indivíduos total e chegamos a uma renda *per capita* de R\$ 139,00, por pessoa.

Não temos referências para concluir se é uma renda *per capita* alta ou baixa. Sabemos, por exemplo, que a renda per capita de Alagoas em 2010 era de R\$ 421,32²⁸, sendo que dos 27 Estados classificados, Alagoas era o 25°. Isto não significa praticamente nada para nossas análises. Porém, na percepção dos entrevistados, vimos que a renda familiar que eles recebem hoje em dia é considerada insuficiente. 8% dos entrevistados disseram que é o bastante. 24% consideraram que até dá, mas de forma apertada. Todo o restante, 68% demonstram pelas palavras expressadas que é difícil sobreviver com o que recebem.

²⁸ Lista dos Estados brasileiros classificados por renda média domiciliar per capita em 2010, segundo Renda média domiciliar per capita, segundo Unidade da Federação – IBGE.

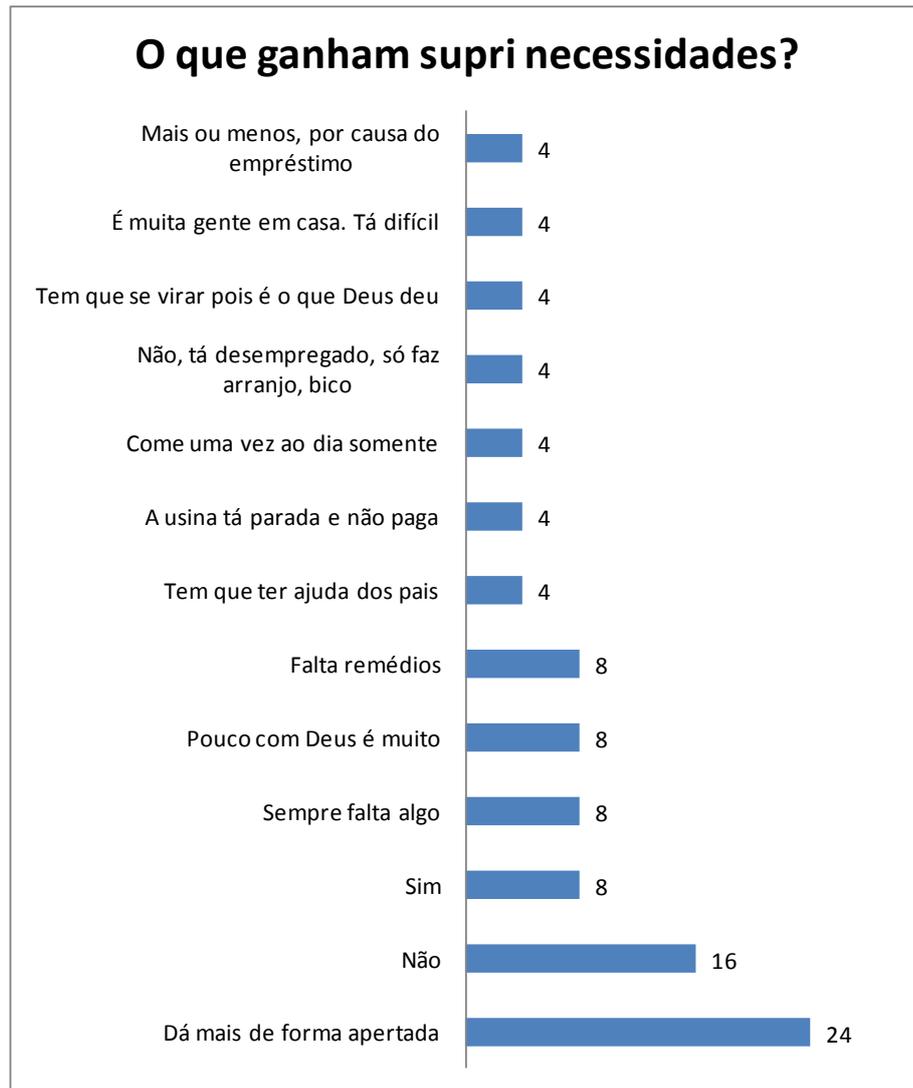


Figura 14 - Gráfico sobre a opinião dos entrevistados para o valor que recebem atualmente (%)

Como a maioria dos nossos entrevistados não está trabalhando no momento, o máximo que conseguimos coletar de dados foi com relação à condição atual de renda e se esta renda satisfaz suas necessidades. Então, respostas tais como: “come uma vez ao dia apenas”; “tem que se virar, pois é o que Deus deu”; “falta remédio”; “tem que ter ajuda dos pais”; “a usina tá parada e não paga”; “pouco com Deus é muito”; demonstram uma condição financeira difícil para estes trabalhadores canavieiros. No caso dos nossos entrevistados, ou eles se encontram inválidos para exercer suas funções laborais (8%), ou não conseguem mais acompanhar o ritmo imposto pelas usinas ou grandes fornecedores (4%), ou, ainda, fazem trabalhos esporádicos, “bicos” (4%), enquanto outros aguardam por uma aposentadoria (8%); (8%) continuam parados até sua licença terminar e 12% continuam esperando para receber da

usina que atrasou seus pagamentos ou, ainda, esperam serem demitidos e 36% continuam desempregados até conseguir um novo trabalho.

No volume 2, do Livro 1, de *O Capital*, capítulo XXIII, Marx trata da Lei Geral da Acumulação Capitalista ou “da influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora” (MARX, 1996, v. 2, p. 245). Para Marx, em síntese, quanto mais o capitalista busca o crescimento e o acúmulo de capital, mais crescerão os índices de pobreza e desemprego. Isto porque o único objetivo do capitalismo é a reprodução do capital e não a satisfação das necessidades humanas. No mundo em que vivemos, percebemos isto de forma muito clara. A concorrência entre as empresas está cada vez mais acentuada. Cada uma delas buscando novos métodos para oferecer o melhor produto pelo menor preço. Mas, como as empresas vão conseguir esta façanha, sem reduzir suas margens de lucro? Nos termos de Marx, o capitalista só irá ampliar a composição valor do seu capital, variável e constante, através do desenvolvimento da sua composição técnica, ou seja, com um bom aproveitamento dos meios de produção e da força de trabalho. O progresso técnico, as inovações técnicas e científicas elevam a produtividade do trabalho humano e a extração da mais-valia relativa, mas, também reduz a quantidade de trabalhadores necessários, transformando aqueles que não são utilizados em um “exército industrial de reserva”.

A triste constatação e confirmação do exposto é que, quanto mais cresce a capacidade produtiva do setor agroindustrial sucroalcooleiro na atualidade, menos cortadores de cana-de-açúcar são utilizados nas colheitas. Em entrevista com o encarregado pelo Departamento de Recursos Humanos, RH, de uma grande usina de São Miguel dos Campos, Alagoas, o entrevistado relatou que houve uma redução muito alta no número de cortadores de cana por causa da mecanização da colheita da cana, na safra 2011/2012. Em outra ocasião, este cidadão já havia nos informado que a mesma usina mantinha 3.351 trabalhadores formais na safra de 2009/2010, sendo 3.263 homens e 88 mulheres. Já na safra de 2011/2012, a citada usina conseguiu que 10 colheitadeiras mecânicas, com uma equipe de 126 funcionários, fossem responsáveis por quase 60% da colheita total da safra.

A mecanização já é uma realidade para os nossos entrevistados. Perguntamos para aqueles que informaram ter trabalhado nesta última safra, 2012/2013, se onde eles cortaram cana já havia colheitadeiras mecânicas. Vejamos o resultado:

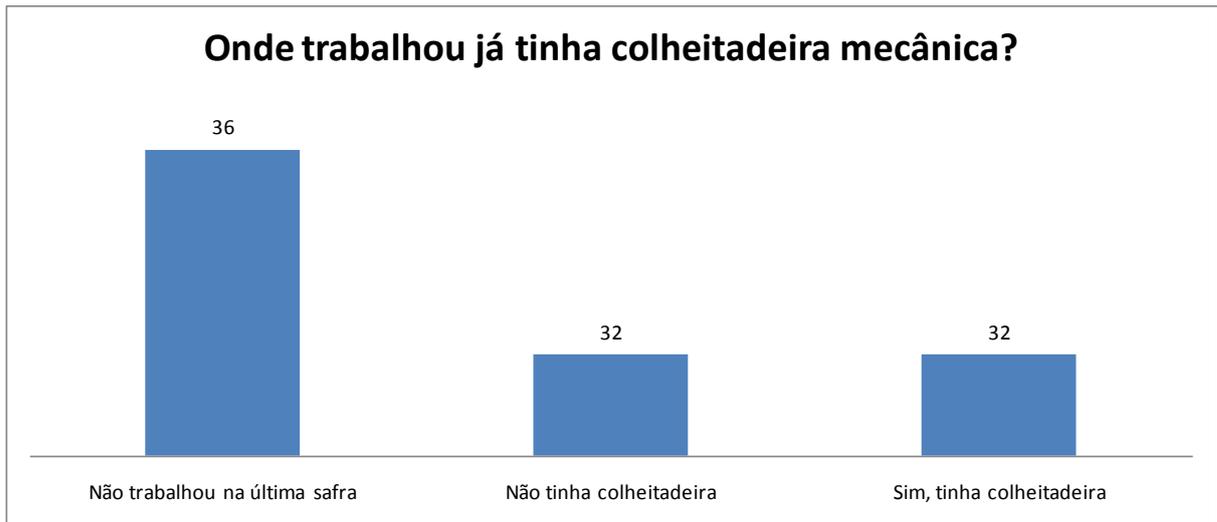


Figura 15 – Gráfico sobre a existência ou não de colheitadeira mecânica onde trabalhou na última safra (%)

Quanto mais se desenvolve a capacidade produtiva do setor agroindustrial sucroalcooleiro, menos cortadores de cana são necessários. Estes trabalhadores, que dedicaram suas vidas ao corte da cana-de-açúcar, deveriam na realidade se beneficiar com a movimentação econômica do setor, mas não foi o que aconteceu.

3.1.3 Condições de Vida Fora do Trabalho

Na dimensão Condições de vida fora do trabalho, analisaremos as variáveis: moradia, alimentação ou desnutrição e contaminação ambiental.

3.1.3.1 Moradia

Marx relacionou as consequências do desenvolvimento do capitalismo e do crescimento das indústrias a muitos problemas com moradias e com doenças. Ele cita um médico que cuidava dos indigentes, de nome Dr. Bell, que relatou “a terrível mortalidade dos enfermos por febre em consequência de suas condições de moradia”. No relatório deste médico, encontramos a seguinte denúncia:

Num porão de 1 500 pés cúbicos moram 10 pessoas. (...) As ruas Vincent, Green Air Place e the Leys abrigam 223 casas com 1 450 habitantes, 435 camas e 36 privadas. (...) As camas — e por esse termo entendo qualquer amontoado de trapos sujos ou uma mancheia de cavacos — abrigam uma média de 3,3 pessoas, muitas de 4 a 6. Muitos dormem sem cama, sobre o assoalho nu, com suas roupas, homens e mulheres jovens, casados e não-casados, todos misturados. Será que é preciso acrescentar que muitas dessas habitações são em geral buracos fedorentos, escuros,

úmidos, sujos, completamente inadequados para servir de moradias humanas? São os centros de onde se irradiam doença e morte e que colhem suas vítimas também entre as pessoas (DR. BELL apud MARX, 1996, v. 2, p. 292).

A população se amontoava de forma desorganizada, sem higiene ou saneamento, em situações que ampliavam a probabilidade de incidência de alguns tipos de doenças. Engels em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, também apresenta vários relatos referentes às condições dos trabalhadores nos bairros da Inglaterra do século XIX. “Repetidas epidemias de cólera, tifo, varíola e outras doenças mostraram ao burguês britânico a necessidade urgente de providenciar o saneamento em suas cidades, para não ser, ele e sua família, vítima dessas epidemias.” (ENGELS, 1982, p. 84). A Europa, naquele momento, era marcada pela instabilidade, pelo “caos” em que a sociedade parecia ter se transformado. Diversas mudanças na organização social, que geravam conflitos ideológicos e políticos, assim como desestruturavam os fundamentos da vida em sociedade, os princípios religiosos, morais e jurídicos, que eram a base do antigo sistema feudalista (QUINTANEIRO et al, 2003, p. 8).

As cidades cresciam de forma desorganizada, espalhavam pelo ar a poluição causada pelas fumaças das fábricas, enquanto milhares de famílias deixavam os campos rurais(?) em direção aos centros urbanos (Idem, p. 9). Crimes de todos os tipos aumentavam a cada dia, doenças e grandes epidemias surgiam. Nos novos centros urbanos, “a pobreza, o alcoolismo, os nascimentos ilegítimos, a violência e a promiscuidade tornavam-se notáveis e atingiam os membros mais frágeis do novo sistema, particularmente os que ficavam fora da cobertura das leis e instituições sociais” (QUINTANEIRO et al, 2003, p. 9).

Apesar de tantos problemas sociais, o capitalismo se desenvolvia de forma acelerada, a burguesia despontava como a nova classe dominante e cada vez mais forte. Muito dinheiro se concentrava nas mãos desta classe, de uns poucos indivíduos, que passavam a ter por objetivo a acumulação de riquezas cada vez maiores, através da obtenção do trabalho excedente oriundo da exploração da força de trabalho dos componentes da classe dominada (COSTA, 2000, p. 86).

Quando estudamos a questão da moradia dos canavieiros, vemos que a sua migração da área rural para as cidades também provocou muitas mudanças na sua reprodução social e no seu modo de vida campestre. Eles foram praticamente obrigados a migrar das residências das fazendas para as periferias das cidades. Foram expropriados do ambiente que lhes proporcionava uma identidade genuinamente sua: a de homem do campo. O trabalhador do

campo, agora, “é jogado na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização de Monsieur Capital” (MARX, 1996, v. 2, p. 247).

Na busca pelo aumento de produtividade na moagem da cana ou na produção de açúcar e álcool, as moradias foram sendo desativadas aos poucos, para que mais áreas de plantação pudessem ser efetivadas. Numa entrevista com o Coordenador de Administração Rural de uma das maiores usinas do Estado de Alagoas, Sr. S. G., o mesmo revelou que esta usina mantinha cerca de 500 casas nas suas agrovilas²⁹. Os moradores destas agrovilas possuíam diversos tipos de benefícios, tanto é que, de acordo com o Sr. S. G., a maior feira do município era realizada dentro da usina. A feira da “cidade (Coruripe) era bem menor que a nossa”, declara com orgulho o entrevistado. Esta agrovila era tão grande e bem organizada que tinha prefeito, delegacia de polícia, agência de ônibus, tudo para usufruto dos moradores. Mas toda esta população, algo em torno de duas mil pessoas, no cálculo do Sr. S. G., foram transferidas para a periferia da cidade onde a usina se localiza. Hoje, existem apenas 17 residências nas dependências da usina.

Albuquerque (2007, p. 120) afirma que, de acordo com o governo alagoano, foram demolidas mais de 40 mil casas nas últimas décadas, o que pode representar algo em torno de 120 mil pessoas expulsas das fazendas, levando em consideração uma média baixa de moradores por residência, igual a 3, conforme cálculos do autor. Mas, este número é questionável, como o próprio Albuquerque cogita no seu livro. É difícil conseguir precisão matemática no cálculo da migração de famílias de canavieiros, especificamente, das áreas rurais para urbanas.

No caso de Alagoas, tendo como fonte de análise os últimos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a migração da área rural para a urbana, em geral, foi muito significativa, mas, ainda mais expressiva em Coruripe, onde se localiza a usina em que trabalha o Sr. S. G. Em 1970, a maioria da população do Estado de Alagoas, um total de 963.966 pessoas, morava na área rural (60,02% da população total). Conforme o último Censo, de 2010, Alagoas tem hoje em torno de 822.634 pessoas na área rural (26,36% da população total). A migração rural em Coruripe é um pouco mais expressiva do que em todo o Estado de Alagoas. Em 1970, 22.530 pessoas moravam na área rural de Coruripe (82,75% da

²⁹ Residências nas fazendas que abrigavam os canavieiros e seus familiares.

população total), e em 2010, 6.087 pessoas vivem na área rural (11,68% da população total). Vejamos os dados completos na tabela a seguir.

Tabela 5

População residente em Alagoas e Coruripe, por situação do domicílio (Urbano e rural)

	Urbana Alagoas	%	Rural Alagoas	%	Urbana Coruripe	%	Rural Coruripe	%
1970	642.208	39,98	963.966	60,02	4.695	17,25	22.530	82,75
2010	2.297.860	73,64	822.634	26,36	46.043	88,32	6.087	11,68

Fonte: IBGE – Censos 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

Sabe-se que são vários os fatores que influenciaram a migração dos trabalhadores rurais para a área urbana, mas Albuquerque (2007, p. 121) aponta como um dos grandes fatores para isto os incentivos do governo federal através dos diversos planos de apoio ao setor, tais como os que vimos nas páginas anteriores. Em função disso tudo, as usinas ampliaram as áreas plantadas e expandiram sua produção, principalmente nas décadas de 70 e 80 do século passado. “Este movimento, entre outras coisas, implicou a ocupação, pela cana, de áreas antes destinadas às roças dos moradores”.

Mas, a migração da área rural para as cidades não acontece apenas por causa da demolição das moradias nas fazendas. Muitos estudos mostram que grande parte dos migrantes se mudava de livre e espontânea vontade. Muitos deles sonhavam com uma vida nova, uma condição melhor para os filhos, oportunidades de estudo e de novos empregos. Entretanto por outro lado, “deixar a vida no campo, para uma parcela dos migrantes, é um ato indesejado, pois representa o rompimento com um estilo de vida e com uma relação de pertencimento com o local em que vive”, Albuquerque (2000, p. 119). Este autor cita uma entrevista que expressa a insatisfação de um migrante antes de deixar uma fazenda em que morava:

A vantagem é porque é um lugar sossegado, sabe? Eu não gosto muito de zoada. Me incomodo muito com zoada. Eu vou a pulso para lá. O rio aqui muito pertinho. A água ali na bica, uma água linda. Na rua é um sacrifício pra tomar uma água, pra lavar um pano, pra tomar um banho, pra tudo. A desvantagem de morar aqui é por causa que eu não tenho um serviço para trabalhar. Porque se tivesse serviço tava tudo bom (Idem, p. 119).

Na nossa pesquisa, pudemos constatar que esta migração das fazendas para as cidades foi marcante na vida dos entrevistados. Vimos que 88% dos entrevistados residiram nas moradias das fazendas.



Figura 16 - Gráfico sobre moradias das fazendas. Morou ou não nas fazendas? (%)

Dos 22 entrevistados que moraram nas fazendas, 14 declararam que preferiam os tempos que viviam nas fazendas e 7 disseram preferir onde moram atualmente.

Para os que preferiram os tempos que moravam nas fazendas, as razões pela escolha foram muito diversas. As principais foram: “porque podia plantar ou tinha uma rocinha”; “tinha mais descanso”; “trabalhava muito, mas era mais tranquilo”; “não gosta de rua”, “gosta do interior”; “aqui passa necessidade”; “barriga mais cheia e trabalhava no sábado só até as 11 horas”; “meu pai plantava”; “era mais sossegado”, “não tinha vizinhos”; “gostava quando morava com os pais”; “não tinha zoada e tinha roçado”. Podemos notar que as palavras que mais aparecem estão ligadas à tranquilidade da vida no campo e a comer mais, ou melhor. Quanto às razões dos que disseram preferir onde moram, as respostas foram: “a casa hoje é minha, própria”; “sofre menos, lá a gente tinha uma roupa só, uma calça só e remendada”; “fazendeiro só queria aplicar na gente”; “nas fazendas tratavam a gente como escravo”; “hoje, na casa dos meus pais é melhor”. Neste caso, as respostas parecem estar relacionadas à

independência de ter uma casa própria e que na fazenda era uma vida difícil por causa do trabalho ou da plena submissão ao fazendeiro proprietário.

Morar nas fazendas também apresentava algumas desvantagens para o canavieiro. O próprio enlace social³⁰ exigido na relação entre trabalhador e proprietário já representava uma limitação da sua liberdade. Segundo Cícero Albuquerque, os canavieiros dependiam dos senhores das fazendas, de forma que estes “proprietários de engenho eram quase que senhores absolutos das suas terras e dos seres que nela habitavam” (2009, p. 72). Segundo Chaves (1996, p. 127 apud ALBUQUERQUE, 2009, p. 73)³¹, que define a relação dos moradores com os patrões como um vínculo absoluto de domínio, os trabalhadores e moradores se “comprometiam como seres totais e não exclusivamente como força de trabalho”. Alguns dos entrevistados relacionaram a vida nas fazendas com situações negativas: “aqui sofre menos, lá a gente tinha uma roupa só, uma calça só e remendada”; “fazendeiro só queria aplicar na gente”; “nas fazendas tratavam a gente como escravo”. Albuquerque (2009, p. 68) esclarece:

As relações sociais e as condições de vida no sistema de moradia não foram sempre as mesmas. Inicialmente era dada ao trabalhador a oportunidade de fixar residência no interior das propriedades, o que se efetivava pela construção de uma pequena choupana e pelo plantio de um “roçado”. O usufruto das terras da propriedade era pago com alguns dias de trabalho para o dono da terra e com a oferta exclusiva de trabalho para a propriedade. Com o tempo, além da terra para plantar e criar para a subsistência, os proprietários passaram a oferecer casa para morar e proteção social, o que aprofundava ainda mais os laços de dependência. (...) Assim, desde o início, o sistema de “moradia de condição” não foi uma caridade, mas parte de uma estratégia de imobilização da mão-de-obra dentro dos limites dos engenhos.

3.1.3.2 Alimentação ou desnutrição

O que realmente vale destacar na pesquisa é o fato de que, para uma boa parte dos entrevistados, morar na cidade representa falta de tranquilidade, falta de contato direto com a terra, com o plantar, colher e comer.

³⁰ Albuquerque (2009, p. 71) explica que enlace social é um “conjunto de mecanismos de comprometimento social desenvolvido no contexto do sistema de moradia, construído para garantir a fidelização do trabalhador e forçá-lo a incorporar as suas normas”.

³¹ CHAVES, Christine de Alencar. Eleições em Buritis: a pessoa política. In: ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira. Cana, casa e poder. Maceió: EDUFAL, 2009.



Figura 17 - Gráfico sobre alimentação nas fazendas ou hoje em dia (%)

Vimos que o tipo de alimentação oferecida nas fazendas é um fator muito valorizado para os entrevistados que residiram no campo. Quando perguntamos se eles comiam melhor lá ou hoje em dia, a maioria considerou ter se alimentado melhor nos tempos que viviam nas fazendas. E quando perguntamos por que comiam melhor lá ou nos dias atuais, também conseguimos muitas respostas esclarecedoras:

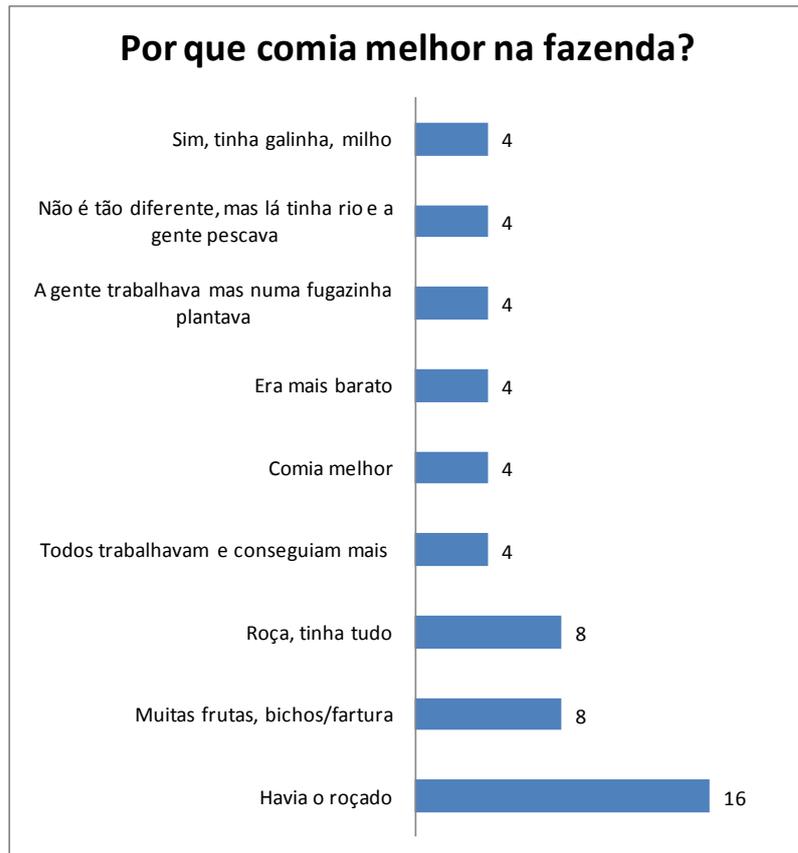


Figura 18 - Gráfico sobre alimentação nas fazendas. Melhor ou não? (%)

“Roçado”, “bicho”, “numa fugazinha plantava”, “galinha”, “milho”, “rio e a gente pescava”, “todos trabalhavam e conseguiam mais”. Várias respostas que nos remetem ao tema vida no campo. Como a grande maioria dos entrevistados morou nas fazendas, sítios, desde criança eles aprenderam um meio diferente de buscar o seu sustento: o trabalho na “roça”, uma relação direta com a natureza. Como alguns mesmo citaram, trabalhavam mais naquele tempo, mas, era em termos de horas trabalhadas. Mesmo dentro dessas extensas jornadas de trabalho, podiam fazer pausas, trabalhavam num ritmo menos acelerado. E quando terminavam o trabalho, não estavam tão longe de casa.

Quando os cortadores de cana-de-açúcar deixam o modo de vida predominantemente rural e são transferidos para as cidades, muito dos seus costumes e hábitos, adquiridos ao longo de gerações, foram drasticamente alterados. Alguns entrevistados relataram que antes, as plantações de cana ficavam mais próximas das suas casas, isto diminuía a trajetória, tanto ida como volta, para os locais de trabalho. Nas fazendas eles tinham um “roçado” para plantar, uma variedade maior de cereais, frutas, legumes. A tranquilidade era importante para

o seu modo de vida e proporcionava um descanso mais profundo. O trabalho para estes canavieiros era “um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 1996, p. 297). Mas tudo mudou. O tipo de alimentação da fazenda, mais natural e mais variado, foi substituído pelo alimento das cidades: industrializado, adquirido somente com dinheiro.

O objetivo mais importante para este trabalho é responder o quanto a superexploração do cortador de cana-de-açúcar teve consequências na sua saúde. Sabe-se que o desenvolvimento do capitalismo trouxe sérias consequências (mudanças?) na vida dos trabalhadores em geral fora dos locais de trabalho e não foi diferente para os canavieiros. Mas, a questão a ser considerada é que esta superexploração é desgastante para o corpo deste trabalhador. Como já demonstrado, o esforço físico na execução das suas funções é muito elevado e, da mesma forma que os atletas profissionais, os cortadores de cana precisam de uma restauração da sua força de trabalho, de forma que garanta a reposição das suas energias. Isto se daria com uma boa alimentação e um descanso reparador. A necessidade de um descanso profundo é tão importante que os próprios entrevistados responderam que, nos momentos de não trabalho, finais de semana ou feriados, eles não tinham muita disposição para fazer outra coisa a não ser descansar.



Figura 19 - Gráfico sobre o que fazia nas horas vagas, domingos ou feriados (%)

Vimos, até agora, o quanto o desenvolvimento do setor agroindustrial sucroalcooleiro mudou de forma acentuada o modo de vida destes trabalhadores. Mudou formas de moradia, tipos de alimentos, costumes etc. Antigamente, este trabalhador mantinha uma relação direta com a natureza para a produção dos bens de sobrevivência e reprodução social. É evidente a mudança de cenário para o viver destes homens e mulheres do campo. Marx sempre relatou o quanto o desenvolvimento do capitalismo provocou consequências na vida dos trabalhadores da sua época. Vejamos o que ele fala sobre a alimentação de alguns trabalhadores.

Entre os trabalhadores agrícolas, eram os da Inglaterra, a parte mais rica do Reino Unido, os mais mal alimentados. A subnutrição entre os trabalhadores agrícolas recaía principalmente sobre mulheres e crianças, pois “o homem precisa comer para fazer o serviço”. Penúria ainda maior grassava entre as categorias de trabalhadores urbanos investigadas (MARX, 1996, v. 2, p. 284).

As rendas dos entrevistados deixam muito a desejar. Um estudo muito importante sobre nutrição do trabalhador canavieiro foi realizado pela nutricionista Carla Caroline Silva dos Santos. Esta profissional realizou um estudo sobre as condições de vida e de trabalho de

cortadores de cana-de-açúcar do Estado de Alagoas, tendo como objeto de pesquisa a alimentação destes profissionais. Para isto, ela entrevistou 14 cortadores de cana, da cidade de Teotônio Vilela, Alagoas, nos meses de julho e agosto de 2008. Santos (2011, p. 189) aplicou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, para demonstrar o quanto os entrevistados se sentem seguros com a sua alimentação. Os resultados foram os seguintes:

- 14,3% se autopercebem em segurança alimentar, ou seja, a presença de alimentos em quantidade e qualidade para todos os membros da família está garantida;
- 35,7% se autopercebem em insegurança alimentar leve, o que significa dizer que o aspecto mais afetado é a qualidade da alimentação, juntamente com a preocupação de que possa faltar alimento no futuro próximo;
- 42,9% se autopercebem em insegurança alimentar moderada, em que já começa a haver restrição quantitativa na alimentação dos adultos da família;
- 7,1% se autopercebem em insegurança alimentar grave, ou seja, neste caso já ocorre deficiência quantitativa e mesmo fome entre adultos e crianças da família (Idem).

Quase 50% da sua amostra mostrou-se com uma insegurança alimentar moderada ou grave. Na página 81 desta dissertação, foi apresentado um resultado que guarda algumas semelhanças com os acima apresentados. Perguntamos para nossos entrevistados se eles consideravam seus rendimentos suficientes para as suas necessidades. 8% disseram que sim; 24% responderam que sim, mas de forma apertada; e 68% da amostra declararam que não, sempre faltava alguma coisa. A percepção de todos estes trabalhadores é de que enfrentam muitas dificuldades para manter a si mesmo e à sua família.

3.1.3.3 Contaminação ambiental

Na pesquisa realizada para esta dissertação, também perguntamos aos entrevistados se onde eles moravam existia algum tipo de problema com acúmulo de lixo ou algum outro problema no bairro que gerasse algum tipo de doença, mau cheiro, etc. 96% dos entrevistados disseram que não, e o único que respondeu sim, disse que onde ele mora, às vezes, tem problema com o mosquito da dengue. Seria uma resposta muito positiva se não existissem tantos estudos que apontam a questão ambiental como um grave problema que cerca o setor agroindustrial canavieiro. O uso extremo do solo alagoano para o cultivo de enormes plantações de cana-de-açúcar exige a utilização de dois componentes altamente prejudiciais ao homem e ao meio ambiente: fertilizantes químicos e agrotóxicos. A poluição do meio ambiente com tais componentes pode provocar o esgotamento de recursos renováveis, como a

água potável. Por poluição da água entendemos a sua contaminação por elementos minerais, substâncias químicas, tóxicas e componentes bacteriológicos.

A partir do início dos anos 80, com o processo de modernização da atividade agrícola e a necessidade de minimizar o impacto da crise do petróleo, o setor sucroalcooleiro iniciou um processo de expansão de produtividade. Programas federais tais como o PROÁLCOOL e o PLANALSUCAR incentivaram o crescimento das destilarias e da demanda por áreas plantadas de cana-de-açúcar, provocando desmatamentos e impactos ambientais de grandes proporções. Por exemplo, estima-se que a percentagem de desmatamento da vegetação existente nas áreas das grandes plantações de cana-de-açúcar, de florestas estacionais e do serrado dos tabuleiros, seja superior a 92% (SANTOS et al, 2007, p. 32).

Inicialmente, as grandes plantações de cana-de-açúcar eram encontradas nas proximidades das regiões costeiras. Mas, com os incentivos de programas federais, como vimos no capítulo 1 desta dissertação, as plantações de cana foram se expandindo até alcançar os tabuleiros alagoanos, que chegam ao extremo oeste da região do Agreste do Estado (Idem, p. 29). Estes solos de tabuleiros são menos férteis, apresentam baixa reserva dos nutrientes necessários para o desenvolvimento da cana e precisam da aplicação de fertilizantes químicos para se tornarem produtivos. A prática de descanso da terra, fazendo rodízio entre a criação de gado e as plantações, muito utilizadas por pequenos agricultores, não seria muito útil para plantios de grandes extensões. Sendo assim, uma das soluções encontradas desde então é a utilização destes produtos químicos.

Esses fertilizantes são muito solúveis, de fácil aplicação para os plantadores, porém, prejudiciais para o homem e para o meio ambiente. As plantações são mais produtivas com este tipo de fertilizante, mas, deixam os solos ainda mais inférteis por causa da acidificação, mobilização de elementos tóxicos, imobilização de nutrientes, destruição da bioestrutura, aumento da erosão, etc. Outro problema é que a aplicação desses fertilizantes precisa ser constante por serem muito solúveis e são rapidamente absorvidos pelo solo e pela chuva, o que provoca poluição das águas de superfície ou subterrâneas (AMARANTHUS, 2011).

Outro problema encontrado no caso de Alagoas é com respeito aos rios. No artigo sobre as consequências, no meio ambiente, provocadas pelas plantações de cana-de-açúcar, os autores citam o livro *Usinas e destilarias de Alagoas* (ANDRADE, 1997, p. 110 apud SANTOS et al, 2007, p. 32), no qual o autor afirma que “os rios da área açucareira têm pequeno volume d’água, e a época de mais intensa atividade das destilarias, sobretudo das

autônomas que processam diretamente a cana, é justamente o verão, quando o volume d'água é menor". Dessa forma, neste período, nos rios de pequeno volume, a quantidade de tiorna³² descartada chegava a ser maior do que o volume do próprio rio.

Estudos mostram que, além dos dejetos lançados na hidrografia pelas usinas, o uso de agrotóxicos nas plantações de cana-de-açúcar compromete a potabilidade dos rios. Na sua tese de doutorado, o pesquisador Eduardo Dutra de Armas monitorou a frequência de resíduos de herbicidas no Rio Corumbataí, um rio localizado em uma das sub-bacias hidrográficas mais importantes do Estado de São Paulo. Um grupo químico de herbicidas utilizados pela agroindústria canavieira foi selecionado e, então, monitorado, com métodos próprios para este tipo de trabalho (cromatografia gasosa e cromatografia líquida de alta eficiência). Após o monitoramento foram detectados elementos do grupo selecionado, em amostras de água e de sedimentos do rio, mais especificamente em áreas onde prevaleciam os solos de alta permeabilidade. A presença de moléculas dos herbicidas monitorados atingiu, segundo Armas, uma carga residual de 2 a 13 vezes acima do limite máximo para a soma de agrotóxicos, conforme o permitido pela comunidade europeia, padrão utilizado para sua pesquisa. (ARMAS, 2006, p. 43).

Encontramos outras informações sobre a contaminação por agrotóxicos da mesma sub-bacia do rio Corumbataí, no artigo da pesquisadora Regina Monteiro, com o título: *Uso de agrotóxicos em cana-de-açúcar na bacia do Rio Corumbataí e o risco de poluição hídrica*. Este artigo relata uma pesquisa de Monteiro em que foi realizado um monitoramento do rio entre janeiro de 2000 até dezembro de 2003. Neste período, ela conseguiu identificar 24 ingredientes ativos componentes de 39 marcas comerciais para a cultura da cana-de-açúcar nas amostras coletadas (MONTEIRO, 2011). De acordo com o levantamento de Monteiro, na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo encontram-se 63 ingredientes ativos formulados em 173 marcas comerciais de herbicidas, inseticidas e outros defensivos agrícolas. Ou seja, 38% dos ingredientes ativos de defensivos agrícolas permitidos pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de Alagoas foram encontrados nas amostras de água da pesquisa.

Em entrevista cedida ao site *Vi o mundo*, Raquel Rigotto, professora e pesquisadora do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal

³² Efluente líquido gerado pela indústria sucroalcooleira, como popularmente é conhecido.

do Ceará, apresenta um dos maiores incentivadores para o Brasil chegar a esta lamentável posição de maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Para Rigotto, durante o governo Lula foram disponibilizados em torno de 100 bilhões de reais para o agronegócio contra os apenas 16 bilhões para a agricultura familiar. Ainda segundo Rigotto, na entrevista concedida, o Brasil é o principal destino de agrotóxicos proibidos em outros países. Para ela, o discurso que se ouve por aí, o “paradigma do uso seguro” para os defensivos agrícolas é contestável. Apesar do aparato legislativo, na prática, o governo não dispõe de laboratórios para se fazer exames sobre a presença dos componentes ativos dos herbicidas e o quanto se é tolerável na água consumida pela população. Ou seja, esse consumo extremo de agrotóxicos, juntamente com a expansão da cultura da cana-de-açúcar em todo o Brasil, pode colocar em risco a qualidade dos recursos hídricos e é muito difícil monitorar a contaminação dos mesmos (RIGOTTO, 2011).

Com todo o exposto, nota-se claramente que as condições de vida dos entrevistados fora do ambiente de trabalho são pouco favoráveis e causam risco ao processo saúde-doença. Já Soriano (2009, p. 70) afirma que “o valor da força de trabalho é igual à soma dos meios de subsistência para a conservação e reprodução do trabalhador e de sua família. O autor cita Engels que analisou a situação deploráveis dos bairros operários da Inglaterra do século XIX e exclamou que “sob estas condições, como pode a classe pobre gozar de boa saúde e vida longa? O que mais se pode esperar, além da enorme taxa de mortalidade, epidemias, progressivo enfraquecimento físico e progressiva (?) da geração de trabalhadores?” (ENGELS, 1982, p. 159, apud SORIANO, 2009, p. 78).

Em suma, o que podemos concluir com as informações anteriores é o que Ribeiro (2011) afirma na sua resenha sobre a obra: *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*, de John Bellamy, “que existe uma interação metabólica entre o homem e a natureza que será rompida pelo capitalismo. A propriedade privada, instaurando a divisão do trabalho, separa o camponês da terra, de uma relação íntima e tradicional com o solo”. Ao ver a natureza como um repositório de lucros, o usineiro capitalista não levou em consideração as consequências sociais na vida do cortador de cana-de-açúcar. Vimos que esta ação predatória alterou de forma significativa a moradia dos trabalhadores rurais, sua alimentação e pode estar promovendo um desequilíbrio ambiental de grandes proporções com o intenso uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos.

A esse respeito, o geógrafo Milton Santos escreveu que

o espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. (...) O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento (1988, p. 10).

Vimos o quanto a natureza e a vida dos cortadores de cana-de-açúcar foram transformadas pela ação e interesses de uma classe dominante, dos grandes proprietários de terras, pois, “em certas regiões a atividade agrícola se torna um privilégio dos detentores dos grandes capitais” (SANTOS, 2003). O caso de Alagoas mostra que o espaço, social e agrícola, está marcado por grandes desigualdades causadas pela exploração da natureza desde o período colonial.

3.1.4 Grau de Instrução dos Entrevistados

Um resultado muito importante que merece atenção o grau de instrução dos entrevistados:

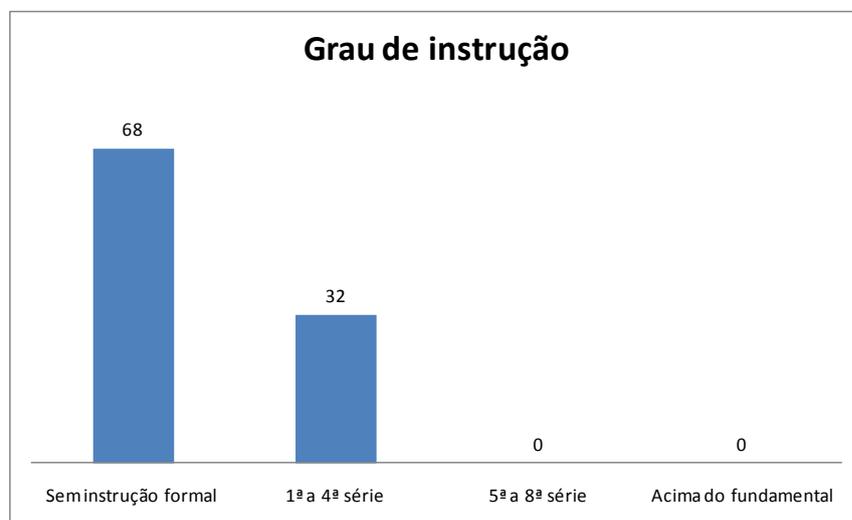


Figura 20 - Gráfico sobre o grau de instrução dos entrevistados (%)

A grande maioria dos entrevistados ou não estudou (68%) ou estudou até a 1ª ou 2ª série. Os que tinham frequentado uma escola confessaram que mal sabiam assinar seu nome. Este resultado mostra claramente que se trata de uma população predominantemente sem instrução formal. 100% desta amostra foram expropriados deste direito constitucional à

educação. Se fosse possível identificar a culpa por esta expropriação de um direito destes trabalhadores, garantidos por lei, quem seria(m) o(s) responsável(is): seus pais, os usineiros/fazendeiros ou o Estado?

Para Ferraro (2008, p. 275), trata-se, na realidade, de uma questão de “dívida educacional”. Para ele, mesmo os analfabetos brasileiros têm a compreensão do que acontece quando não se paga uma prestação de um eletrodoméstico. Mas, não é fácil para estes mesmos cidadãos analfabetos se conscientizarem de que são credores do Estado quanto ao direito à educação e tantos outros direitos que são constituídos por Lei e que lhes foram negados, ou expropriados, no decorrer da vida. Ferraro esclarece ainda que

o direito à Educação integra o conjunto dos direitos sociais. Estes, por sua vez, constituem uma das diferentes gerações ou dimensões dos direitos fundamentais da pessoa humana. Falar em dívida educacional pública significa duas coisas: primeiro, que a Educação se transformou num serviço público; segundo, que o Estado deixou de assegurar a determinadas pessoas ou grupos de pessoas o serviço público chamado Educação. É a conjunção dessas duas condições - a Educação entendida como serviço público e a não universalização ainda desse serviço - que coloca o Estado na condição de devedor e o cidadão na de credor de escolarização. Por escolarização, se deve entender não só o acesso, mas também a continuidade bem-sucedida na escola (Idem).

A educação é, então, enquanto dever do Estado, direito de todos os cidadãos brasileiros, e foi reconhecido em praticamente todas as Constituições Brasileiras, incluindo a de 1946, em vigor na época do nascimento de todos os nossos entrevistados. Nesta mesma constituição, no Capítulo II, da Educação e da Cultura, consta o seguinte:

Art 166 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Art 167 - O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Poderes Públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem.

Art 168 - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;

II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;

III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes;

IV - as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores (CONSTITUIÇÃO DO BRASIL 1946)³³.

³³ Constituição do Brasil de 1946. Disponível em: < <http://www.soleis.com.br/ebooks/1-Constituicoes4.htm#31>>. Acesso em 22 de Abr. 2013.

Como se vê, na Constituição do Brasil de 1946, vigente na época em que os entrevistados já trabalhavam ainda crianças, a educação é um direito de todos e obrigatória no ensino primário. As empresas agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, “são obrigadas a manter o ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes”, como consta no 3º Princípio, do Artigo 168. Então se poderia dizer que a culpa é do Estado e dos empregadores?

No seu livro *Salário, preço e lucro*, Marx diz que o trabalhador “tem que gastar outra soma de valores no desenvolvimento de sua força de trabalho e na aquisição de certas habilidades (MARX, 1865, p. 16). Para Marx, a educação participa do processo de transformação das condições sociais. O trabalhador precisa gastar parte do que ganha na aquisição de certas habilidades e transformar sua realidade. No trabalho sobre a educação concebida por Marx, da Bacharela em Biblioteconomia Maria Suzie de Oliveira, a autora lembra que “a revolução prevista por Marx, busca recuperar em todos os homens o pleno desenvolvimento intelectual, físico e técnico” (OLIVEIRA, 2009, p. 4). Para Marx, então, combater a alienação e a desumanização era papel da educação. O homem só atingiria sua plenitude ao “compreender o mundo físico e social”. Ou, conforme Paulo Freire soube interpretar, quando ensinamos o homem a “ler o mundo” ele aprende a “ler a realidade (conhecê-la) para em seguida poder reescrever essa realidade (transformá-la) (FREIRE apud GUEDES, 2012).

O Estado realmente foi omissivo no caso do direito à educação, negado aos cortadores de cana-de-açúcar, mas a realidade desta categoria profissional foi transformada pela ação e interesse de uma classe dominante. As desigualdades que se vê são consequências de uma superexploração das atividades agrícolas desde o período colonial. Marx deixa muito claro que “as consequências do desenvolvimento capitalista se manifestam de forma concreta na vida material dos grupos sociais que o compõem (SORIANO, 2009, p. 23).

Mas, como disse Ferraro (2008, p. 275), é muito difícil para os próprios cortadores de cana-de-açúcar, pela sua condição alienada à realidade social, responsabilizar o Estado ou a classe dominante pelo seu grau de instrução. Quando perguntamos “por que o(a) senhor(a) não estudou?”, as respostas foram:



Figura 21 – Gráfico sobre os diversos motivos para não ter estudado (%)

Com exceção dos 20% da amostra que ou não responderam ou revelaram que pararam de estudar porque não tinham interesse, 80% deles disseram que tiveram que abandonar os estudos por causa do pai, ou porque precisavam trabalhar, ou porque não tinha outro jeito. Se eles tiveram que parar de estudar porque tinham que trabalhar, com que idade eles começaram a trabalhar? Antigamente, era comum os pais levarem seus filhos para o trabalho para fazer serviços secundários ao corte, como por exemplo, amarrar os feixes de cana-de-açúcar. Perguntamos, então, “com que idade começaram a trabalhar?” A grande maioria dos entrevistados, 84%, declarou que começou a trabalhar quando era menor de idade, sendo que 28% deles começaram a trabalhar antes dos 8 anos de idade; 36% começaram com idade entre os 9 e 12 anos; e 20% entre os 13 e 17 anos de idade. Apenas 3 entrevistados disseram que começaram a trabalhar depois dos 18 anos.

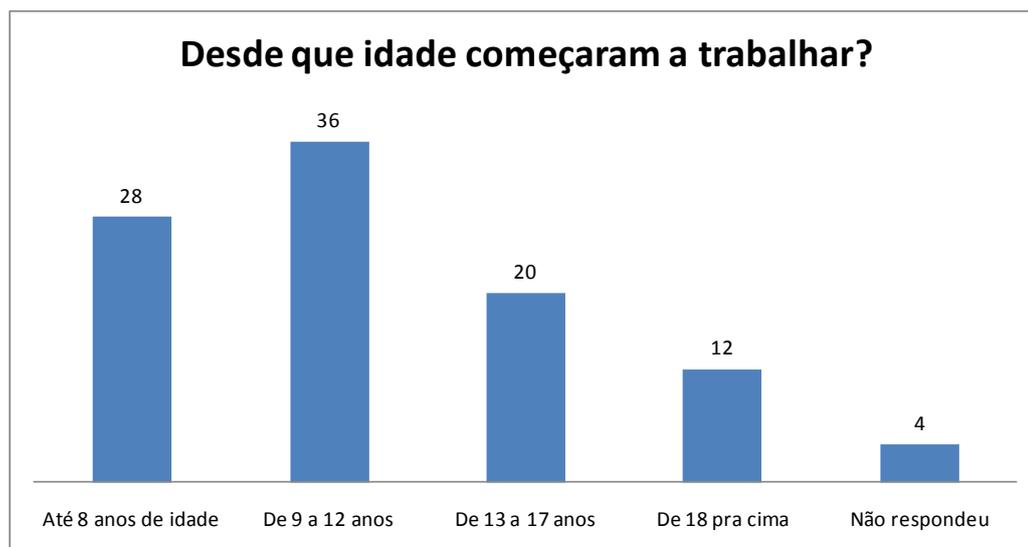


Figura 22 – Gráfico sobre a idade em que os entrevistados começaram a estudar (%)

64% da amostra começaram a trabalhar com até 12 anos de idade, aproximadamente. Os nossos entrevistados nasceram depois do ano de 1946, ou seja, a Constituição brasileira válida era exatamente a Constituição de 1946³⁴. De acordo com esta Constituição, era proibida a contratação de menores de 16 anos, e de trabalho noturno e em atividades insalubres aos menores de 18 anos. Já na Constituição de 1967 eram proibidos o trabalho a menores de 12 anos e o trabalho noturno e nas indústrias insalubres aos menores de 18 anos. Ou seja, a situação destes trabalhadores entrevistados foi de trabalho infantil e clandestino. Era uma situação, do ponto de vista do pai, necessária para se manter a subsistência da família. Porém, quando a classe dominante autoriza este tipo de conduta ou obriga, mesmo que indiretamente, os pais a retirarem seus filhos da escola por causa do seu único interesse por mais trabalho, podemos realmente caracterizar esta relação de não apenas superexploração, mas, também, criminosa. Sendo assim, o Estado foi omissivo ao não fazer cumprir a Lei e o empregador foi condizente em permitir crianças trabalhando nos canaviais.

³⁴ SCATOLIN, Levi. 16 anos - idade mínima para o trabalho: avanço ou retrocesso? Revista Igualdade. Disponível em: <http://www2.mp.pr.gov.br/cpca/telas/ca_igualdade_18_2_3.php>. Acesso em 16 de Abr. 2013.

3.1.5 Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais



Figura 23 - Foto sobre acidente com trabalhadores canavieiros - Autoria de Priscylla Régia
Fonte: Alagoas 24 Horas

Um ônibus, que transportava trabalhadores de uma grande usina da região de Atalaia, sofreu um grave acidente em janeiro de 2008, na rodovia estadual alagoana AL-210. O veículo capotou, três cortadores de cana morreram e diversos ficaram feridos. De acordo com alguns trabalhadores que se salvaram e ficaram com ferimentos leves, o que ocasionou o acidente foi a falta de freio, de forma que o ônibus capotou e ficou de ponta cabeça³⁵.

O exemplo acima é um perigo iminente de acidente de trabalho a que os cortadores de cana-de-açúcar estão sujeitos a cada dia, pois é comum que a condução dos trabalhadores para os campos seja realizada em ônibus com baixo estado de conservação, antigos. A questão mais interessante é que, apesar de a nossa amostra ser pequena, três entrevistados sofreram acidentes com ônibus como o exemplo notificado acima. O Sr. J. C. dos S. ficou inválido com o acidente que sofreu. O ônibus virou e o braço direito, depois dos ferimentos, perdeu toda a movimentação. Para este entrevistado, outra consequência do acidente, foi um “problema de cabeça”, pois ele às vezes se esquece dos objetos, mesmo estando nas suas próprias mãos. Já o Sr. J. N. dos S. disse que sofreu acidente dentro destes ônibus duas vezes, sendo que na mais grave ele levou 28 pontos nas pernas em função de um corte muito profundo, o qual resultou

³⁵ Site Alagoas 24 Horas. Disponível em: < <http://www.alagoas24horas.com.br/conteudo/?vCod=40356>>. Acesso em 17 de Abr. 2013.

em uma enorme cicatriz. Ele disse que teve que ficar afastado por três meses. E a outra entrevistada que sofreu um grave acidente de ônibus foi a Sra. M. M. dos S., a mesma que ganhou o “diploma” da Câmara dos Vereadores de Atalaia. Ela disse que o acidente a deixou bem machucada.

Mas não foram apenas estes acidentes de trabalho que aparecem nos resultados da nossa pesquisa. Vejamos:

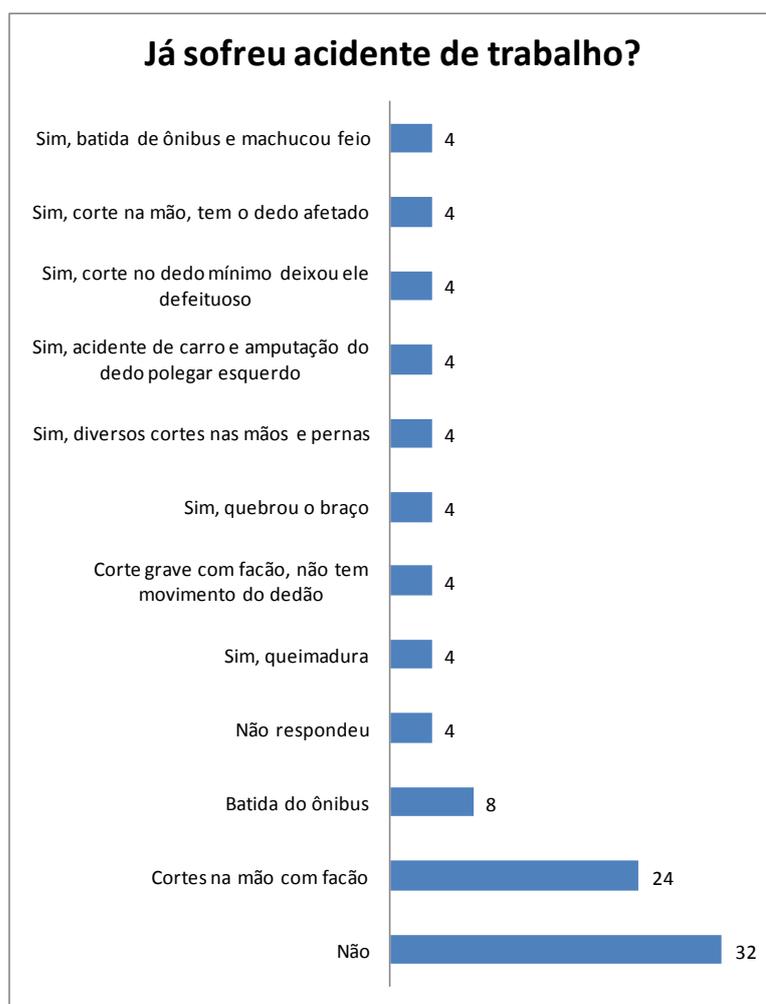


Figura 24 - Gráfico sobre acidentes de trabalho sofridos pelos entrevistados (%)

64% dos entrevistados relataram que sofreram algum tipo de acidente de trabalho. 4 destes acidentes foram cortes nas mãos que afetaram, de alguma forma, o movimento, sendo que um deles teve o dedão amputado.

No Brasil, existe uma lei de 1977, nº 6514, Capítulo V, estabelecida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que trata de EPI no âmbito da segurança e saúde

do trabalhador. A Seção IV desse capítulo, artigos 166 e 167, estabelece a obrigatoriedade de a empresa fornecer o EPI gratuitamente ao trabalhador³⁶.

Mas, apesar de esta lei estar em vigor desde 1977, nossos entrevistados afirmaram que o uso de EPIs é uma prática recente. Um deles relatou que o uso só começou mesmo depois que o Ministério do Trabalho começou uma fiscalização mais rígida.

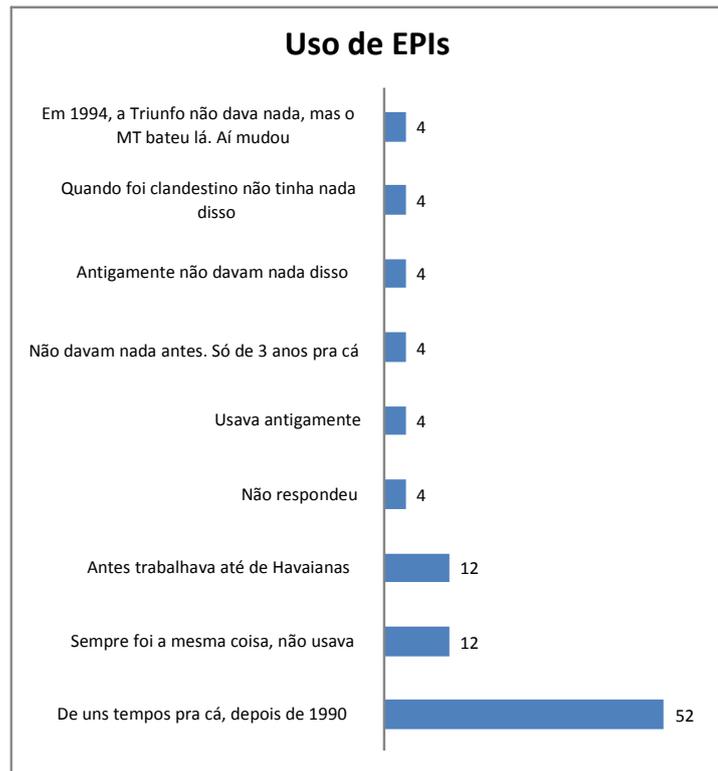


Figura 25 - Gráfico sobre percepção dos entrevistados quanto ao uso de EPIs (%)

80% da amostra disseram que o uso é uma prática recente. 3 dos entrevistados declararam que antes não existia nada disso. “Às vezes a gente estava em casa, de havaianas, eles vinham nos chamar pra trabalhar e a gente ia de chinelo mesmo”.

Outro tipo de incidente muito grave que ocorre nos canaviais durante a jornada de trabalho e tem a ver com as doenças ocupacionais é o “Canguru”. Novaes³⁷ (2007a, p. 107-

³⁶ **Artigo 166** - A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamentos de proteção individual adequados ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados. **Artigo 167** - O equipamento de proteção só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho.

108 apud VERÇOZA, 2011, p. 159) cita uma entrevista realizada com um médico de Jaboticabal, em que este profissional oferece uma boa explicação do que é o “Canguru”³⁸. O médico explica que o canavieiro transpira muito e esta

transpiração excessiva provoca perda de eletrólitos, de sais do organismo. Se você pegar a camisa de um trabalhador ela chega a estar branca por causa da perda de sais. A câibra é o primeiro sintoma de quando você tem distúrbios hidroeletrolítico. A câibra é o acúmulo de ácido láctico na musculatura. Ele fica todo contorcido, parece um possuído. Pra você ter uma ideia, é quase como uma convulsão. E dói, dói muito aquilo.

Verçoza (2011, p. 160) apresenta uma entrevista realizada em julho de 2009, no conjunto Denisson Menezes, Maceió, Alagoas. Nesta entrevista, nas palavras de um trabalhador canavieiro, temos uma boa demonstração do que é o “Canguru”:

P: Como é que chama quando desmaia?

E: Aí quando desmaia diz: “chega que o ‘canguru’ pegou ali o rapaz”. Já deu em mim esse tal de “canguru”.

P: Já deu “canguru”?

E: É um tipo de fraqueza que dá na gente, e chega câibra por todos os cantos. As usinas não fornecem ao cara um “suquinho”, é... potente assim de limão. Um negócio assim e outro. Eles não querem saber de nada, eles só querem a safra deles terminada.

P: Quando deu o “canguru”, o senhor fez o quê?

E: Fica lá no chão caído e pronto.

P: Não foi para o posto não?

E: Não. Eu não fui para o posto, não. Porque às vezes fica em um canto meio longe da usina, aí às vezes o rádio não chega, não tem ninguém ali para avisar.

P: Nem mandaram ambulância?

E: É. Aí o “canguru” ali, ele dá e depois vai saindo de novo.

P: Aí o senhor se recuperou lá mesmo?

E: É, me recuperei no serviço mesmo.

P: Mas voltou a trabalhar depois do “canguru”, no mesmo dia?

³⁷ NOVAES, José Roberto. **Idas e Vindas: disparidades e conexões regionais**. In: **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. Org. José Roberto Novaes e Francisco Alves. São Carlos: EdUFSCar, 2007a, pp. 87-118.

³⁸ Expressão regional. Nos canaviais paulistas a doença é conhecida como “Birôla”.

E: Não. Voltei mais não. Porque não aguentava mais não. Passei dois dias sem trabalhar.

De acordo com os nossos entrevistados, a incidência do “Canguru”³⁹ é grande. Perguntamos a eles se os mesmos já tinham desmaiado alguma vez por causa de calor, fome, cansaço ou “Canguru”. Muitos iam acenando com a cabeça sinalizando que responderiam um não para desmaios, mas, quando citávamos a palavra “Canguru”, eles riam e afirmavam com a cabeça.

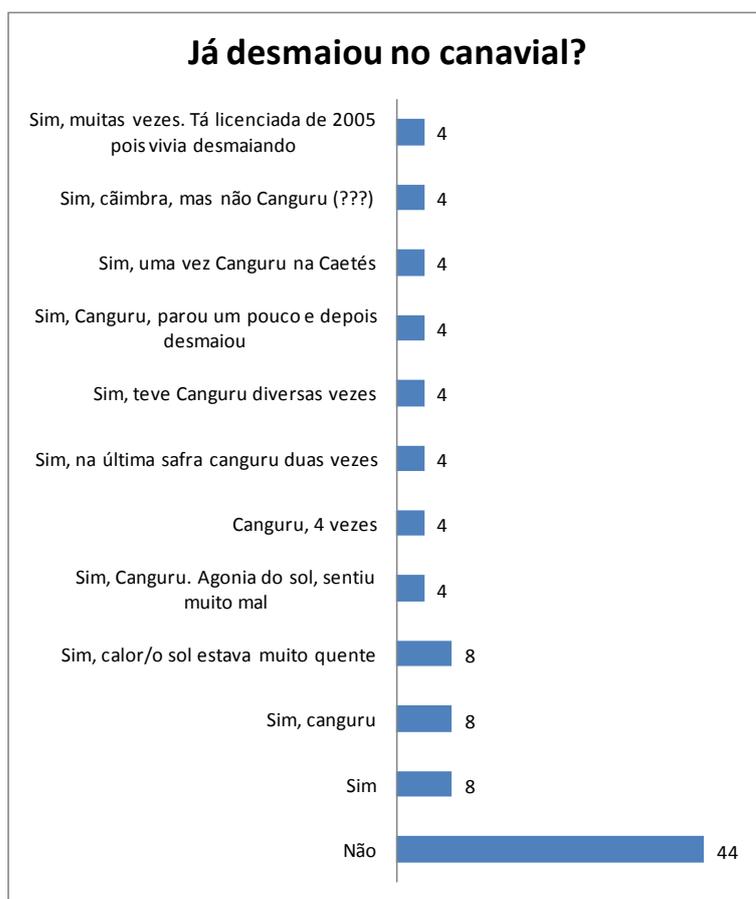


Figura 26 - Gráfico sobre desmaios por cansaço, fome, calor ou “Canguru” (%)

54% da amostra declararam já ter sofrido pelo menos uma vez de “Canguru”. 12% disseram que já tinham desmaiado, porém, de sol ou outra causa que não o “Canguru”.

Perguntamos também se a fuligem ou cinzas das queimadas lhes causavam algum tipo de mal estar.

³⁹ Em São Paulo o “Canguru” é conhecido como “birôla”.



Figura 27 - Gráfico sobre fuligem, poeira, cinzas das queimadas. Provocavam algum mal estar? (%)

44% da amostra responderam que, de alguma forma, as fuligens, poeiras e cinzas das queimadas lhes provocavam algum tipo de mal estar. Notamos que alguns dos entrevistados mostravam sintomas de asma. 2 deles declararam que realmente são asmáticos. Eles associavam falta de fôlego e coceira pelo corpo. Acreditamos que, por experiência própria, as faltas de fôlego que alguns dos entrevistados citavam são reações alérgicas por causa da asma.

O pesquisador da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Charles dos Santos, entrevistou um médico de usina em Teotônio Vilela. Nessa entrevista, este profissional da área de saúde relata que a incidência maior de reclamações dos canavieiros está nas cãibras, dores musculares e problemas ortopédicos (dores na coluna). Perguntamos aos entrevistados se eles tinham algum tipo de problema ou dores na coluna. 80% responderam afirmativamente:

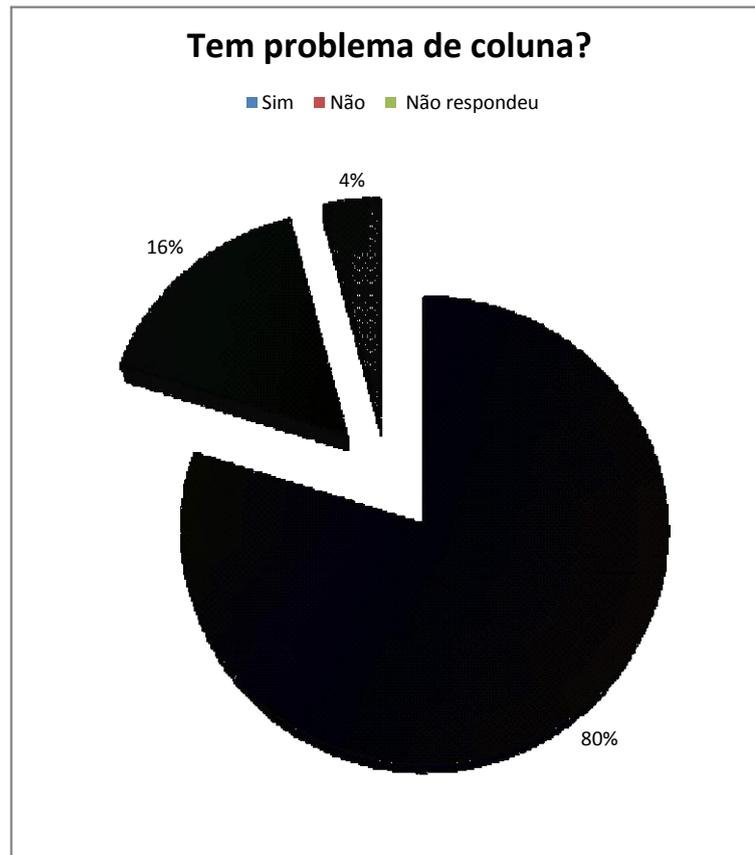


Figura 28 - Gráfico sobre problemas de coluna (%)

Para Laat (2010), os cortadores de cana-de-açúcar têm uma intensa movimentação que pode ser classificada como uma atividade pesada. “Ao final de uma jornada de oito horas o trabalhador poderá ter executado de 10.000 a 12.000 movimentos do membro superior. Lembrando que há uma movimentação simultânea da coluna vertebral, especialmente dos segmentos lombares e cervicais” (GOMES et al, 2001, apud LAAT, 2010, p. 59). Ao observar alguns trabalhadores na execução do seu trabalho nos canaviais paulistas, Laat (2010) conseguiu mensurar um total de 3.080 flexões de coluna e 3.498 golpes de facão. Seus estudos não visavam entender o quanto estas movimentações excessivas produziam patologias ortopédicas, mas comprovar associações entre a atividade em si e os fatores de risco para a saúde do cortador de cana. Ele concluiu que em alguns momentos, quando as flexões da coluna são mais intensas, conforme o tipo de cana cortada, a frequência cardíaca dos trabalhadores aumentava: um fator de risco.

Sabemos que, no caso do resultado da nossa pesquisa, onde 80% dos nossos entrevistados afirmam ter dores de coluna, muitos destes problemas podem ser motivados por outras questões não relacionadas ao seu trabalho no corte da cana. Porém, a grande maioria destes trabalhadores são cortadores de cana desde criança; a probabilidade, então, de essas dores serem causadas pelos esforços repetitivos, flexões lombares constantes e os milhares de golpes com facão, diariamente, conforme afirmação de Laat (2010, p. 59), é realmente muito alta. Entretanto, mesmo que o problema não tivesse como causa o tipo de movimento brusco necessário no corte da cana, o fato de eles terem que trabalhar mesmo com crises de dores é uma condição muito desumana. Boa parte dos entrevistados falou que tem crises há muito tempo e para ir trabalhar, só com remédios.

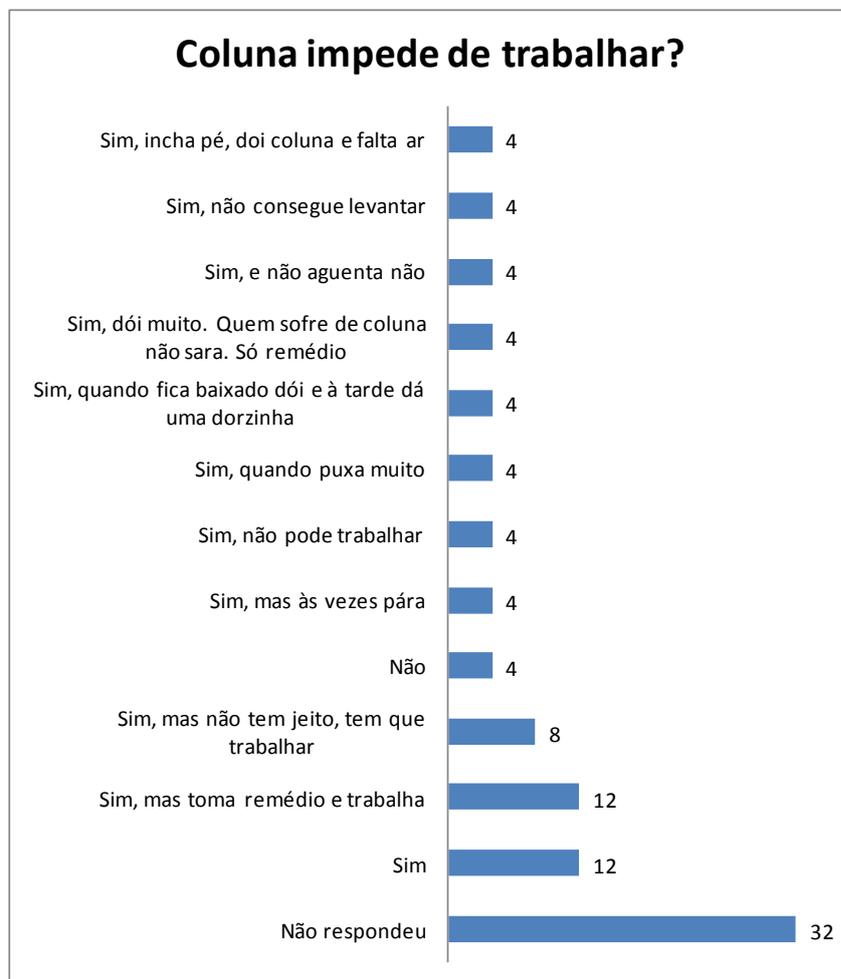


Figura 29 - Gráfico sobre impedimento das dores de coluna para se ir trabalhar. (%)

36% declararam que não, ou não sofriam deste mal, e 64% disseram que sim. 4 deles confirmaram que só conseguiam ou conseguem (pois, como vimos, muitos ainda trabalham) trabalhar por causa do remédio.

Soriano (2009, p. 68) diz que “a obtenção da máxima ganância ao menor custo possível é uma lei presente na organização capitalista”. Para ele, se o trabalhador é obrigado a trabalhar em ambientes que fazem mal para a sua saúde tais como pó, gases, lixo industrial, falta de ventilação ou temperaturas elevadas, isto não é importante para o capital. Sabemos, hoje em dia, que tudo só passa a ser importante para o capital quando ocorrem duas situações: (1) quando leis começam a regular o mercado de trabalho ou (2) quando algum tipo de mal à saúde passa a prejudicar a produtividade no trabalho. Programas de qualidade de vida, qualidade total, os 5S e tantas outras atividades que surgiram com a reestruturação produtiva foram estratégias do capital para conseguir a intensificação do trabalho, fechar “poros”, como diria Marx, para torná-lo mais denso, mais livre do não-trabalho, do absenteísmo,⁴⁰ etc.

Apenas apontamos as condições materiais em que se realiza o trabalho fabril. Todos os órgãos dos sentidos são igualmente lesados pela temperatura artificialmente elevada, pela atmosfera impregnada de resíduos de matéria-prima, pelo ruído ensurdecedor etc., para não falar do perigo de vida sob a maquinaria densamente amontoada que, com a regularidade das estações do ano, produz seus boletins da batalha industrial (MARX, 1996, v. 2, p. 58).

Ao denunciar as consequências que a maquinaria industrial trouxe para os operários daquela época, Marx aponta como uma das causas para o enorme número de acidentes do trabalho a “ansiedade dos trabalhadores em executar rapidamente seu serviço”⁴¹. Entre os trabalhadores canavieiros também acontece, principalmente nos dias de hoje, uma aceleração no ritmo de trabalho para se cumprir as metas dentro da jornada de trabalho agora limitada e “fiscalizada” pela lei. Nos tempos em que não se respeitava o tempo da jornada de trabalho, trabalhava-se até terminar tudo, mesmo que adentrasse a noite. Hoje em dia, para se cumprir uma tarefa até mais elevada que antigamente, a velocidade é determinante para se alcançar o desempenho exigido pelos contratantes. Tudo isto “torna-se ao mesmo tempo, na mão do

⁴⁰ Termo utilizado para designar a ausência dos trabalhadores no processo de trabalho.

⁴¹ Grande número de acidentes é causado pela ansiedade dos trabalhadores em executar rapidamente seu serviço. É preciso recordar que é da maior importância para os fabricantes que sua maquinaria esteja ininterruptamente em movimento, isto é, produzindo fios e tecidos. Cada minuto de parada não é apenas uma perda de força motriz, mas de produção. Os trabalhadores são urgidos pelos supervisores, que estão interessados na quantidade da produção, para manterem a maquinaria em movimento; e isso não é menos importante para os operários, que são pagos por peso ou por peça. Em consequência, embora seja formalmente proibido, na maioria das fábricas, que a maquinaria seja limpa enquanto em movimento, essa prática é geral. Só essa causa produziu durante os 6 últimos meses 906 acidentes (Nota explicativa 138 in MARX, 1996, v. 2, p. 58).

capital, roubo sistemático das condições de vida do operário durante o trabalho, roubo de espaço, de ar, de luz e de meios de proteção de sua pessoa física contra condições que oferecem perigo de vida ou são nocivas à saúde” (Idem, p. 59).

Quando perguntamos aos nossos entrevistados se, na opinião deles, o trabalho nos canaviais foi o responsável por algum problema de saúde, eles responderam que sim. Citaram diversos problemas que aparecem em muitas outras literaturas: dores nas pernas e mãos, anemia, deficiência visual, “Canguru” (relacionado a problemas de nutrição), hérnia, alergia, problemas na coluna. Como já afirmamos algumas vezes, esta amostra é pequena, mas se as características que procuramos no universo são muito homogêneas, a probabilidade de esta pequena amostra representar a realidade do universo é bem maior. Todos estes resultados, então, demonstram que a superexploração traz consequências graves na vida dos trabalhadores rurais. Especialmente no que se refere às doenças ocupacionais e acidentes de trabalho.

Mas, depois de todo o exposto, surge a pergunta: e quando precisam de médico? Como resolvem seus problemas? Notamos muitas reclamações dos entrevistados que seriam causas para a ida ao médico com muita frequência. Por exemplo, um dos nossos entrevistados, hipertenso e que não tomava remédio para pressão com regularidade, reclamava de dores no braço esquerdo e dores de cabeça. Isto pode ser uma evidência de início de infarto ou derrame cerebral. As condições de tratamentos médicos oferecidas a estes trabalhadores, que vivem num ambiente muito propício a ocorrências de doenças graves, podem ser consideradas insuficientes. O único atendimento médico disponível, conforme relato dos entrevistados, é posto de saúde. 72% relataram que vão ao posto de saúde, mas a reclamação da maioria era a demora no atendimento, pois tinham que pegar ficha para consulta e normalmente demorava uma ou duas semanas para ser atendido. Muitos entrevistados relataram que sofriam de hipertensão, que já tiveram AVC, assim como infarto. Um deles relatou sofrer de Doença de Chagas⁴². Emocionado, disse que 4 pessoas da família já tinham falecido deste mesmo mal: dois irmãos, pai e mãe. Enfatizou que o pai morreu desta doença exatamente no dia em que se

⁴² Os sintomas da doença de Chagas podem variar durante o curso da infecção. Nos primeiros anos, na fase aguda, os sintomas são geralmente lentos, pouco mais do que inchaço nos locais de infecção. À medida que a doença progride, durante até cinquenta anos, os sintomas tornam-se crônicos e graves, tais como insuficiência cardíaca e desordens do sistema digestivo. Se não tratada, a doença crônica é muitas vezes fatal. Os tratamentos medicamentosos atuais para esta doença são pouco satisfatórios, pois, têm efeitos colaterais significativos e são, muitas vezes, ineficazes, em especial na fase crônica da doença. Pacientes em estado grave são muitas vezes encaminhados ao transplante cardíaco, porém não há cura para a doença.

aposentou, com 60 anos de idade. Este entrevistado, por exemplo, não sabia muito sobre os perigos da sua doença. Pelo visto, nem seus pais e irmãos que faleceram. É uma doença incurável e a única maneira de se prolongar a vida é através de tratamento preventivo e medicação permanente. Ele disse que não tomava remédio e não ia a nenhum médico. De acordo com esse entrevistado, ele pegou essa doença quando era criança e morava nas fazendas de condições (o quê? Que condições?). O pai era cortador de cana.

Muitos dos entrevistados relataram precisar de medicação permanente.

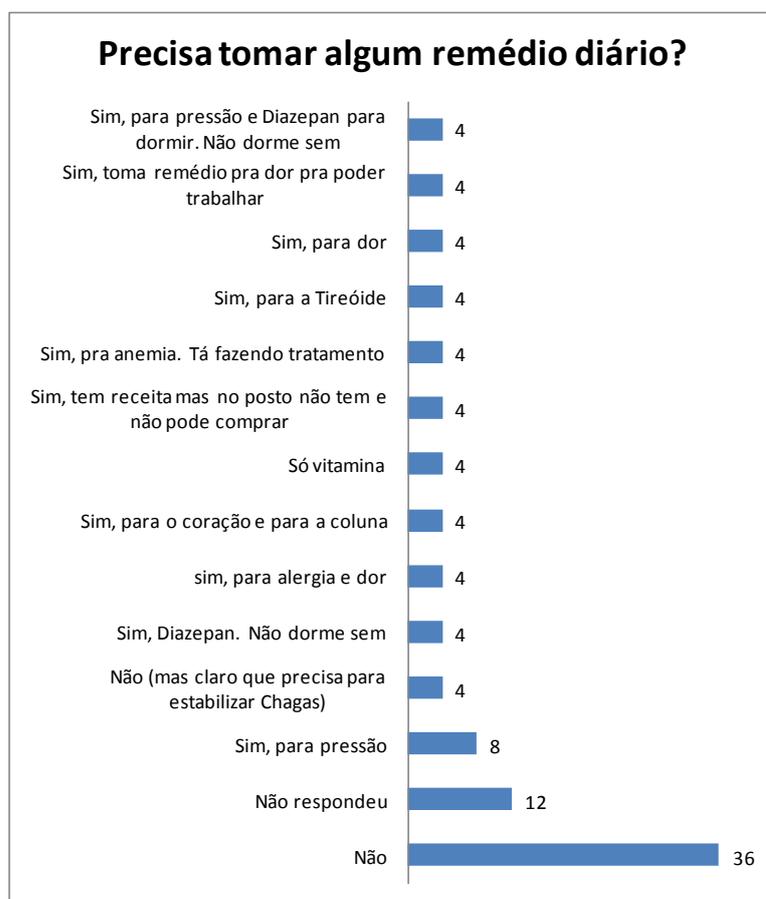


Figura 30 - Gráfico sobre necessidade de tomar algum remédio diariamente (%)

52% da amostra precisam de medicação permanente.

3.1.6 Hipóteses Comprovadas?

Este capítulo procurou demonstrar que a superexploração da força de trabalho do canavieiro ocasiona problemas na sua saúde e reduz sua vida útil. Acreditávamos que, se tudo

que já se escreveu sobre as consequências da superexploração destes trabalhadores são reais, então eles deveriam se encontrar em condições deploráveis de saúde e de reprodução da sua força de trabalho. Também acreditávamos que poderíamos verificar esta realidade por meio de uma pesquisa que descrevesse a situação atual dos cortadores de cana-de-açúcar com mais de 40 anos de idade, mesmo com uma amostragem pequena, uma vez que diversos estudos da academia apresentavam esse universo de trabalhadores rurais com características muito homogêneas. E vimos que nossas hipóteses podem ser declaradas confirmadas: a saúde e a reprodução social destes trabalhadores são comprometidas com a superexploração do seu trabalho. Em síntese, vimos que 64% dos entrevistados sofreram algum tipo de acidente de trabalho; 56% tiveram “canguru”; 80% sofrem com problemas de coluna; 100% não têm instrução formal; 68% reconhecem que o que ganham não é o suficiente para todas as suas necessidades de subsistência; 76% estão desempregados, ou apenas fazendo bico, ou aposentados por invalidez, ou licenciados por problemas de saúde, ou, ainda, empregados, mas, sem receber há mais de 3 meses; 84% começaram a trabalhar antes de completar a maioridade, sendo que, destes, 64% começaram a trabalhar antes dos 12 anos de idade, e desse total, 28% iniciaram sua vida profissional com menos de 8 anos de idade; 36% ganham menos de um salário mínimo, sendo que muitos dos entrevistados vivem com os pais aposentados ou dependendo, em muito, da Bolsa Família para se alimentar; 76% relataram que iam trabalhar, muitas vezes, mesmo estando doentes, para não perderem os bônus ou para garantirem assiduidade; 80% declararam que já trabalharam sem qualquer tipo de Equipamento de Proteção Individual (EPI), sendo que alguns relataram que trabalhavam de “havaianas mesmo”.

As condições de vida destes trabalhadores são deploráveis e alarmantes, principalmente as dos trabalhadores acima dos 40 anos de idade, que dificilmente conseguirão trabalho formal nas usinas a partir desta idade por diversos fatores: a mecanização da colheita, os critérios de seleção e recrutamento, que dão prioridade para os trabalhadores mais jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que fazem os brasileiros de 40 a 65 anos de idade? Como vimos, eles trabalham, pois, estão numa idade economicamente ativa. 64% dos nossos entrevistados trabalharam na última safra e, pelo visto, precisarão continuar trabalhando, seja através de trabalhos esporádicos (bicos), seja como clandestinos, seja como for; enquanto eles não se aposentarem, terão que conseguir algum tipo de ocupação para sobreviver, mesmo com dores na coluna, mesmo com um desempenho abaixo dos trabalhadores mais jovens, não importa, sua realidade é esta: precisam continuar trabalhando. Mas vimos que a probabilidade de estes profissionais fazerem parte integrante de um “exército (agro) industrial de reserva” é cada vez maior, pois, não tiveram a oportunidade de desenvolver outras habilidades ocupacionais além do trabalho manual na colheita da cana-de-açúcar, ou outros trabalhos relacionados à agricultura de sobrevivência. Em uma conversa informal com a encarregada de Recursos Humanos de uma grande usina de Alagoas, no ano de 2010, esta profissional nos relatou um programa interno desta usina. 200 trabalhadores do campo foram, na época, selecionados para iniciar um curso de alfabetização, vez que eles fariam parte da equipe que iria trabalhar com a colheita mecanizada, como motoristas ou como responsáveis pela manutenção das colheitadeiras, etc. Todos os entrevistados que participaram da nossa pesquisa, então, a menos que participassem de um programa como esse, não teriam a oportunidade de fazer parte do “seleto” grupo de trabalhadores qualificados para o funcionamento das colheitadeiras mecânicas, pois, desde a mais tenra idade, foram obrigados a não frequentar a escola por causa da necessidade de ajudar na ampliação do trabalho necessário para o sustento de si mesmo e da sua família. Com a reestruturação produtiva, o mercado de trabalho está se reconfigurando e algumas funções começam a ser menos procuradas e valorizadas.

Marx estava certo ao classificar o Estado moderno como um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo (MARX & ENGELS, 2008, 12). Um comitê que sempre atuou de forma muito satisfatória para os capitalistas em geral e também para os agroindustriais sucroalcooleiros do Estado de Alagoas. Mas, vimos que, pelo menos em parte, este privilégio acabou com a chegada da abertura do mercado em 1990, durante o Governo Collor. A partir do momento em que este mesmo Estado moderno foi obrigado a entrar no jogo da competição internacional e iniciar o processo de reestruturação produtiva e abertura da economia, alguns destes agroindustriais sucroalcooleiros não conseguiram

sobreviver sem o protecionismo do Estado e foram obrigados a abandonar seus negócios e/ou se transferir para outros ramos. As usinas que permaneceram precisaram reestruturar seus processos de trabalho, foram obrigadas a rever a composição orgânica do seu capital e determinar novas proporções da “massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego” (MARX, 1996, v. 2, p. 245). Aos poucos, desde 1990, as usinas foram evoluindo os seus meios de produção através das inovações técnico-científicas e mecanizando a colheita no preparo, na semeadura, na irrigação e mais recentemente na colheita. Ao mesmo tempo, foi estendendo e intensificando até onde pôde o trabalho do cortador de cana-de-açúcar, expropriando o tempo de trabalho necessário desses trabalhadores de forma direta ou por novos métodos de remuneração, tais como o pagamento por produção.

Vimos que Marx (1852) também estava certo ao afirmar que a história sempre se repete dentro dos limites impostos pela realidade: aconteceu no século XIX e aconteceu na passagem do século XX para o XXI. No século XIX, os capitalistas exploraram os trabalhadores de forma inconsequente, e esta exploração provocou diversos danos à saúde dos operários ingleses na vida dentro e fora do ambiente de trabalho. Na passagem do século XX para o XXI, os usineiros exploraram e exploram os cortadores de cana-de-açúcar do Estado de Alagoas, de forma que Marini (2005) a denominou como superexploração: uma extensa e intensa jornada de trabalho, que é praticada com pagamento de salários que não garantem a plena subsistência do trabalhador canavieiro, o que provoca consequências na saúde e na reprodução social destes trabalhadores alagoanos.

A superexploração é muito evidente na vida profissional dos cortadores de cana-de-açúcar. A análise do Prof. Ramos (2010) foi muito apropriada, quando ele demonstrou que “a característica de pagamento por produção se constitui em uma superexploração da força de trabalho” dos cortadores de cana-de-açúcar. Enquanto a produtividade desta categoria profissional subiu de 2,99 toneladas de cana cortada por dia, por trabalhador, para 8 toneladas por dia em três décadas, o valor que os trabalhadores receberam por cada tonelada caiu de R\$ 8,16 para R\$ 6,88 no mesmo período⁴³. A superexploração, no conceito de Marini (2005), é muito clara. Mas, ainda mais evidente é o quanto “as consequências do desenvolvimento capitalista se manifestam de forma concreta na vida material dos grupos sociais que a compõem” (SORIANO, 2009, p. 23).

⁴³ Ganho real, levando-se em conta as devidas correções monetárias pelo IGP/DI da FGV.

Neste trabalho, discutimos a Sociologia da Saúde Marxista, (ou Sociologia Marxista da Saúde?) sob o olhar do cientista social Raul Rojas Soriano. Para Soriano, Marx e Engels apontaram os problemas sociais que causavam as doenças, o envelhecimento precoce e a redução da expectativa de vida do operário inglês do século XIX: (1) as condições de trabalho e (2) as condições de vida dos operários fora da fábrica (SORIANO, 2009, p. 61). Relatamos e discutimos estas duas dimensões condicionadas à saúde do trabalhador. Percebemos de forma clara, tanto através do nosso estudo bibliográfico quanto pela pesquisa de campo, que ambas as condições são desfavoráveis para o bem estar, para a saúde, para a reprodução social dos trabalhadores e familiares.

As nossas questões-problema foram: se a superexploração da força de trabalho do canavieiro ocasiona problemas na sua saúde e reduz sua vida útil, como e onde se encontram os trabalhadores que já ultrapassaram a idade considerada ideal para este tipo de função altamente desgastante que é o corte da cana-de-açúcar? E como eles se reproduzem no campo pessoal e familiar, na atualidade? Para confirmar ou refutar este questionamento, levantamos as seguintes hipóteses: se tudo que já se escreveu sobre as consequências da superexploração desses trabalhadores são reais, então eles devem se encontrar em condições deploráveis de saúde e de reprodução social. E podemos verificar essa realidade numa pesquisa que descreva a situação atual dos cortadores de cana-de-açúcar com mais de 40 anos de idade, pois estes já devem sofrer as consequências da superexploração do seu trabalho.

Para nós, as hipóteses foram confirmadas, tanto pela nossa pesquisa bibliográfica quanto pela de campo. ALESSI & NAVARRO (1997), ALVES (2006), LAAT (2008), MENDES & VARUSSA (2010), SANTOS (2011), PLANCHEREL (2011), VERÇOZA (2012), todos estes pesquisadores, de alguma forma citados no nosso trabalho ou utilizados para adquirir compreensão sobre o tema saúde do cortador de cana-de-açúcar, realizaram trabalhos relevantes sobre as consequências que esta categoria profissional sofreu ou sofre, assim como confirmam as condições deploráveis de saúde e de reprodução da força de trabalho dos canavieiros. Nossa pesquisa de campo também demonstrou o quanto estes trabalhadores do campo vivem apenas para sua sobrevivência e com consequências danosas consideráveis na sua saúde ou na sua vida pessoal e familiar. As condições deploráveis em que se encontram estes trabalhadores, com idade entre 41 e 67 anos de idade, são expressas na última pergunta que fizemos a eles na nossa pesquisa de campo e que deixamos para apresentar nas nossas considerações finais. Perguntamos: o que o(a) senhor(a) espera do

futuro a partir de agora? Percebem-se respostas destituídas do fator esperança por um futuro melhor ou uma condição de vida mais digna. A grande maioria das respostas tem uma conotação negativa. Vejamos: *conseguir se aposentar; chover para aparecer serviço; que o governo sempre pague a aposentadoria; se Deus me mostrasse algo pra fazer da vida, faria; conseguir trabalho; Usina X vai fechar? Nas outras não se aceita mulher; que Deus me dê condições pra trabalhar; pede a Deus pra nunca faltar; desde que nasci nunca esperei nada, e não espero nada agora; peço a Deus descanso. Trabalhei muito no eito; Deus ajudar a conseguir um benefício, pois não consigo; aposentar-se e montar uma barraca de frutas com a mulher; enquanto tiver condições, trabalhar; rede pra pescar, pois não tem emprego; espera que a usina lhe pague; nenhuma, tá ficando velho e próxima safra não será contratado; só espera a morte.*

Na VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília-DF em 1986, a concepção de saúde foi apresentada de forma abrangente: é necessária uma satisfação de necessidades básicas, de acesso a “uma alimentação regular e nutritiva, é preciso moradia adequada, transporte seguro, serviços de saúde e educação eficientes, ou seja, para além da simples ausência de doenças” (ABRAMIDES & CABRAL, 2003, p. 7). E a falta de uma renda mínima que assegure esses direitos, constitui-se, para uma ampla camada de trabalhadores, em uma efetiva deterioração de suas condições de vida e de reprodução de sua força de trabalho.

A força de trabalho de um operário é adquirida como uma mercadoria no processo de produção capitalista. Esta força de trabalho é requerida pelo capital, que precisa que a mesma, ou seja, o trabalhador, venha com a saúde necessária para a execução de uma função laboral. Para o capital, a força de trabalho não passa de um “simples e relativizado componente da mercadoria força de trabalho” (Id. p. 7), mas saúde e capacidade técnica são elementos inseparáveis. A força de trabalho é para ser consumida pelos empregadores, mas, também substituída na medida de seu desgaste. Entretanto, vimos que esta não é a realidade dos cortadores de cana-de-açúcar. E a intensidade e o ritmo acelerado de trabalho desses sujeitos e o número excessivo de horas na jornada de trabalho, em função da remuneração por produtividade, são decisivos nas suas condições de saúde, o que tem feito com que sua vida útil produtiva, nos canaviais, seja baixa (MENDES; VARUSSA, 2010, p. 18).

Em *O capital*, Marx ironizou o Sr. Tremenheere, comissário real de inquérito no caso da adulteração de pães, quando este cidadão inglês, em 1863, segurando uma Bíblia disse que

quando alguém “graças à Divina Providência não se torna um capitalista (...) está condenado a comer o pão com o suor de seu rosto”. Marx rebateu: “mas ele não sabia que tinha que comer com seu pão diário certo quantum de suor humano, embebido com supurações de abscessos, teia de aranha, baratas mortas e fermento podre alemão, além de alúmen, arenito e outros agradáveis ingredientes minerais” (MARX, 1996, p. 364). Parafrazeando Marx, poderíamos, então, dizer que os alagoanos não sabem que o açúcar que “adoça” a economia do Estado vem com um enorme quantum de suor humano empobrecido de sais minerais, muitas vezes embebido de sangue, fuligens, poeira, além de restos de roupas velhas e fragmentos da esperança de um povo sofrido, escravizado por um sistema injusto, que prega a liberdade, mas aprisiona com as limitações das realidades criadas pelo capitalismo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **A Cana-de-açúcar e a sua contribuição para a formação social de Alagoas e do Nordeste Brasileiro**. Revista Eletrônica Palavrarmundo. V. 1, nº 1, p. 59-67, 2007. Disponível em: <[HTTP://Palavrarmundo.frm.edu.br/index.php/mundo/article/view/1/5](http://Palavrarmundo.frm.edu.br/index.php/mundo/article/view/1/5)>. Acesso em: 6 jun. 2010.

_____. **Cana, casa e poder**. Maceió: Edufal, 2009.

ALESSI, Neiry Primo; NAVARRO, Vera Lucia. **Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil**. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 13 (Supl. 2): 111-121, 1997. Disponível em: <[HTTP://www.scielo.br/pdf/csp/v13s2/1368.pdf](http://www.scielo.br/pdf/csp/v13s2/1368.pdf)> Acesso em: 6 jun. 2010.

ALVES, Francisco. **Por que morrem os cortadores de cana**. Saude e Sociedade, vol.15, no.3, São Paulo, Set/Dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&%20pid=S0104-12902006000300008>. Acesso em: 18 fev. 2013.

AMARANTHUS - **Grupo de agricultura orgânica. Os problemas dos agrotóxicos e fertilizantes solúveis**. Disponível em: <http://www.amaranthus.esalq.usp.br/prob_agrotox.htm>. Acesso em: 19 ago. 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Desenhando a nova morfologia do trabalho: as múltiplas formas de degradação do trabalho**. In: PLANCHEREL, Alice Anabuki; BERTOLDO, Edna. **Trabalho e capitalismo contemporâneo**. Maceió: Edufal, 2011.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; CARTONI, Daniela Maria; JUSTO, Carolina Raquel D. Mello. **Reestruturação produtiva e negociação coletiva nos anos 90**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - v. 16 N o 45, 2001.

ARAÚJO, Harley de. **Inovações Tecnológicas, Exclusão Social, Desemprego**. Anais do V Congresso De Ciências Humanas, Letras E Artes, 28 a 31 de Agosto de 2001. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/>>. Acesso em: 29 mar. 2013.

ARMAS, Eduardo Dutra de. **Biogeodinâmica de herbicidas utilizados em cana-de-açúcar (Saccharum spp.) na sub-bacia do rio Corumbataí**. Tese de doutorado publicado em 2006 na biblioteca digital da USP. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-03102006-170029/pt-br.php>>. Acesso em: 21 ago. 2011.

BORGES, Célia Regina Congilio. **A atual reestruturação produtiva e as lutas sociais: enfrentando ideologias**. Revista Neils, vol. 28, 2012, Núcleo de estudos de ideologias e lutas sociais, PUC-SP, página 69. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/neils/revista/vol6.html>>. Acesso em: 16 fev. 2013.

BRASIL 500 ANOS. São Paulo: Editora Abril, 2000.

CARVALHO, Cicero Péricles de Oliveira. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3ª ed. rev. e ampl. Maceió: EDUFAL, 2009.

_____. **Setor sucroalcooleiro de alagoas: a ultraspecialização como estratégia competitiva (1990/2008)**. Universidade Federal de Alagoas, UFAL. Apresentação oral. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/482.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2010.

COSTA, Cristina. **Sociologia, introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

ENGELS, Friedrich. **La situación de la clase obrera em Inglaterra, según las observaciones del autor y fuentes autorizadas**. Versão do digital do original, gratuita e distribuída através da internet. Tradução José Barata. Edições Progresso Lisboa, 1982. Disponível em: <http://www.bvsst.org.ve/documentos/pnf/la_situacion_de_la_clase_obrera_en_Inglaterra.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2010.

FAAP – Federação das Associações de Atletas Profissionais. **FAAP lança programa para ajudar na aposentadoria de ex-atletas profissionais**. Disponível em: <http://www.faapatletas.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=57&catid=57>. Acesso em: 19 ago. 2011.

FERRARO, Alceu Ravello. **Direito à Educação no Brasil e dívida educacional: e se o povo cobrasse?** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.2, p. 273-289, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n2/05.pdf>>. Acesso em: 22 Abr. 2013.

FERNANDES, Waldir Algarte. **O movimento da qualidade no Brasil**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Brasília: Essencial Idea Publishing, 2011. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/pdf/Livro_Qualidade.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2013.

GUEDES, Adriana Bittencourt. **Narrativas compartilhadas: democratização da leitura literária**. Revista Aleph, Ano VI, ed. 17, Julho de 2012. Disponível em: <<http://www.revistaaleph.com/narrativas-compartilhadas-democratizacao-da-leitura-literaria/>>. Acesso em: 22 Jul. 2013.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil**. In: BECKER, Bertha K. et. al. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec, Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, 1995.

GRASEL, Dirseu. **Brasil: plano real e a estabilização econômica inacabada**. Revista Informe GEPEC, ano 9, nº 1. Cascavel, Paraná, 2005. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CDMQFjAA&url=http%3A%2F%2Frevista.unioeste.br%2Findex.php%2Fgepec%2Farticle%2Fdownload%2F225%2F158&ei=__NyUdTeKoGy9gSo-YCgCw&usq=AFQjCNGDq2PWEoJKtGhG-srHJFhjN83_A&bvm=bv.45512109,d.eWU>. Acesso em: 20 Abr. 2013.

GUANAIS, Juliana Biondi. **O mundo do trabalho da agroindústria canavieira: reestruturação produtiva e seus reflexos sobre os cortadores de cana.** Franca: Cielo Proceedings, 2010. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000112010000100028&script=sci_arttext>. Acesso em: 17 Abr. 2013.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 2004.

IMASATO, Takeyoshi; GUEDES, Ana Lucia. **Contribuições das teorias institucionais para o estudo de subsidiárias de corporações multinacionais.** Cad. EBAPE.BR, vol.6, n.º.2, Rio de Janeiro Junho de 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512008000200008&script=sci_arttext>. Acesso em: 4 Abr. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/defaulttab_hist_brasil.shtm>. Acesso em: 17 Fevereiro. 2011.

_____. **Séries: nível geográfico, população por situação de domicílios (Rural e Urbano).** Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD77>>. Acesso em: 30 Mar. 2013.

JORNAL ECONÔMICO. In: NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. **Ministério confirma maior concentração do valor da produção.** Publicado em: 13/4/2010. 08:25. Disponível em: <<http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias.php?id=65301>>. Acesso em: 26 mai. 2010.

LAAT, Erivelton Fontana de. **Desgaste físico diário do cortador de cana é igual ao de maratonista.** Correio da Cidadania, 2008. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=1905>. Acesso em: 26 mai.2010.

_____. **TRABALHO E RISCO NO CORTE MANUAL DE CANA-DE-AÇÚCAR: A Maratona Perigosa nos Canaviais.** Tese de doutorado, Universidade Metodista de Piracicaba. Santa Bárbara do Oeste, SP, 2010.

LAURELL, Asa Cristina. **A saúde-doença como processo social.** Artigo sobre *La salud-enfermedad como proceso socia*. Revista Latinoamericana de Salud, México, 2, 1982, pp. 7-25. Trad. E. D. Nunes. Disponível em: <<http://fopspr.files.wordpress.com/2009/01/sausedoenca.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2010.

LIMA, Araken Alves de. **A agroindústria canavieira alagoana – Da criação do IAA à desregulamentação na década de 1990.** Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Economia da Universidade estadual de Campinas. Campinas, SP, 2001.

LUEDEMANN, Marta da Silveira. **Transformações na indústria automobilística mundial: o caso do complexo automotivo no Brasil, 1990 – 2002.** Tese de doutorado do Programa de Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP. Abril, 2003.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: **Ruy Mauro Marini vida e obra**. Orgs. João Pedro Stedile e Roberta Traspadini. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **O capital**. In: Os Economistas. Volume I, Livro Primeiro, O processo de produção do capital. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. E-books Brasil, 2005. Disponível em: <file:///D:/Documents%20and%20Settings/Lucio/Meus%...0MARX%20-%20FRIEDRICH%20ENGELS/000000-Ideol3.html (1 of 64)22/4/2005 02:18:08>. Acesso em: 9 Nov. 2012.

_____. **O capital**. In: Os Economistas. Volume I, Livro Primeiro, Tomo 2, O processo de produção do capital. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

_____. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. Tradução de José Barata-Moura e Eduardo Chitas, para Marxists Internet Archive. Lisboa: Edições Avante, 1984. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/>>. Acesso em: 19 Fev. 2013.

_____. **Salário, preço e lucro**. Transcrito da edição em português das Obras escolhidas de Marx e Engels publicada em 1953 pela Ediciones en Lenguas Extranjeras, Moscou e reproduzido por Luiz Souto para o site The Marxists Internet Archive. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1865/salario/index.htm>>. Acesso em: 10 Abr. 2010.

_____. **Trabalho alienado**. Primeiro manuscrito, escrito entre abril e agosto de 1844. Transcrito por Alexandre Moreira Oliveira. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/index.htm>>. Acesso em: 4 Março. 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Edição e-books Brasil, 2005.

_____. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDES, Maria de Oliveira; VARUSSA, Rinaldo José. **As condições de vida e de trabalho dos trabalhadores canavieiros do município de Brasilândia do Sul – PR**. Artigo desenvolvido para o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/926-4.pdf?PHPSESSID=2009113011335929>>. Acesso em: 2 Jun. 2010.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. **Pierre Bourdieu, o corpo e a saúde: algumas possibilidades teóricas**. Ciência & Saúde Coletiva. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csc/v11n2/30438.pdf>>. Acesso em: 23 Mai. 2010.

MONTEIRO, Regina Teresa Rosim. **Uso de agrotóxicos em cana-de-açúcar na bacia do Rio Corumbataí e o risco de poluição hídrica**. Publicado no site Monografias.com. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/uso-agrotoxico-cana-acucar-poluicao/uso-agrotoxico-cana-acucar-poluicao.shtml>>. Acesso em: 19 Ago 2011.

OLIVEIRA, Eurenice. **Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

OLIVEIRA, Maria Suzie. **Algumas considerações sobre a educação concebida por Karl Marx**. Educere et Educare, Revista de Educação, Vol. 4 nº 8 jul./dez. 2009. Unioeste, Campus de Cascavél. Disponível em <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/2328/2929>>. Acesso em: 16 Abr. 2013.

ONG REPÓRTER BRASIL. **O Brasil dos agrocombustíveis, cana 2009, impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade**. Relatório institucional do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis. 2010. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v6.pdf>. Acesso em: 5 Abr. 2010.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território, a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

PIMENTEL, Jair Barbosa. **A história de Alagoas - dos Caetés aos marajás**. Disponível em: <<http://maisalagoas.uol.com.br/mais.asp?id=historia>>. Último acesso em: 17 Fev. 2011.

PINHEIRO, Daniel Rodriguez de Carvalho. **O jogo das cadeiras: notas introdutórias sobre as mudanças nos processos de trabalho e desemprego organizacional (Capítulo V)**. 2000. 380 f. Tese de doutorado (Doutorado em Sociologia) — Curso de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CDIQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.observatorio.pro.br%2Foktiva.net%2Fanexo%2F228583&ei=GSRjUfCQJLSP0QHw_oGYCw&usg=AFQjCNGyvvzXsOwPX6Zl_b2ih6ZMjg4oo7A&bv m=bv.44770516,d.dmQ>. Acesso em: 8 Abr. 2013.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20, Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

PROCHNIK, Victor; FERNANDES, Tiago; PESSANHA, Lavínia. **Oportunidades de investimento na cadeia sucroalcooleira do Nordeste**. In: HAGUENAUER, Lia (Org.). **Identificação de cadeias produtivas e oportunidades de investimentos no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: BNB, 2000.

PROJETO SAÚDE E CIDADANIA. **O conceito de saúde e do processo saúde e doença**. Manuais para gestores municipais de serviços de saúde. Disponível em: <http://www.saude.sc.gov.br/gestores/sala_de_leitura/saude_e_cidadania/ed_01/03.html>. Acesso em: 29 Mai. 2010.

QUINTANEIRO, Tania; OLIVEIRA, Maria Ligia de; OLIVEIRA, Barbosa Márcia Gardênia Monteiro de. **Um Toque de Clássicos: MARX, DURKHEIM e WEBER**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2003.

RAMOS, Pedro. **A agroindústria canavieira de São Paulo e do Brasil: heranças a serem abandonadas**. ComCiência, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, SBPC. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=23&id=255>>. Acesso em: 28 mai. 2010.

RAMPONE, Bruno Mesquita; SILVA, Leonardo Oliveira da; CASTRO, Mariana Pereira de; TAUFIC, Rodrigo de Oliveira; LUBLINER, Theo Martins. **Caracterização da economia solidária a partir dos conceitos de marginalidade e superexploração**. Artigo desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Solidária na área de Planejamento Econômico (GEPES de PE) da ITCP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/Artigo%20GEPES%20de%20PE.pdf>>. Acesso em: 30 Mai. 2010.

RIBEIRO, Guilherme da Silva. **Resenha de A ecologia de Marx: materialismo e natureza, de John Bellamy Foster**. Ambiente & Sociedade. vol.14 no.1 São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2011000100014&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 de Mai. 2013.

RIGOTTO, Raquel M. **A herança maldita do agronegócio**. Depoimento [20 de fevereiro de 2011] São Paulo: Site “vi o mundo”. Entrevista concedida a Manuela Azenha. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/raquel-rigotto-a-heranca-maldita-do-agronegocio.html>>. Acesso em: 19 Ago. 2011.

ROSSO, Sadi Dal. **Mais trabalho – A intensidade do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SKALINSKI, Lacita Menezes. **O método marxiano de investigação em saúde**. Revista Espaço Acadêmico, Ano III, N° 24, maio de 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/024/24cskalinski.htm>> Acesso em 28 mai. 2010.

SANTOS, Carla Caroline Silva dos. **(In)Segurança alimentar e nutricional: o doce amargo do universo canavieiro alagoano**. In: PLANCHEREL, Alice Anabuki; BERTOLDO, Edna. **Trabalho e capitalismo contemporâneo**. Maceió: Edufal, 2011.

SANTOS, André Luiz da Silva; PEREIRA, Eugênia Cristina Gonçalves; ANDRADE, Laise de Holanda Cavalcanti. **A expansão da cana-de-açúcar no espaço alagoano e suas consequências sobre o meio ambiente e a identidade cultural**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.2, n. 4, p. 19-37, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11824/6917>>. Acesso em: 19 Ago. 2011.

SANTOS, Charles dos. **“Serviço pesado”: uma análise das condições de saúde e lazer do trabalhador canavieiro alagoano**. Grupo de Pesquisa/ CNPq Trabalho e Capitalismo, UFAL. Acesso em: 6 Jun. 2010.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Sergio Silva dos. **O cultivo da cana-de-açúcar no estado de Alagoas: uma análise comparativa dos efeitos da mecanização no estado de São Paulo**. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/9843/3/2011_SergioSilvadosSantos.pdf>.

Acesso em: 20 Fev. 2013.

SOBIERAJSKI, José Luiz. **Política do direito desportivo brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, 1999. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/arquivos/pol%EDtica%20do%20direito%20desportivo%20brasileiro.pdf>>. Acesso em: 27 Mai. 2010.

SORIANO, Raúl Rojas. **Sociología Médica**. Mexico: Plaza y Valides Editores, 2009.

TAGLIACARNE, Guglielmo. **Pesquisa de mercado. Técnicas e prática**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1978.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. **Trabalhadores nos canaviais de Alagoas: um estudo sobre as condições de trabalho e resistência**. Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia. São Carlos, 2012.

_____. **Labor nos “eitos gigantes”: a superexploração da força de trabalho nos canaviais de alagoas**. In: BERTOLDO, Edna; PLANCHEREL, Alice Anabuki. **Trabalho e capitalismo contemporâneo**. Maceió: Edufal, 2011.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA COM CORTADORES DE CANA DE AÇÚCAR

Filtro: trabalhadores rurais, homens, que trabalharam mais no corte da cana, entre 45 e 55 anos
(Explicar sobre código de ética da universidade e sobre a confidencialidade das informações)

Nome: _____

Local onde foi realizada a pesquisa: Atalaia – Distrito ou povoado: _____

- 1) Nível de escolaridade: (1) sem instrução formal (2) 1ª a 4ª série (3) 5ª a 8ª série (4) ensino médio incompleto (5) ensino médio completo (6) outros
- 2) Idade completa: _____.
- 3) Estado civil: (1) casado (2) amigado (3) solteiro (4) viúvo (5) separado/divorciado
- 4) Qual é a condição da sua moradia: (1) própria/cedida (2) alugada (3) emprestada
- 5) Tamanho da família _____ (ajudar a fazer o cálculo)
- 6) Qual a sua condição de trabalho hoje: (1) trabalha/onde: _____ (2) desempregado (3) aposentado (4) licenciado (5) bico
- 7) O senhor trabalhou ou está trabalhando nesta última safra, 2102/2013? (1) não (2) sim
- 8) (em caso de sim na anterior) Quantas toneladas de cana o senhor cortou por dia, em média?
- 9) (em caso de sim na questão 7) A usina onde o senhor trabalha(ou) já está mecanizando a colheita? (1)sim (2)não
- 10) Trabalha desde quando no corte da cana? _____.
- 11) Qual(is) a(s) sua(s) fonte(s) de renda da sua família (casa) hoje em dia (citar no máximo três)?
- 12) Isso dá mais ou menos quanto? _____
- 13) O que todos ganham hoje é o suficiente para tudo o que precisam? (1) sim (2) não/por que?
- 14) O que o senhor costumava ou costuma fazer para viver no período de entre-safra?
- 15) Antes de 1990, trabalhou em quais usinas ou onde (instigar sua lembrança, se preciso pegar carteira de trabalho)?
- 16) Depois de 1990, trabalhou em quais usinas ou onde (instigar sua lembrança)?
- 17) Em qual destes períodos o senhor tinha que trabalhar mais horas por dia, nas usinas que trabalhou antes de 1990 ou nas usinas que trabalhou depois de 1990?
(1) Nas usinas antes de 1990 (2) Nas usinas depois de 1990/por que? _____
- 18) Antes de 1990, o senhor costumava trabalhar de que horas até que horas? _____
- 19) E depois de 1990, o senhor costumava trabalhar de que horas até que horas? _____
- 20) Em qual destes períodos o senhor tinha que cortar mais cana por dia, nas usinas que trabalhou antes de 1990 ou nas usinas que trabalhou depois de 1990?
(1) Nas usinas antes de 1990 (2) Nas usinas depois de 1990/por que? _____
- 21) Nas últimas usinas que o senhor trabalhou, tinham premiações para os que cortavam mais cana no final do mês ou no final da safra? (1) não (2) sim
- 22) O senhor tentava cortar mais pra ganhar os prêmios? (1) não (2) sim
- 23) Houve alguma vez que o senhor não estava se sentindo muito bem, mas foi trabalhar para não perder a produção do dia ou prêmios?
(1) muitas vezes (2) poucas vezes (3) nunca aconteceu isso

24) Em qual dos períodos as usinas forneciam mais os equipamentos de segurança no trabalho, que mostravam preocupação com a sua segurança, nas usinas antes de 1990 ou nas usinas que trabalhou depois de 1990?

(1) Nas usinas antes de 1990 (2) Nas usinas depois de 1990

25) A fuligem ou poeira das queimadas já lhe causaram algum tipo de doença ou mal estar?

(1) Não (2) Sim/que doença:_____.

26) O senhor já desmaiou alguma vez por causa do calor, fome ou cansaço na hora do corte da cana?

(1) Não (2) Sim/por que?_____.

27) O senhor já sofreu algum acidente de trabalho? (1) Não (2) Sim/que acidente?_____

28) Que tipo de picada ou mordida o senhor já sofreu nos canaviais durante a colheita?

29) O que o senhor costuma fazer nos dias de folga ou feriados no período de safra?

30) Com respeito à sua alimentação, o senhor considera que:

(1) Sempre tem o suficiente (2) às vezes falta comida

31) O senhor chegou a residir naquelas moradias de condição, em alguma fazenda? (1) não (2) sim

32) (no caso de sim na anterior) Qual a sua preferência, morar na fazenda ou aqui onde está?

(1) Quando morava na fazenda (2) hoje em dia

33) Por que?

34) (no caso de ter morado em uma fazenda) Quando morava na fazenda o senhor comia melhor?

(1) Sim (2) Não

35) Por que?

36) Aqui onde o senhor mora tem problemas com lixo? (1) não (2) sim/que problema:_____.

37) Aqui onde o senhor mora tem algum outro tipo de problema que pode causar doenças?

(1) Não (2) sim/que problema_____.

38) O senhor tem algum tipo de problema de saúde? (1) não (2) sim/qual(is):_____.

39) (caso sim na anterior) Tem este(s) problema(s) desde quando?_____.

40) (caso sim na questão 36) O senhor começou a sentir isso quando cortava cana? (1) sim (2) não

41) O senhor tem algum destes tipos de doença?

- Dores na coluna: (1) não (2) sim/impede de trabalhar hoje em dia?_____.

- Problema respiratório/asma: (1) não (2) sim/impede de trabalhar hoje em dia?_____.

42) Na sua opinião, o trabalho que o senhor realizou no corte da cana lhe provocou algum tipo de doença?

(1) Não (2) Sim/qual:_____.

43) O senhor precisa tomar algum remédio diariamente? (1) não (2) sim/para o que:_____.

44) Como o senhor faz quando precisa de atendimento médico ou num caso de urgência médica?

45) O que o senhor espera fazer a partir de agora pra viver? _____